

POLÍTICAS  
PARA FAMÍLIA,  
GÊNERO E GERAÇÃO

JUREMA GORSKI BRITES  
LETÍCIA SCHABBACH  
ORGANIZADORAS

POLÍTICAS  
PARA FAMÍLIA,  
GÊNERO E GERAÇÃO



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL

Reitor

**Rui Vicente Oppermann**

Vice-Reitora e Pró-Reitora  
de Coordenação Acadêmica

**Jane Fraga Tutikian**

EDITORA DA UFRGS

Diretor

**Alex Niche Teixeira**

Conselho Editorial

**Álvaro Roberto Crespo Merlo**

**Augusto Jaeger Jr.**

**Carlos Pérez Bergmann**

**José Vicente Tavares dos Santos**

**Marcelo Antonio Conterato**

**Marcia Ivana Lima e Silva**

**Maria Stephanou**

**Regina Zilberman**

**Tânia Denise Miskinis Salgado**

**Temístocles Cezar**

**Alex Niche Teixeira**, presidente

**Ministro de Estado da Cultura**

Roberto João Pereira Freire

**Secretário da Economia da Cultura**

Mansur Bassit

**Diretora do Departamento  
de Estratégia Produtiva**

Ana Letícia Fialho

**Diretor Interino do Departamento  
de Sustentabilidade e Inovação**

Thalles Rodrigues de Siqueira

**Coordenador-geral de  
Pesquisa e Novos Modelos**

Geraldo Horta

**Equipe Técnica**

Andrey do Amaral dos Santos, Luana Pires

Micaele Pinheiro dos Santos Nascimento,

Tiago Rocha Gonçalves de Canha

### **Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV)**

**Diretor**

Marco Cepik

**Vice Diretor**

Ricardo Augusto Cassel

#### **Conselho Superior CEGOV**

Ana Maria Pellini, Ario Zimmermann, José

Henrique Paim Fernandes, José Jorge Ro-

drigues Branco, José Luis Duarte Ribeiro,

Paulo Gilberto Fagundes Visentini

#### **Conselho Científico CEGOV**

Cássio da Silva Calvete, Diogo Joel

Demarco, Fabiano Engelmann, Hélio

Henkin, Leandro Valiati, Lúcia Mury

Scalco, Luis Gustavo Mello Grohmann,

Marcelo Soares Pimenta, Marília Patta

Ramos, Vanessa Marx

#### **Coordenação Coleção Editorial CEGOV**

Cláudio José Muller, Gentil Corazza, Marco

Cepik

# POLÍTICAS PARA FAMÍLIA, GÊNERO E GERAÇÃO

JUREMA GORSKI BRITES  
LETÍCIA SCHABBACH  
ORGANIZADORAS

PORTO ALEGRE  
2014

  
**UFRGS**  
EDITORA

  
**CEGOV**  
CENTRO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS  
SOBRE GOVERNO

© dos autores  
1ª edição: 2014

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

### **Coleção CEGOV Capacidade Estatal e Democracia**

Revisão: Fernando Preusser de Mattos, Fernanda Lopes  
Silva, Ricardo Fagundes Leães

Projeto Gráfico: Joana Oliveira de Oliveira, Liza Bastos  
Bischoff, Henrique Pigozzo da Silva

Capa: Joana Oliveira de Oliveira

Foto da Capa: Joana Oliveira de Oliveira

Impressão: Gráfica UFRGS

Apoio: Reitoria UFRGS e Editora UFRGS

Os materiais publicados na Coleção CEGOV Capacidade Estatal e Democracia são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução parcial e total dos trabalhos, desde que citada a fonte.



### **DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

---

P769 Políticas para família, gênero e geração [recurso eletrônico] / organizadoras Jurema Gorski Brites [e] Leticia Schabbach. – Porto Alegre : UFRGS/CEGOV, 2014.  
164 p. : pdf

(CEGOV Capacidade Estatal e Democracia)

1. Família – Gênero – Geração – Políticas públicas – Brasil. 2. Programa Bolsa Família – Brasil. 3. Gênero – Mulher – Assistência Social – Porto Alegre (RS). 4. Educação infantil – Escolarização – Políticas públicas – Brasil. 5. Diversidade sexual – Homofobia – Educação – Políticas públicas – Rio Grande do Sul. 6. Velhice – Relação familiar – Respeito social – Políticas públicas – Rio Grande do Sul. 7. Trabalho doméstico – Políticas públicas – Brasil. I. Brites, Jurema Gorski. II. Schabbach, Leticia. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de Estudos Internacionais sobre Governo. III. Série.

CDU 364:35(81)

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0511-9

# SUMÁRIO

	PREFÁCIO	7
	<i>Cláudia Lee Fonseca</i>	
	APRESENTAÇÃO	10
	<i>Letícia Schabbach e Jurema Brites</i>	
1	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VOZ DAS BENEFICIÁRIAS: INCLUSÃO E CIDADANIA	16
	<i>Maria Mercedes Rabelo</i>	
2	CIDADANIA, EMPODERAMENTO FEMININO E PROMOÇÃO FAMILIAR ATRAVÉS DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	33
	<i>Alexandre Ben Rodrigues, Letícia Maria Schabbach e Vanessa Marx</i>	
3	MULHER-MÃE RESPONSÁVEL: COMPETÊNCIAS PARA EDUCAR FILHOS(AS) SAUDÁVEIS	56
	<i>Maria Cláudia Dal'Igna, Carin Klein e Dagmar Estermann Meyer</i>	
4	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS DO MEIO RURAL	77
	<i>Letícia Maria Schabbach</i>	
5	A VISÃO DAS PROFESSORAS QUE ASSISTIRAM AO 'EDUCANDO PARA A DIVERSIDADE' SOBRE DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA NAS ESCOLAS	100
	<i>Zulmira Newlands Borges, Mariane Inês Ohlweiler e Paola Peciar</i>	
6	FAMÍLIAS COM IDOSOS NO RS: ARRANJOS E RELAÇÕES FAMILIARES NA VELHICE	114
	<i>Marília Patta Ramos</i>	

# SUMÁRIO

- |   |   |     |
|---|---|-----|
| 7 | ENVELHECIMENTO, MASCULINIDADES E VULNERABILIDADE:<br>PREVENINDO O HIV/AIDS<br><i>Gabriela Felten da Maia</i>                  | 128 |
| 8 | CONTINUIDADES, MUDANÇAS E DESAFIOS<br>DO SERVIÇO DOMÉSTICO NO BRASIL<br><i>Jurema Gorski Brites e Alexandre Barbosa Fraga</i> | 143 |

# PREFÁCIO

## ALÉM DE LUGARES COMUNS: REFLEXÕES EM TORNO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

CLAUDIA FONSECA

*Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).*

Este livro do GT “Políticas para Família, Gênero e Geração” do CEGOV é bem-vindo. Representa uma contribuição importante para a consolidação de um “terceiro espaço” entre a pesquisa universitária e a gestão de políticas públicas, um espaço que precisa ser constantemente realimentado. As autoras dos capítulos a seguir – pesquisadoras das áreas de sociologia, antropologia, ciência política e educação – mostram a clara ambição de contribuir, através do estudo cuidadoso da concepção, execução e consequências de variadas políticas, para o aprimoramento de práticas de governo objetivando a equidade socioeconômica, a participação cidadã e a justiça social.

Para fins de atizar o debate, sugiro aqui que as políticas públicas, por sua natureza abstrata e generalizadora, tendem a originar uma linguagem recheada de “lugares comuns”. Essas políticas são muitas vezes formuladas “de cima para baixo” por gestores que têm por finalidade alcançar não só objetivos práticos (econômicos e sociais), mas também objetivos políticos. As políticas devem ser justificadas e divulgadas em termos inteligíveis a um público amplo, devem responder a ansiedades expressas na grande mídia, sendo capazes de sensibilizar a chamada “opinião pública”. Nesse sentido, o “lugar comum” não é necessariamente um passo em falso, pois, dependendo do tema, pode ser uma mediação fundamental na mobilização do apoio necessário ao êxito do programa.

Os gestores e executores dessas políticas precisam, entretanto, saber trabalhar criativamente com os termos do modelo abstrato, levando em consideração

a grande variedade de situações nas quais terão que atuar. Precisam saber avaliar o efeito concreto produzido pelos atos e pelas palavras, e desenvolver a habilidade de lidar com diferentes jogos de linguagem envolvidos na tradução de qualquer política entre um espaço e outro. Essa habilidade implica a capacidade de o gestor adentrar nas variadas “formas de vida” associadas a contextos socioambientais distintos, assim como nas questões de classe, gênero e geração. É familiarizando-se com os pormenores das diversas situações que o observador se sensibiliza. Além da experiência vivida, é na leitura de textos como estes no presente volume que o gestor aprimora a capacidade de se deslocar dentro de uma extensa rede de atores, falando as diversas linguagens, sem perder de vista os objetivos que motivaram a intervenção. Aproximando-se da nossa realidade – levando em conta história recente das leis e políticas relevantes, os levantamentos estatísticos assim como as pesquisas “qualitativas” em que escutamos a “voz” dos sujeitos contemplados – que podemos esperar, afinal, ir além dos lugares comuns para travar políticas eficazes.

Ao se debruçar sobre os capítulos desse livro, o leitor tem a distinta impressão de que não é mais possível falar de uma “omissão do Estado” na vida das pessoas (como costumávamos falar em décadas passadas). No Brasil, as “tecnologias de governo” chegam hoje nos bairros mais pobres, nas regiões rurais mais afastadas. Estamos vivendo agora o momento de intensificar nossas indagações sobre a eficácia dessas tecnologias, sobre os princípios, a execução e os efeitos delas. Quanto aos princípios, torna-se evidente, desde o primeiro capítulo sobre uma política de “inclusão” – o Bolsa Família –, que existe um delicado equilíbrio entre o objetivo humanitário (mitigar a pobreza) e o objetivo de “promover a cidadania”. O leitor é levado a rejeitar a dicotomia simplista que apresentaria esses objetivos como mutuamente excludentes. Porém, não deixa de ser conscientizado quanto aos riscos de concentrar energias (no âmbito de qualquer política) em um elemento em detrimento do outro. No caso do Programa Bolsa Família, torna-se evidente a imprudência de privilegiar o “gerenciamento da pobreza” sem dar devida atenção a questões de *status*, autoimagem e noções de direito cidadão.

A partir da leitura desse volume, somos instigados a formular uma série de questões sobre as mediações necessárias (e frequentemente esquecidas no planejamento inicial) para a execução de políticas públicas. Quais os critérios de *recrutamento* (e de permanência no programa) dos sujeitos alvos de intervenção? Quais os passos burocráticos que certificam as pessoas aptas? Em que medida esses critérios e essa certificação burocrática servem, na prática, para abranger a população almejada? Quem entra e quem fica em um programa como Bolsa Família ou Primeira Infância Melhor?

Qual a *infraestrutura logística* necessária para alcançar as metas do programa? Sem transporte acessível, como as famílias das áreas rurais vão enviar seus filhos a uma escola de educação infantil? Quais as dinâmicas sociais (de família e vizinhança) que, de fato, podem ser contempladas como recursos na rede de

apoio? Quais os padrões de moradia, convivência e trocas de ajuda que mais jogam nas “transições” de idosos?

Qual o *cabedal de concepções* que gestores, monitores e os próprios sujeitos de intervenção levam para as atividades envolvidas? No capítulo sobre PIM (Primeira Infância Melhor), aprendemos como, para além da política de intervenção, há um “repuxo” constante em direção à responsabilização quase exclusiva na/da mulher-mãe como “microempresária” de sua família e de si. No capítulo sobre o curso de formação sobre a diversidade sexual, vemos como, apesar do empenho dos gestores do curso e do entusiasmo das professoras originalmente inscritas, atitudes homofóbicas entre familiares, assim como entre colegas no ambiente escolar, exercem pressões que limitam os resultados do programa. No capítulo sobre o emprego doméstico, fica evidente como expectativas quanto ao comportamento servil adequado a essa profissão tornam invisível o grande número de empregadas que continuam a trabalhar na atualidade. Como travar leis ou regulamentações para uma categoria tida como “em sumiço”? Como incluir na concepção e execução de uma política pública maneiras para lidar com esses “pontos cegos” de nossa realidade que podem se tornar “pedras no caminho”, reduzindo os benefícios da intervenção?

Finalmente, é evidente que, para o planejamento e execução de novas políticas, é fundamental realizar uma avaliação franca dos efeitos das políticas já em andamento. Indo além das atitudes maniqueístas dos discursos políticos -- acusações ou louvores sem nuances -- é preciso saber pesar as repercussões (sempre mistas) dos projetos de intervenção, levando em consideração a heterogeneidade de toda população alvo. Essa avaliação não pode prescindir da “voz” dos participantes da política, mas, ao lado desta, deve-se aproveitar a riqueza de possibilidades metodológicas, trazendo uma variedade de perspectivas. Além da “escuta” de discursos, trazer a observação das práticas. Ao lado das análises “qualitativas”, levantar as dimensões sublinhadas por análises estatísticas. Aos problemas contemporâneos, acrescentar os *insights* da história recente. Por esses diversos meios, acercamo-nos de uma realidade dinâmica que, apesar de nunca corresponder ao modelo idealizado, fala da criatividade indomável da vida social com a qual pretendemos (esperamos) interagir.

Reconhecendo que uma política não é nunca “aplicada” de forma mecânica, são bem vindas as “críticas otimistas” expressas nesses artigos e que encontram eco entre os diferentes atores da rede de intervenção: desde os planejadores e gestores até os monitores e sujeitos alvos de intervenção. É, afinal, na construção deste “terceiro espaço”, que os textos neste volume procuram colaborar com esses outros atores da arena de políticas públicas -- evitando tanto o tom triunfalista de certos governantes quanto a denúncia raivosa de certa crítica acadêmica. É nesse espaço, constantemente renegociado, que podemos esperar encontrar linguagens ajustadas às diversas realidades e que encerram a promessa de certo rigor na inevitável flexibilidade da prática.

# APRESENTAÇÃO

LETÍCIA MARIA SCHABBACH

*Professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).*

JUREMA GORSKI BRITES

*Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (RS). Pesquisadora do Grupo Tebas/Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Gênero e Saúde – Gepacs – e chefe do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (RS).*

10

Este livro reúne a contribuição de pesquisador@s e seus convidad@s ligad@s ao “GT Políticas para Família, Gênero e Geração” para a reflexão de questões que envolvem o desenvolvimento de políticas sociais no âmbito da vida familiar entrecruzadas com os marcadores sociais de gênero e geração.

A publicação ressalta o perfil do GT Políticas para Família, Gênero e Geração que privilegia a interlocução entre universidades (UFRGS, UFSM, UDESC, UFRJ), institutos de pesquisa (FEE) e órgãos governamentais na produção de conhecimento acerca das intervenções sociais focadas na tríade família-gênero-geração e as prováveis repercussões para os sujeitos e dinâmicas envolvidas. Além disto, ela publiciza os resultados de pesquisas desenvolvidas por equipes constituídas por professor@s e alun@s pós-graduand@s das instituições participantes.

Apresentamos, aqui, uma série de estudos que têm como pano de fundo a vida familiar e seus entrecruzamentos com políticas e programas sociais onde as questões de trabalho, gênero, geração e sexualidade são fundamentais. Buscamos oferecer análises que têm em comum a intenção de ultrapassar os espaços restritamente acadêmicos, buscando um diálogo com os planejador@s, executor@s e avaliador@s de políticas públicas. Os textos tanto analisam diferentes programas de políticas públicas em curso (Programas de Transferência de Renda, Programa Primeira Infância Melhor, Educando para Diversidade), como enfocam as dinâmicas e perspectivas de setores (Trabalho Doméstico), ciclos geracionais familiares

(Infância e Velhice), estimulando o operador de políticas públicas a compreender suas demandas, impasses e complexidades.

As perspectivas teórico-analíticas e metodológicas desenvolvidas nos estudos são múltiplas, pois o campo é dinâmico e os autor@s buscam antes dialogar do que construir um panorama único sobre a realidade. Buscando abrir um campo de visão plural, a coletânea apresenta textos que apresentam interpretações diversas sobre os mesmo fenômenos. Como, por exemplo, os textos que, ao abordarem a centralidade do papel da mulher em programas de políticas públicas ora destacam o protagonismo feminino (Rabelo; Rodrigues, Schabbach e Marx neste volume), ora analisam as políticas como formas novas de perpetuar a figura materna nos modos tradicionais da divisão do trabalho (Meyer e Klein). Outro diálogo desta natureza aparece nos textos sobre envelhecimento, onde o texto de Ramos discute as trocas sociais a partir dos arranjos familiares e o de Maia focaliza a construção da identidade de velho/não velho *vis-à-vis* a percepção dos sujeitos a partir dos seus corpos e práticas de sexualidade.

O livro inicia com o Prefácio da Professora Claudia Fonseca, que nos instiga sobre a importância de coleções que, como estas, buscam um diálogo com planejadores e executores de políticas públicas e pesquisadores acadêmicos. Nestes espaços a dimensão das diversas representações, sentidos e peculiaridades produzidas pelas populações alvo e pelos agentes implementadores auxiliam o gestor público a perceber os limites, rever estratégias e comunicar melhor sobre a aplicação de projetos sociais. A ampliação destes últimos desde meados da década de 2000 no Brasil atesta que não se pode mais falar, hoje, de uma “ausência do Estado” em relação às populações socialmente fragilizadas.

Na sequência, apresenta-se o estudo da socióloga Maria Mercedes Rabelo intitulado *O Programa Bolsa Família na voz das beneficiárias: inclusão e cidadania*. Tomando por escopo o Programa Bolsa Família – que visa retirar as famílias da pobreza extrema, através de transferência de renda realizada preferencialmente à mãe, bem como quebrar o ciclo intergeracional de pobreza por meio de condicionais e de medidas que reforçam a acessibilidade às políticas de saúde, de educação, de assistência social, de inclusão produtiva, dentre outras – Rabelo entrevistou beneficiárias, gestores e assistentes sociais vinculados ao Programa, em Porto Alegre. Discutindo conceitos como redistribuição e reconhecimento de cidadania, a autora questiona se o Programa pode ser considerado um instrumento de cidadanização, no sentido de promover o acesso à cidadania às famílias em situação de pobreza e exclusão. Entende cidadania não como o simples acesso a direitos, mas abarcando também o autorreconhecimento e o reconhecimento social das beneficiadas como portadoras de direitos, dentro de uma perspectiva simbólica. A autora demonstra que o Programa tem permitido às famílias acederem a melhores

condições de vida, não no sentido apenas da ampliação do consumo, mas também da inclusão em serviços de educação, saúde e assistência social. Embora reconheça certas incompletudes, como por exemplo, o reforço de papéis tradicionais de gênero, a autora conclui que o “Programa promove importantes transformações, mas as vidas dessas famílias ainda estão marcadas pela pobreza, pela discriminação, pelo desemprego e pela desproteção social”.

Também enfocando uma política de transferência de renda, o Programa RS Mais Igual no Rio Grande do Sul, que é complementar ao Bolsa Família, o capítulo seguinte, de autoria de Alexandre Ben Rodrigues (doutorando em Ciência Política), Leticia Maria Schabbach (socióloga) e Vanessa Marx (cientista política), e intitulado *Cidadania, Empoderamento Feminino e Promoção Familiar através das Políticas Sociais de Transferência de Renda*, analisa os efeitos da participação nesse Programa quanto ao empoderamento e à ampliação das capacidades e da cidadania das mulheres beneficiadas. A reflexão proposta pelos autores insere-se em um contexto de expansão das políticas sociais nos países em desenvolvimento, sobretudo daquelas que focalizam as mulheres. Os achados empíricos resultaram de survey envolvendo mulheres que receberam o benefício do Programa RS Mais Igual, residentes em vários municípios sul-rio-grandenses, através da aplicação de questionários e realização de entrevistas. Os autores concluem que, ao acessarem a complementação de renda, as mulheres obtiveram ganhos materiais (a aquisição de itens de consumo antes inacessíveis, a concretização de sonhos, a melhoria de vida em relação aos progenitores) e simbólicos (maior autonomia, autoestima, controle e poder decisório sobre a vida familiar), possibilitando a sua atuação enquanto promotoras do bem-estar individual e coletivo. Tais aspectos sugerem que políticas sociais que responsabilizam legalmente as mulheres pelo recebimento e gestão dos recursos transferidos potencializam o empoderamento feminino e a conquista de direitos, tanto pelo aspecto da redistribuição quanto do reconhecimento.

O terceiro capítulo apresenta o estudo das doutoras em educação Maria Cláudia Dal’Igna, Carin Klein e Dagmar Estermann Meyer, intitulado *Mulher-Mãe Responsável: competências para educar filhos (as) saudáveis*. Nele, a partir da análise de programas educacionais (o Serviço Ação Rua, da Fundação de Assistência Social e Comunitária, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre) e da área da saúde (o Programa Primeira Infância Melhor, PIM, do governo do estado do Rio Grande do Sul, e o Programa de Atenção Integral à Família, PAIF, do governo federal), as autoras tratam do processo pelo qual as mulheres-mães pobres envolvidas nas ações de inclusão social devem se tornar capazes de cuidar de si a fim de gerar e educar filhos saudáveis. Nesses programas percebe-se um investimento no governmento e nas diversas competências que as mães de classe popular precisam assumir para levar a cabo a sua responsabilidade para com o Estado, a família e os filhos. Além disto, identifica-se um deslocamento da centralidade em torno da família para a

da mãe. A pesquisa foi desenvolvida em Porto Alegre, Viamão e Canoas, através de grupos focais e entrevistas com agentes implementadores e mães participantes das políticas públicas selecionadas. Os resultados foram analisados a luz de estudos de gênero pós-estruturalistas e de Michel Foucault, especialmente a sua teoria do capital humano.

No quarto capítulo intitulado *Políticas de educação infantil e escolarização de crianças do meio rural*, a socióloga Leticia Maria Schabbach examina a situação atual da oferta de educação para crianças de 0 a 5 anos residentes em área rural no Brasil, e as consequências prováveis (para o gestor municipal, para as famílias e as comunidades) da ampliação das vagas em creches e pré-escolas, conforme preconizada pela legislação vigente e pelos programas educacionais voltados à educação infantil. O estudo baseou-se em pesquisas educacionais, em dados secundários sobre demanda e oferta de educação infantil (provenientes do Censo Demográfico e do Censo Escolar de 2010) e nos resultados da pesquisa “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas rurais”, realizada pelo Ministério da Educação e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre os anos 2011 e 2012. A autora constatou que a maioria das famílias brasileiras residentes em área rural concorda com a obrigatoriedade da frequência à pré-escola (entre os 4 e os 5 anos de idade), percebendo a escola infantil não apenas como uma exigência relacionada com o trabalho familiar ou materno, mas também enquanto um espaço de aprendizagem, de estabelecimento de vínculos entre as crianças e de convívio para os membros da comunidade. Assim, se por um lado a existência de creche ou de pré-escola tornou-se uma necessidade decorrente das transformações no campo – pluriatividade, movimento pendular de trabalho entre o campo e a cidade, influência dos movimentos sociais que lutam pela educação no campo, mudanças tecnológicas na produção e no acesso à informação, maior participação social da mulher –, por outro a ampliação do atendimento em educação infantil vem alterando substancialmente a realidade das crianças e das famílias rurais.

O quinto capítulo, de autoria das antropólogas Zulmira Borges, Mariane Ohlweiler e Paola Peciar e intitulado *A visão das professoras que assistiram ao ‘Educando para a Diversidade’ sobre discriminação e violência homofóbica nas escolas*, discute as temáticas da homofobia e da educação para a diversidade, trazendo como recorte empírico a escola e as relações estabelecidas entre professores, alunos e famílias. As autoras acompanharam a realização do curso “Educando para a Diversidade”, coordenado pela ONG Nuances e financiado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação. Este curso abordou os conteúdos da diversidade sexual, da cidadania e do respeito à diversidade, e envolveu professores de escolas municipais e estaduais do Rio Grande do Sul. Através de observação participante, grupos de discussão e entrevistas com professoras que participaram da primeira e da segunda turma do curso, as auto-

ras perceberam o engajamento e a avaliação positiva das participantes, todavia, algumas delas relataram terem sido criticadas – por colegas ou familiares – pelo simples fato de frequentarem o curso. Além disto, uma das principais conclusões da pesquisa foi quanto às dificuldades e resistências em se implantar a educação para a diversidade nas escolas, que permita ir além da matriz conservadora e heteronormativa. Para as autoras, a homofobia na escola é um assunto complexo que abrange diferentes níveis e gradações, e deve ser enfrentado com ações que sejam respaldadas não apenas pelas instituições escolares, mas pelos órgãos públicos das diferentes esferas de governo, por organizações não governamentais e por redes de informação, no sentido de serem garantidas a continuidade das ações formativas e a atuação dos multiplicadores da educação para a diversidade.

Posteriormente, o sexto capítulo, *Famílias com idosos no RS: arranjos e relações familiares na velhice*, de autoria da socióloga Marília Patta Ramos, trata da questão da velhice, especificamente da influência das trocas sociais – dar e receber com ou sem reciprocidade, envolvendo os idosos, seus filhos, cônjuges, familiares e amigos – nas transições de vida e nos arranjos familiares. Tais arranjos envolvem formas de se organizar em co-residência, com algum tipo de relação afetiva ou profissional, especialmente com quem os idosos vivem na terceira idade. Em sua argumentação, a autora dialoga com estudos que tratam dos arranjos familiares na velhice, das relações de troca, da influência da condição econômica, da saúde e dos movimentos demográficos na organização familiar de idosos. O seu estudo abrangeu dados longitudinais obtidos em duas pesquisas desenvolvidas com idosos da região Centro-Oriental do Rio Grande do Sul, entrevistados em 1995 e 2001.

A análise realizada através de regressão logística permitiu concluir que, além de características pessoais dos idosos (gênero, condição de saúde/doença, dentre outras), as trocas sociais – a ajuda recebida de familiares, de amigos e a ajuda dada a eles – afetam as transições nos arranjos familiares que caracterizam o processo de envelhecimento. Neste capítulo a autora mostra a pertinência da compreensão das mudanças, riscos e acomodações dos arranjos familiares quando se enfrenta a velhice dentro casa, tema fundamental para compreender como os idosos e suas famílias ou responsáveis planejam esta etapa da vida. As questões fornecem informações fundamentais aos responsáveis pelas políticas públicas, no sentido de alicerçarem, de forma exequível e eficiente, o planejamento e a implementação de programas voltados a populações específicas.

Indicando outro ângulo sobre o processo de envelhecimento, no sétimo capítulo da coletânea, intitulado *Envelhecimento, masculinidades e vulnerabilidades: prevenindo o HIV/AIDS*, Gabriela Maia, a partir de pesquisa etnográfica, conduz-nos às percepções de homens idosos sobre o envelhecer e a percepção de seu corpo e da sexualidade. Dialogando com a literatura das ciências sociais e da ge-

rontologia sobre envelhecimento, a autora destaca a multiplicidade das formas de envelhecer e a importância de não tomar a velhice a partir de uma identidade única ou fixa. Com este olhar ela contribui para que, ao lado das discussões clássicas sobre envelhecimentos, trabalho, lazer, saúde, memória e cuidado familiares, a sexualidade seja um aspecto importante à reflexão, incluindo neste debate práticas e representações do corpo que procuram marcar sua masculinidade, a despeito do envelhecimento biológico. Outra discussão importante do artigo diz respeito ao campo de vulnerabilidades frente às estratégias de prevenção às DSTs e HIV/AIDS, na medida em que se produz um discurso de invisibilidade da vida sexual ativa nessa fase da vida.

O livro finaliza com o oitavo artigo, dos antropólogos Jurema Gorski Brites e Alexandre Barbosa Fraga, *Continuidades, mudanças e desafios do serviço doméstico no Brasil*, que aborda o trabalho doméstico, problematizando a percepção social reforçada pela mídia de que os (as) empregados (as) domésticos (as) estariam desaparecendo enquanto categoria profissional. Através da análise de dados estatísticos e de resultados de estudos sobre este tipo de trabalho, assim como do exame da legislação referente ao trabalho doméstico, os autores comentam as continuidades e mudanças ocorridas nesse grupo profissional, que é marcadamente composto por mulheres. Dentre as continuidades, referem a permanência da alta expressividade numérica do grupo, com 6.707.000 trabalhadores em 2011, bem como a recorrência da pior remuneração e da menor proteção trabalhista, em comparação com outras categorias profissionais. Em contrapartida, as mudanças estariam mais associadas às alterações nas relações de trabalho, que teriam se tornado menos assimétricas, e nas formas de exercício da profissão: melhores salários, mais direitos garantidos, diminuição da vulnerabilidade e da instabilidade, limitação da jornada de trabalho, etc. Os autores também percebem mudanças na composição interna da categoria: o maior envelhecimento, a diminuição do número de domésticas residentes e/ou mensalistas e o crescimento das diaristas. Estas últimas, embora possam ter um maior grau de autonomia, enfrentam condições de trabalho mais precárias e são menos protegidas pela legislação trabalhista. Existiriam, assim, velhos e novos desafios a serem enfrentados por políticas públicas específicas.

Neste livro as políticas públicas são interpeladas por questões da área da educação, das discussões sobre sexualidade e gênero, da gestão de políticas de combate à pobreza e promoção familiar, da problemática da infância e da velhice, e das novas configurações do trabalho doméstico e legislação correspondente. Através desta obra, que possui envergadura de análise teórico-metodológica e empírica poucas vezes oferecida ao leitor interessado, gostaríamos de estimular a continuidade da reflexão e da produção científica em torno das políticas sociais e seus reflexos nas configurações familiares, de gênero e geracionais.

# O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA VOZ DAS BENEFICIÁRIAS: INCLUSÃO E CIDADANIA

MARIA MERCEDES RABELO

*Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1985), mestrado em Ciência Política (1998) e doutorado em Sociologia (2011) pela mesma instituição. É pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE).*

## INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003, é um programa de transferência de renda com condicionalidades, que atende, hoje, mais de 50 milhões de pessoas, alcançando, portanto, mais de 25% da população brasileira. O benefício é destinado preferencialmente às mulheres e tem como objetivos o alívio imediato da pobreza, o reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e de educação, através das exigências de condicionalidades, e o desenvolvimento das famílias através de programas complementares de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, fornecimento de documentos, entre outros.

O artigo examina alguns resultados do programa, verificando em que medida ele pode ser considerado um instrumento de *cidadanização*, ou seja, um mecanismo que promove o acesso à cidadania às famílias em situação de pobreza e de exclusão. Entende-se a cidadanização como a progressiva aproximação de uma igualdade simbólica e material, que se viabiliza tanto através do reconhecimento quanto da redistribuição.

O Programa Bolsa Família, ao realizar uma redistribuição de renda, estaria também promovendo um reconhecimento dessa população? Essa é uma questão relevante, pois se entende que a pobreza é algo que não se limita à esfera da carência material; ela constitui, igualmente, “um status social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência” (PAUGAM, 2003, p.45).

Com base em pesquisa qualitativa realizada junto a beneficiárias do PBF no município de Porto Alegre (RABELO, 2011)<sup>1</sup>, apresenta-se a percepção e a vivência das beneficiárias e discute-se alguns resultados do programa, especificamente no que se refere aos impactos de redistribuição e de reconhecimento de cidadania. Assim, na primeira seção, apresenta-se o Programa Bolsa Família. A seguir, examina-se o acesso à cidadania através da redistribuição e do reconhecimento. Na terceira seção, são tecidas algumas considerações finais.

---

(1) A pesquisa foi realizada em 2010 e 2011, em Porto Alegre. Foram realizadas 40 entrevistas abertas com mulheres beneficiárias do PBF (além de 11 entrevistas exploratórias e de 10 entrevistas realizadas em outro município), residentes em dois bairros com alta concentração de famílias beneficiárias do programa.

Uma versão modificada desse artigo foi publicada na Revista Ensaios FEE, v.34, nº1 (2013), em co-autoria com Marcelo Kunrath Silva, denominada Redistribuição e reconhecimento de cidadania através do Programa Bolsa Família (PBF). O artigo é fruto da tese de doutorado intitulada Redistribuição e Reconhecimento no Programa Bolsa Família: a voz das beneficiárias (RABELO, 2011), defendida no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

O PBF foi criado em 2003 e vem gradativamente expandindo-se para o conjunto da população elegível, bem como sofrendo diversas modificações, no sentido de alcançar e consolidar seus objetivos. Em 2014, o PBF está contemplando 13,9 milhões de famílias, cerca de um quarto da população brasileira (BRASIL, 2014).

O programa transfere mensalmente um valor variável às famílias, a depender da sua condição econômica e do número de filhos em idade escolar que efetivamente estão na escola. Assim, há o Benefício Básico de R\$ 77,00 para famílias extremamente pobres<sup>2</sup>; o Benefício Variável de R\$ 35,00 por criança de 0 a 15 anos, gestantes (por 9 meses) e nutrizes (por 6 meses), no limite de até 5 benefícios; e o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) de R\$ 42,00 para os jovens de 16 e 17 anos (no limite de até 2 benefícios). Assim, os valores transferidos (reajustados em junho de 2014) variam de R\$ 35,00 a R\$ 336,00 mensais, por família, dependendo do perfil econômico e da quantidade de crianças e jovens de até 17 anos. No Brasil, o benefício médio é de R\$ 169,90 mensais por família (BRASIL, 2014).

Desde 2011, o Programa Bolsa Família passou a integrar o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), cuja meta principal é acabar com a extrema pobreza no país. Para tanto, foi criado o Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP) destinado às famílias que permanecem em situação de extrema pobreza, *mesmo após o recebimento dos benefícios do PBF*. Nesses casos, o valor transferido corresponde ao montante necessário para que a família supere R\$ 70,00 *per capita*<sup>3</sup>.

Como contrapartida, o programa exige que as famílias beneficiárias cumpram condicionalidades na área da educação, da saúde e da assistência social. As condicionalidades na área da educação são a frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75% para adolescentes de 16 a 17 anos. Na área da saúde, são o cumprimento do calendário de vacinação e o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças de até 7 anos, assim como o acompanhamento das gestantes e das nutrizes de 14 a 44 anos. E, na área de assistência social, é exigida a frequência mínima de 85% nos serviços socioeducativos para as crianças e adolescentes em situação de risco ou retirados do trabalho infantil.

---

(2) São consideradas *extremamente pobres* aquelas famílias que possuem uma renda *per capita* de até R\$ 77,00 e *pobres* aquelas cuja renda *per capita* é de até R\$ 154,00 (reajustados em junho de 2014).

(3) Recentemente, os estados têm sido estimulados a criarem seus próprios programas de transferência de renda e de redução da extrema pobreza. Assim, o Rio Grande do Sul possui, desde 2011, o Programa RS Mais Renda o qual repassa às famílias beneficiárias, com crianças de zero a 6 anos, o montante necessário para que a renda familiar *per capita* atinja R\$ 100,00 mensais, atuando, assim, de forma complementar ao Programa Brasil Sem Miséria do governo federal.

A análise do perfil das famílias beneficiárias revela que metade dos beneficiários tem até 17 anos e 72,4% viviam na extrema pobreza antes de ingressar no programa (com renda familiar *per capita* mensal de até R\$ 70,00). Quanto aos responsáveis familiares, 93,1% são do sexo feminino, 12,1% não têm qualquer instrução e pouco mais da metade (52,1%) possui apenas o ensino fundamental incompleto. Finalmente, vale destacar, também, que 42,2% dos arranjos familiares são monoparentais femininos (CAMARGO et al., 2013).

## ACESSO À CIDADANIA OU APENAS GESTÃO DA POBREZA?

Uma das maneiras de problematizar a análise do PBF é através do questionamento acerca do próprio alcance do programa: seria ele uma política pública de efetiva promoção da cidadania? Ou apenas um conjunto de medidas para mitigar e gerir a pobreza?

Para analisar essa questão, o estudo baseia-se na interligação entre redistribuição e reconhecimento; entre uma dimensão econômica (associada à integração no mercado) e uma dimensão cultural (associada a uma interação regulada por valores) (FRASER, 2003). A falta de reconhecimento e a má distribuição não ocupam esferas separadas; ao contrário, interpenetram-se e produzem complexos padrões de subordinação que associam, em diferentes medidas, uma estratificação de classe (que engendra má-distribuição) e uma hierarquia de *status* (que produz falta de reconhecimento). A redistribuição de renda nunca implica unicamente impactos redistributivos: pode, ao mesmo tempo, promover reconhecimento ou, ao contrário, implicar impactos não intencionais que produzem *falta de* reconhecimento, seja sob a forma de estigma, seja sob a forma de uma desobrigação de prover outros direitos<sup>4</sup>. O reconhecimento, por sua vez, pode favorecer ou impulsionar uma maior inclusão social, sob a forma de garantir o acesso a políticas de qualificação profissional, por exemplo, ou acarretar apenas uma transformação de alcance superficial.

Logo, um sucesso mais amplo de um programa de transferência de renda depende da capacidade de serem efetivadas outras etapas do processo de cidadanização, no sentido do reconhecimento social dessas populações subordinadas. Além de possibilitar um acesso efetivo a uma vida mais digna, através da transferência de renda e do acesso aos direitos sociais universais (como alimentação, educação,

(4) No caso dos Estados Unidos, as mulheres beneficiárias da assistência social (o *welfare* americano) são rotuladas como *welfare mothers* (mães que recebem assistência do *welfare*) e não como *taxpayers* (pagadoras de impostos), evidenciando uma estigmatização do público alvo, o que acrescenta “o *insulto* da falta de reconhecimento à injúria da privação.” (FRASER, 2003, p.65).

saúde, assistência social, dentre outros), é necessário derrubar fronteiras simbólicas e concepções que desvalorizam os sujeitos em situação de vulnerabilidade social. Promover essa transformação também é função das políticas públicas, uma vez que elas “orientam concepções, definem estratégias, alocam recursos e distribuem valores para a sociedade que podem contribuir para consolidar uma nova institucionalidade em relação a temas distintos” (LOBATO, 2009, p.722).

A cidadania não é apenas o somatório dos direitos civis, políticos e sociais<sup>5</sup>. Há uma dimensão da cidadania, a dimensão simbólica (NEVES, 2002, 2007), que é *anterior* mesmo à dimensão dos direitos e que é parcialmente responsável pela implementação e ampliação desses direitos. As concepções de cidadania presentes na sociedade demarcam “espaços simbólicos” através dos quais se consubstanciam os processos de inclusão e de exclusão, a ampliação ou a minimização dos direitos sociais. Por consequência, há *exclusão* simbólica “não porque seus direitos não são respeitados (fato corriqueiro no país até para certos grupos incluídos), mas porque não são vistos como portadores de direitos” (NEVES, 2002, p. 214). Logo, o direito de existir enquanto cidadão engendra-se a partir de um reconhecimento anterior ao próprio *acesso* de fato aos direitos e esse se constrói nos espaços representacionais, simbólicos, de cada sociedade.

[...] o déficit de cidadania no país é tanto em termos de direitos legais (civis, políticos e sociais) quanto em termos de direitos simbólicos, no nível imaginário. Essa é a razão pela qual precisamos pensar em uma cidadania simbólica, enquanto expressão do direito de existência simbólica de todos os cidadãos como sujeitos de direitos, para entendermos a persistência de práticas de desrespeito aos direitos de certas categorias sociais no país (os pobres, os negros, os homossexuais, as mulheres, etc.), que são vítimas de uma exclusão simbólica (NEVES, 2007, p.123).

A Constituição de 1988 representou um grande avanço ao afirmar a igualdade e o reconhecimento do cidadão. A cidadania ganha destaque logo no primeiro artigo constitucional, onde são definidos os fundamentos da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988): a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. A seguir, a Constituição afirma como um de seus objetivos fundamentais a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais (art. 3º). E, no artigo 6º, define como direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, reconhecendo, assim, novos direitos de proteção (a alimentação será incluída apenas em 2010).

A partir de então, expandiu-se a possibilidade de cidadanização da população brasileira:

(5) “A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status” (MARSHALL, 1967, p. 76).

A Constituição de 1988 foi um marco absolutamente importante, porque acenou, de fato, com a possibilidade de estender a cidadania, e, portanto, as regras da equidade e da justiça para uma maioria que sempre esteve fora do contrato social – aqueles dois terços da população que estavam fora, estavam submergidos no mundo obscuro da filantropia, o avesso do mundo dos direitos (TELES, 2000, p.7).

A afirmação do igual valor dos cidadãos deu origem à própria possibilidade da implantação de uma transferência de renda a indivíduos ou famílias em situação de extrema vulnerabilidade social. Ademais, programas como o Bolsa Família instituíram a possibilidade de transferir renda mesmo àqueles indivíduos que, a princípio, estão aptos para o trabalho. Isso reflete uma transformação radical no imaginário social brasileiro: até então, a assistência havia sempre privilegiado o pobre “merecedor”: velhos, crianças e incapacitados. Àqueles que não tinham acesso aos benefícios da previdência social e não eram incapacitados, restava uma suspeita de ordem moral remetendo à preguiça, à indolência ou à irresponsabilidade. Entretanto, como se sabe, a ocupação, e mesmo a obtenção de um salário, nem sempre garantem formas adequadas de subsistência. Nesse sentido, o PBF representa um avanço importante na construção do sistema de proteção social brasileiro, uma vez que não exige a comprovação da *incapacidade* para o trabalho e institui a “legitimidade de garantir um aporte de renda a todos aqueles que estejam abaixo de um patamar de renda considerado mínimo” (JACCOUD, 2009, p.13).

Inúmeros estudos já apresentaram os resultados alcançados com o PBF. Entretanto, poucos deram voz às beneficiárias em suas investigações. Assim, a seguir, serão analisados os impactos do programa, desde o ponto de vista das mulheres beneficiárias.

## A TRANSFERÊNCIA DE RENDA E AS CONDICIONALIDADES

O principal objetivo do programa é minimizar a miséria e garantir o acesso das famílias beneficiárias à alimentação<sup>6</sup> através da transferência de uma renda de forma regular. De fato, as entrevistadas relataram o uso do recurso principalmente para a compra de alimentos, tanto o básico “arroz com feijão”, quanto o “reforço”, como frutas, legumes, carne/frango, iogurte, dentre outros, que antes eram praticamente inacessíveis. Todas as entrevistadas revelaram sentir-se bastante aliviadas com a possibilidade de reforçar a alimentação de suas famílias (um quarto delas relatou que, junto com seus filhos, havia vivenciado períodos de fome)<sup>7</sup>.

Muitas vezes elas ressaltaram que o valor recebido era baixo, mas dada a

---

(6) Em 2008, foi constatado que 55% das famílias beneficiárias ainda sofriam de insuficiência alimentar moderada (34%) ou grave (21%) (IBASE, 2008).

(7) A esse respeito, pesquisa nacional constatou que a proporção de crianças com adequada relação entre peso e altura era 39% maior dentre as beneficiárias (AVALIAÇÃO..., 2010).

sua regularidade, tornava-se fundamental para garantir o bem estar da família, junto com outras fontes de renda<sup>8</sup>.

Para a maioria delas, esta era a primeira vez em que dispunham de uma renda com estabilidade garantida<sup>9</sup>, o que permitia, inclusive, a aquisição de bens de forma parcelada. Além de complementar a alimentação, o recurso era utilizado para a aquisição de roupas e material escolar para as crianças, pagamento de gás, aluguel e transporte, e, em menor proporção, móveis, reforma na casa (como construção de banheiro, colocação de porta e reforma do teto). Algumas entrevistadas também compraram fogão, ventilador e produtos eletrônicos (celular, aparelho de DVD, computador)<sup>10</sup>.

A ampliação da capacidade de consumo teve também impactos simbólicos importantes os quais contribuíram no sentido de aumentar o seu reconhecimento social. Assim, exercer algum direito de escolha, melhorar a própria apresentação (e de sua família) e as condições de sua moradia (inclusive equipando-a com produtos eletroeletrônicos) podem minimizar a vivência de exclusão social, uma vez que, nas sociedades contemporâneas, o valor social dos indivíduos decorre, em parte, da sua capacidade de acessar o universo de consumo; logo, consome-se, mais do que o bem, o *valor simbólico* que o bem possui (CANCLINI, 1995; FEATHERSTONE, 1995). Além disso, o consumo de produtos eletrônicos pode ampliar seus interesses e suas capacidades proporcionando o início de uma inclusão digital, fundamental para integrar, e em especial, os seus filhos, aos processos de trabalho contemporâneos.

Todas essas conquistas e transformações concretas em seu cotidiano levaram, sem dúvida, a uma condição de vida com mais dignidade e a uma ampliação de sua condição cidadã. Paugam (2003, p. 42), a respeito dos beneficiários do Rendimento Mínimo de Inserção francês, igualmente afirma:

[...] o fato de receberem mensalmente uma renda, mesmo bastante modesta, representa para eles uma solução inesperada. Isso lhes permite “reerguer-se”. Em primeiro lugar, podem adquirir produtos de que até então se privavam. [...] Puderam cuidar melhor de sua apresentação. Essas pequenas coisas da vida cotidiana revelam-se essenciais em um processo de ressocialização.

---

(8) As entrevistadas possuíam uma situação ocupacional bastante instável. Cerca de metade delas eram faxineiras (diaristas), vendedoras de *lingerie*, vendedoras de “churrasquinho”, manicures, dentre outras ocupações, e um quarto estavam inativas (por doença ou para cuidar das crianças ou familiares, dentre outros motivos). Apenas 10 delas (cerca de um quarto) possuía vínculo de trabalho formal (em geral, como empregadas de serviços gerais).

(9) Muitas já haviam tido um contrato de trabalho formal. Contudo, essa relação formalizada quase sempre havia sido de curta duração.

(10) Conforme os relatos, muitos desses bens de consumo são de segunda mão e, às vezes, repassados por interceptadores de produtos roubados.

A participação no programa, além dos citados ganhos relativos ao aumento do consumo (em especial, de alimentos), acarretou outras conquistas. Várias pesquisas também constataram resultados positivos nas famílias beneficiárias em função da renda garantida e da exigência de condicionalidades, em comparação com famílias não beneficiárias com mesma faixa de renda, tais como o aumento da frequência escolar, menores chance de repetir de ano, melhora dos resultados escolares, melhora do estado nutricional de crianças e adolescentes, redução da mortalidade infantil, aumento da cobertura vacinal, redução significativa da admissão hospitalar de crianças com menos de 5 anos, dentre outros (CAMPELLO; NERI, 2013).

Por outro lado, observou-se que as exigências de condicionalidades, em especial aquelas relacionadas à educação, são bem recebidas pelas beneficiárias e são um forte estímulo ao aumento da frequência às aulas, bem como à redução do abandono escolar. O maior controle da frequência escolar pelos gestores do programa (e a possibilidade de ter o benefício cancelado) contribuiu para evitar a evasão escolar de várias crianças e adolescentes.

As entrevistadas, em muitos casos, relataram ter bem clara a importância da escola para o desenvolvimento das crianças e para melhorar a sua situação futura. Percebe-se que, muitas vezes, há uma consciência de que as crianças precisam estudar para ter chances de sair da miséria e há um grande esforço para mantê-las na escola. Como exemplo, podemos citar o caso de uma beneficiária (44 anos, solteira, 1º série, 2 filhos pequenos) que estava utilizando o dinheiro transferido pelo programa para comprar, em várias parcelas, uma enciclopédia para sua filha, que adorava estudar. Contudo, há outras urgências relacionadas à própria sobrevivência para aqueles que vivem na extrema pobreza, as quais quase inviabilizam a devida atenção à escola.

Uma mulher, que vivia em condições extremamente precárias, contou que, antes de ingressar no programa, suas 3 crianças iam à escola apenas “quando dava”. Agora, havia um esforço maior para frequentar as aulas e solucionar os problemas como falta de material escolar, falta de apoio para cuidar das crianças menores, dentre outros. Outra beneficiária afirmou que 2 de seus filhos mais velhos certamente já estariam trabalhando, e não estudando, se não estivessem recebendo o benefício. Esses casos constituem-se em exemplos de muitos outros relatos ouvidos nas entrevistas.

O controle da frequência escolar ajudou, ainda, a evitar o abandono escolar por parte de alguns adolescentes uma vez que ao terem o benefício suspenso, as famílias verificaram que esses jovens não estavam mais frequentando a escola<sup>11</sup> e puderam intervir antes do abandono definitivo.

(11) Nessa pesquisa, 5 adolescentes tiveram o benefício temporariamente suspenso e uma família teve o benefício cortado em função do não cumprimento da condicionalidade de educação (uma adolescente que parou de estudar por ter engravidado).

Constatou-se, também, que houve um aumento da participação de algumas mães na vida escolar: frequentando a escola, conversando com os professores, organizando eventos na escola, ajudando nas lições de casa e, também, uma maior preocupação com as roupas e calçados que as crianças possuem (ou não) para ir à escola.

Outro impacto do programa foi a redução do trabalho infantil, igualmente observada em termos nacionais (BRASIL, 2013). Três beneficiárias em situação de extrema pobreza relataram que, antes do PBF, seus filhos pediam dinheiro na feira, cuidavam de carros e recolhiam material reciclável nas ruas ou junto da sua carroça. Após o ingresso no programa, essas crianças deixaram de trabalhar<sup>12</sup>.

Entretanto, há, também, dificuldades, em maior ou menor grau, a depender da localização da família, em ter acesso às escolas, em especial as de nível médio, e aos postos de saúde. Também foram relatadas falta de professores e de profissionais de saúde e má manutenção dos equipamentos. Ou seja, os três níveis de governo devem igualmente ser convocados a se comprometerem a fornecer as condições para o cumprimento das condicionalidades.

## RECONHECIMENTO SOCIAL E AUTORRECONHECIMENTO

Outro importante aspecto relativamente aos efeitos de cidadanização verificados na pesquisa, além dos abordados anteriormente, refere-se justamente ao reconhecimento social (ainda que com resistências de alguns setores da sociedade) e ao autorreconhecimento de uma cidadania antes “encoberta”. Trata-se aqui da afirmação da condição cidadã desses grupos vulneráveis.

Como lembra Neves, a cidadania não deve ser concebida apenas em termos de direitos legalizados, mas, sim, estar contemplada nas *representações hegemônicas* (simbólicas), em especial, no que respeita aos grupos minoritários. O reconhecimento é, portanto, “uma premissa para a realização da cidadania” (NEVES, 2005, p.86).

A falta de reconhecimento se corporifica em fronteiras *simbólicas*, que funcionam como uma condição necessária (ainda que não suficiente) para a consolidação das fronteiras sociais e refletem justamente os elementos culturais que sustentam a segregação social, tais como os preconceitos de *raça/cor* ou de classe (SMALL; HARDING; LAMONT, 2010). A naturalização da desigualdade social, tão enraizada na sociedade brasileira (SOUZA, 2006), é cotidianamente reafirmada através dessas fronteiras simbólicas.

---

(12) Os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) possuem equipes as quais, ao constatar situações de trabalho infantil, entram em contato com as famílias, incluem-nas no PBF e tomam as demais medidas necessárias (medidas socioeducativas, acompanhamento da família, dentre outras).

Uma dessas fronteiras simbólicas constitui-se na visão de que as beneficiárias de programas de transferência de renda, e do PBF em particular, vão ser desestimuladas a buscar um trabalho, uma vez que já têm garantida a sua sobrevivência<sup>13</sup>. Para os defensores desse argumento, o PBF estaria estimulando a preguiça, o ócio e, no limite, o uso de álcool e drogas<sup>14</sup>. A visão de que as beneficiárias são pessoas que não se esforçam (não procuram um trabalho, não buscam se qualificar, não cuidam adequadamente das crianças, por exemplo) favorece a sua estigmatização e obstrui o reconhecimento dessas famílias como legítimas merecedoras do benefício (dada a sua condição cidadã)<sup>15</sup>.

Nessa visão, haveria uma dificuldade “intrínseca” a esse grupo social no sentido de galgar os degraus da ascensão social, a qual seria, a princípio, acessível a todos, tal como sustentado por uma “ideologia do mérito” (SOUZA, 2009). Daí a ideia de que um programa de transferência de renda só é aceitável, eventualmente, se exigir compromissos (no caso do PBF, através das condicionalidades). Contudo, alguns pesquisadores já se debruçaram sobre a questão do desincentivo ao trabalho e não encontraram evidências que comprovem essa afirmação. Oliveira e Soares, em exaustiva resenha sobre as principais pesquisas realizadas no Brasil, concluíram que não há evidências que sustentem o chamado “efeito preguiça” (OLIVEIRA; SOARES, 2013).

Ao contrário, estudos constatam um percentual de ocupação um pouco superior dentre as beneficiárias (BRASIL, 2007; TEIXEIRA, 2010) e algumas pesquisas indicam que o programa seria um “facilitador” para a entrada no mercado de trabalho (ROSA; SANTOS, 2010; PIRES, 2008). No caso das mulheres já empregadas, verificou-se que o programa diminui em 6% as chances de as mesmas deixarem seus empregos (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007).

O aspecto principal que perpassa a questão do trabalho, dentre outros, é que esse universo populacional é, evidentemente, muito mal qualificado para in-

(13) As famílias muitas vezes são também acusadas de aumentarem a sua prole, tendo em vista aumentarem a sua renda através do benefício variável. Tal hipótese não se comprovou: entre aquelas com renda domiciliar *per capita* de até R\$ 70, a fecundidade caiu de 5,1 filhos para 3,6 filhos entre 2000 e 2010 (JANNUZZI; PINTO, 2013).

(14) A questão é colocada principalmente desde a perspectiva liberal e se refere justamente à necessidade de ser exigida uma contrapartida dos beneficiários, especialmente no sentido de que aqueles que estejam aptos para trabalhar aceitem qualquer trabalho que lhes seja oferecido, sob pena de perder o benefício. Esta formulação é usualmente conhecida como *workfare* (*welfare to work*). O objetivo central do *workfare* é diminuir a dependência em relação ao Estado (SILVA, 1997).

(15) Um conhecido jornalista, de um importante veículo de comunicação brasileiro, por exemplo, afirmou: “O programa é uma espécie de *crack* da assistência social: tem efeito imediato, vicia rapidamente e transforma os consumidores em zumbis dependentes dos fornecedores de pedra” (AZEVEDO, 2009).

gressar e permanecer no mercado formal de trabalho, dadas as várias qualificações requeridas<sup>16</sup>.

Na pesquisa qualitativa realizada em Porto Alegre, as entrevistadas relataram já ter sofrido estigmatização no sentido de que seriam beneficiárias apenas porque não *queriam* trabalhar. Além de inúmeros comentários na mídia, foram relatadas “acusações” nesse sentido por parte de assistentes sociais, professoras, funcionárias de escolas, funcionárias de postos de saúde, além de membros da própria comunidade.

Entretanto, as beneficiárias afirmaram que querem, sim, trabalhar e que o suporte proporcionado pelo programa significava, em muitos casos, poder acessar bens como uma vestimenta mais adequada e transporte, necessários à busca por um trabalho. Além disso, foi muito enfatizado que os baixos valores recebidos através do PBF não permitem sustentar uma família apenas com a renda transferida.

Além da pouca qualificação e da baixa ou nenhuma escolaridade<sup>17</sup>, principais obstáculos à obtenção de um emprego, elas relatam a vivência de outras dificuldades, decorrentes das várias exigências colocadas pelo mercado de trabalho: desde a depreciação de sua apresentação pessoal até o “preconceito” quanto ao seu local de moradia; a carência de creches e de escolas de turno integral; a idade avançada, dentre outros. Ou seja, as beneficiárias são responsabilizadas por não aproveitarem oportunidades que, para grande parte delas, efetivamente não existem. Havia também o temor de desligar-se do programa em função do ingresso no mercado de trabalho e, dada a sua instabilidade, ao perder o emprego, ficar igualmente sem o benefício. Para evitar essas situações, o governo federal estabeleceu, em 2011, o Retorno Garantido, através do qual, essas famílias teriam o reingresso no programa garantido por um prazo de 36 meses.

Entretanto, apesar de todas essas dificuldades, as beneficiárias conferem um significativo valor ao trabalho (e, em especial, ao emprego formal) que, de um lado, mantém-se como uma fonte central de dignidade pessoal e social e, de outro, oportuniza o acesso a direitos (particularmente aos direitos trabalhistas) amplamente reconhecidos e valorizados pelas entrevistadas<sup>18</sup>.

Eu acho que a pessoa, quando tem um emprego, de carteira assinada, ela tem mais valor, né? E ela sabe dar mais valor ao trabalho. (...) Eu acho que o direito que mais ..., que tá muito pra baixo aí é o desemprego, né? Eu acho que é o direito... Porque a maioria nem precisava tá no Bolsa Família.

(16) Leichsenring (2010) observou que metade dos beneficiários é desligada do emprego em até 1 ano, sendo que 30% deles em até 6 meses.

(17) Em Porto Alegre, à época da pesquisa, 62,5% dos beneficiários responsáveis pela família possuíam apenas o ensino fundamental incompleto (além de 4,8% analfabetos). E somente 5,7% eram assalariados com carteira de trabalho (BRASIL, 2010).

(18) Quase todas as beneficiárias entrevistadas souberam nomear os direitos trabalhistas.

Se tivesse emprego decente, se tivesse pra ganhar [em] um emprego bem decente. A maioria nem precisava tá no Bolsa Família. (...) E eu acho que seria um orgulho muito grande, né? Pra quem chegar e [poder] dizer: “ó, eu trabalho, mas eu trabalho num serviço decente. Eu assino a carteira, eu sou mais um trabalhador” (Beneficiária, 46 anos, 5 filhos, 5ª série).

A centralidade do significado do trabalho decorre do fato de que ele, além de prover a sua subsistência e a da sua família, é um meio de obter reconhecimento social (PAUGAM, 2003; SCHNAPPER, 1998; CASTEL, 2001; MÉDA, 1999). A vivência do não trabalho ou do trabalho precário imputa ao beneficiário uma desvalorização de si e a noção de que perdeu o respeito e a dignidade. Além de propiciar o acesso aos direitos trabalhistas, o trabalho assalariado é o grande promotor de dignidade e de respeito e a carteira de trabalho seria, portanto, o “passaporte” para a cidadania. Até recentemente, no Brasil, a cidadania era, de fato, demarcada, pela existência ou não da carteira de trabalho. Esse é o sentido da expressão, cunhada por Santos, *cidadania regulada* (SANTOS, 1987)<sup>19</sup>.

Tendo em conta essa realidade, muitas beneficiárias declararam que seria necessário e desejável que o governo disponibilizasse, junto com a transferência de dinheiro, cursos de qualificação tanto para os responsáveis pela família quanto para os seus filhos adolescentes. Algumas delas chegaram a sugerir que o governo, ao invés de transferir renda, oferecesse cursos de qualificação, pois, qualificadas, elas poderiam obter a renda por si próprias.

Assim, se por um lado, as beneficiárias vivenciam o estigma de serem beneficiárias de um programa que estimularia o não trabalho, de outro, elas obtêm ganhos no sentido de acesso à cidadania. As pesquisas vêm demonstrando que, ao contrário de estimular o não trabalho e a preguiça, o programa promove importantes conquistas através da renda garantida.

Além das conquistas já citadas, várias beneficiárias destacaram que o próprio fato de ter uma renda garantida teria produzido uma mudança de posição subjetiva, produzindo um estímulo para buscarem outras maneiras de gerar renda. Ou seja, o fato de participarem do programa significou que, em alguma medida, haviam saído da invisibilidade, fazendo com que se sentissem apoiadas pelo governo (e, por consequência, reconhecidas), gerando uma motivação que sustentava a sua busca pela inserção social. Esse apoio, em um contexto de frequente “salvem-se quem puder”, calcado em soluções individuais, gerou a esperança de um futuro melhor.

As entrevistadas expressaram, ainda, que com a renda garantida passaram a ter a possibilidade de uma autonomização em relação a seus companheiros/ma-

(19) A cidadania regulada refere-se a uma estratificação ocupacional, através da qual, são considerados cidadãos aqueles cujas ocupações são reconhecidas e definidas em lei. “A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei” (SANTOS, 1987, p.68).

ridos. Com exceção de quatro delas (para quem era indiferente se o recurso era entregue ao homem ou à mulher), todas as beneficiárias entrevistadas afirmaram que é correto o benefício ser repassado preferencialmente às mulheres uma vez que os homens não são confiáveis (vão usar o dinheiro para si mesmos e/ou vão comprar drogas e bebidas) e não têm a mesma responsabilidade para com os filhos.

O fato de possuir uma renda, em seu nome, com regularidade, lhes permite fazer planos, independentemente de maridos/companheiros, seja nas compras para as crianças e manutenção da casa (alimentos, roupas e material escolar), seja com relação às aquisições de maior vulto para a moradia (comprar um armário, reformar a cozinha), seja ainda com relação ao consumo privado, para as suas próprias necessidades.

Além disso, muitas famílias beneficiárias são monoparentais femininas<sup>20</sup>, ou seja, as mulheres moram sozinhas com as crianças e devem sustentá-las. Observou-se, através dos seus depoimentos, que há uma grande “circulação” de homens, no sentido de que eles coabitam por determinado tempo, geram (ou não) filhos e seguem adiante. Em várias famílias da amostra, havia crianças de pais diferentes que estavam aos exclusivos cuidados das mães. Em alguns casos, houve relato de que os ex-companheiros/ex-maridos apenas “ajudavam” financeiramente, de maneira irregular, quando podiam (ou quando queriam).

28

Por fim, mas não menos importante, houve relatos no sentido de que, com a transferência de renda, elas puderam abandonar os maridos (muitas vezes drogados e/ou que lhes infligiam maus tratos), opção que lhes era praticamente inviável até então.

O programa é criticado, com alguma frequência, por reforçar papéis tradicionalmente considerados femininos (através das exigências de condicionalidades de educação e de saúde para as crianças) o que tornaria ainda mais difícil para as mulheres obter um trabalho assalariado (CARLOTO; MARIANO, 2012), além de privá-las do controle de suas próprias vidas (FONSECA, 2010). Observe-se, contudo, que a determinação do PBF é no sentido de que as crianças e adolescentes frequentem a escola e o posto de saúde, mas, em momento algum, fica estabelecido que essas tarefas devam ser executadas *exclusivamente* pelas mulheres.

Assim, ainda que possa ter ocorrido um reforço do papel tradicionalmente atribuído às mulheres, no que se refere à responsabilidade pela saúde e pela educação das crianças, a sua titularidade no programa propiciou conquistas conside-

---

(20) Em 2010, apenas 13% das beneficiárias de Porto Alegre declararam estar casadas. Essa informação deve ser tomada com cautela, pois as beneficiárias em uma relação estável (com companheiros, mas que não eram formalmente casadas) eram classificadas como “solteiras”. Logo, a proporção daquelas com cônjuges (casadas ou com companheiros) provavelmente era maior. Dentre as entrevistadas, cerca de ¼ possuía marido ou companheiro (BRASIL, 2010).

ráveis em várias esferas (SUÁREZ; LIBARDONI, 2007; REGO; PINZANI, 2013).

Finalmente, pode-se fazer um breve percorrido sobre os aspectos relacionados às conquistas no que se refere ao reconhecimento de si mesmas enquanto cidadãs, o auto-reconhecimento. Este é uma questão mais controversa, que mostrou algumas ambiguidades. É um aspecto difícil de ser avaliado, pois envolve a verbalização e mesmo a teorização de questões que usualmente não fazem parte de seu repertório cotidiano de preocupações. Apesar disso, é possível tecer algumas observações.

Muitas beneficiárias – cerca de um terço delas – relataram que se sentiram mais cidadãs após o ingresso no programa. Para elas, participar do programa significou inclusão e reconhecimento. O programa as retirou da invisibilidade, possibilitou uma certa autonomia, produziu transformações objetivas e subjetivas no seu cotidiano e na vida de seus filhos, além de, em muitos casos, estimular o retorno à escola e a qualificação profissional.

Então, no momento que tu sabe que aquele direito que tá vindo pra ti, tá vindo de pessoas que prá tu ter aquele direito, as pessoas têm que saber que tu existe, que tu tá ali. (...) Então prá ti passar a ter aquele direito, tu é um cidadão reconhecido praticamente. (..) Fez diferença, eu me senti mais cidadã quando eu tive o Bolsa. Não mais cidadã, mas uma *cidadã reconhecida* (Beneficiária, 33 anos, 1º série do 2º grau).

Outras entrevistadas, contudo, tiveram um olhar distinto e trataram a questão sob a ótica de que se elas recebem uma transferência de renda, é justamente porque não são cidadãs. Se elas fossem cidadãs, elas teriam um emprego (formal) e condições dignas de vida. A cidadania, assim, é ter um emprego e poder garantir qualidade de vida para a sua família. Contudo, mesmo nesses casos, há uma ideia de que os seus filhos, sim, estão tendo uma oportunidade de tornarem-se cidadãos, dadas as melhores condições de se alimentar, de se vestir, de frequentar a escola, etc.

Se eu fosse cidadã eu não precisava. Eu acho que aquilo ali é uma ajuda pra os pobres porque eles não são cidadãos. (..) Eu acho que, sabe, não vamos tratar assim ‘uma esmola do governo’, mas acho que é uma ajuda pras pessoas que não são cidadãos, que não têm condições, sabe? Eu acho que cidadania é tu ter condições de trabalhar, tu ter condições de ir e vir nos lugares sem se sentir mal, sem ser discriminado. A polícia não entrar na tua casa toda hora achando que ali é um ponto de tráfico (Beneficiária, 44 anos, 1º série, 5 filhos).

O que essa beneficiária está destacando é que há uma diferença, como já foi apontado, entre *ser sujeito de direitos* e efetivamente *usufruir desses direitos*. De fato, o programa promove importantes transformações, mas as vidas dessas famílias ainda estão marcadas pela pobreza, pela discriminação, pelo desemprego e pela desproteção social. O próprio Programa Bolsa Família possui uma fraca institucionalidade

e ainda não foi formalizado como um *direito social* no mesmo patamar que a saúde, a educação e a alimentação<sup>21</sup>. Por isso, muitas vezes ele é vivenciado como uma *ajuda*, sendo ainda associado a um “favor” que o Presidente Lula teria lhes concedido.

## CONSIDERAÇÃO FINAIS

As entrevistas com as beneficiárias do Programa Bolsa Família em Porto Alegre permitiram afirmar que o Programa pode ser considerado um importante instrumento de cidadanização. O reconhecimento e a redistribuição se potencializam e produzem resultados significativos no sentido de minimizar a pobreza e a exclusão social.

Conclui-se afirmando que os objetivos do programa estão calcados nas prerrogativas dos direitos da cidadania e que, através do programa, reconhece-se a cidadania daquela população mais vulnerável, assim como o direito a um suporte por parte do Estado para alcançar melhores condições de vida.

Verificou-se que houve uma ampla gama de conquistas para as famílias beneficiárias. Logo, não se trata apenas de transformar as famílias beneficiárias em meras consumidoras (o que não é pouco). Trata-se de promover a inclusão efetiva dessa população através do acesso a serviços de educação, de saúde e de assistência social, assim como através da qualificação profissional.

Nesse sentido, verifica-se o acerto das novas ações da política nacional de redução da pobreza, tais como o aumento do número de creches e de escolas de tempo integral em locais onde haja maioria de alunos do PBF, o incremento de programas de qualificação como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, o estímulo ao empreendedorismo e outros, no âmbito do Programa Brasil Sem Miséria e que contemplam os beneficiários do Programa Bolsa Família.

A redução da privação material e o reconhecimento de cidadania podem produzir um alargamento do seu *horizonte de desejo* (SANTOS, 2006), levando a que essas populações altamente desvalidas passem a almejar mais recursos, direitos e inclusão social. Assim, parte do impacto do PBF, para além dos aspectos estritamente materiais e redistributivos, refere-se ao campo político que está sendo delineado a partir do reconhecimento social de uma grande parcela da população brasileira.

---

(21) Enquanto a saúde e a educação são direitos sociais universais e incondicionais e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um direito garantido a todo o grupo para o qual ele foi criado (idosos e portadores de deficiências cuja renda mensal familiar *per capita* não ultrapasse ¼ do salário mínimo), o PBF ainda não está garantido na lei.

Pois, como afirma uma beneficiária, o pobre não precisa apenas de comida.

[...] não só prá comida, comida, comida, também, né? Daí não é bom porque *aqui ninguém é porco que vive só de comida, comida, comida*. Porque pobre é assim. Pobre trabalha prá comer. Só. Só prá comer. Quer dizer que o pobre não tem...Se o pobre trabalha só prá comer, ganhando 400 e tanto que nem eu te falei, o pobre não tem...Como é que eu vou lhe dizer? Eu não tive a oportunidade de levar os meus filhos numa Redenção<sup>22</sup>. Eu não tive a oportunidade de levar os meus filhos num zoológico. Que nem eu. Eu também não conheço! Eu não tive a oportunidade de ir num cinema, que eu também nunca fui, né? Eu não tive a oportunidade de levar os meus filhos numa churrascaria, né? (Beneficiária do PBF, 35 anos, 6º série, 6 filhos)

## REFERÊNCIAS

AVALIAÇÃO de Impacto do Programa Bolsa Família – 2ª Rodada. **Banco de dados**. Brasília: MDS, 2010. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/avaliacao-do-impacto-do-bolsa-familia>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

AZEVEDO, Reinaldo. Lula e a poesia da miséria. **Revista Veja**, São Paulo, 29 jul. 2009. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/lula-e-a-poesia-da-miseria>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição nº 1, de 1988. **Constituição Federal**. Brasília, DF: Horizonte Editora, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Primeiros Resultados da Análise da Linha de Base da Pesquisa de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família**. Brasília: MDS, 2007. Disponível em: [http://www.ipc-undp.org/doc\\_africa\\_brazil/CEDEPLAR\\_AnaliseAvaliacaoPBF.pdf](http://www.ipc-undp.org/doc_africa_brazil/CEDEPLAR_AnaliseAvaliacaoPBF.pdf). Acesso em: 21 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Cadastro Único para Programas Sociais**. Brasília: MDS, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Sala de Imprensa. **OIT destaca contribuição do Bolsa Família para redução do trabalho infantil no Brasil**. Disponível em: <<https://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/maio/oit-destaca-contribuicao-do-bolsa-familia-para-reducao-do-trabalho-infantil-no-brasil>>. Acesso em: 15 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). SAGI. **Rela-**

(22) Parque Farroupilha (ou Parque da Redenção) em Porto Alegre.

**tórios de Informações Sociais.** Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/relatorio.php>> Acesso em 10 set.2014.

CAMARGO, Camila et al. Perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Bolsa Família: o que o Cadastro Único revela? In: Campello, Tereza; Neri, Marcelo C. (Orgs.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: IPEA, 2013.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: IPEA, 2013.

CANCLINI, Néstor G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CARLOTO, Cássia; MARIANO, Silvana. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no Programa Bolsa Família. **Textos & Contextos**, v.11, n.2, p. 258-272, ago/dez. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/12337/8636>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e Pós-modernismo.** São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FONSECA, Ana. As mulheres como titulares das transferências condicionadas: empoderamento ou reforço de posições de gênero tradicionais? In: CONGRESSO DA REDE MUNDIAL DE RENDA BÁSICA – BIEN, 13, 2010, São Paulo. **Anais Eletrônicos...** São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/As-mulherescomotitularesdastransferenciascondicionadas.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

FRASER, Nancy. Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition and participation. In: FRASER, N; HONNETH, A. **Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange.** London, New York: Verso, 2003.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas.** Documento síntese. IBASE, 2008. Disponível em: <[http://www.ibase.br/userimages/ibase\\_bf\\_sintese\\_site.pdf](http://www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf)>. Acesso em: 21 ago. 2014.

JACCOUD, Luciana. **Pobres, pobreza e cidadania: os desafios recentes da proteção social.** Brasília, DF: IPEA, 2009. (Texto para discussão n. 1372).

JANNUZZI, Paulo de M.; PINTO, Alexandro R. Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família II. In: Campello, Tereza; Neri, Marcelo C. (Orgs.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília, IPEA, 2013.

LEICHSENRING, Alexandre R. Precariedade laboral e o Programa Bolsa Família. In: CASTRO, Jorge; MODESTO, Lúcia (Orgs.) **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desa-**

fios. Brasília: IPEA, 2010. Vol. 1.

LOBATO, Lenaura. Dilemas da institucionalização de políticas sociais em vinte anos da Constituição de 1988. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol.14, n.º3, p.721-730, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000300008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000300008&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 21 ago. 2014.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MÉDA, Dominique. **O trabalho**: um valor em vias de extinção. Lisboa: Fim de Século, 1999.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. **Programas focalizados de transferência de renda**: contribuições para o debate. Brasília, DF: IPEA, 2007. (Texto para discussão, 1283).

NEVES, Paulo S. da C. Direitos Humanos e cidadania simbólica no Brasil. Paulo Sérgio da Costa neves. IN: Lyra, Rubens Pinto (Org). **Direitos Humanos**: os desafios do século XXI. Uma abordagem interdisciplinar. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

\_\_\_\_\_. Luta antirracista: entre reconhecimento e redistribuição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.20, n.59, p.81-96, out, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092005000300006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092005000300006&script=sci_arttext)>. Acesso em: 21 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Reconhecimento e desprezo social ou os dilemas da democracia no Brasil contemporâneo: algumas considerações à luz da questão racial. **Política & Sociedade**, n.11, p.117-132, out, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1260/1203>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

OLIVEIRA, Luis Felipe B.; SOARES, Sergei S.D. “Efeito-preguiça” em programas de transferência de renda? In: Campello, Tereza; Neri, Marcelo C. (Orgs.) **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília, IPEA, 2013.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação Social**: ensaio sobre a Nova Pobreza. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

PIRES, André. Bolsa Família e políticas públicas universalizantes: o caso de um município paulista. **Cadernos de Pesquisa**, v.38, n.134. p.341-366, maio/ago.2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0538134.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

RABELO, Maria M. **Redistribuição e reconhecimento no Programa Bolsa Família**: a voz das beneficiárias. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

REGO, Walquiria L.; PINZANI, Alessandro. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso do Programa Bolsa Família. In: Campello, Tereza; Neri, Marcelo C. (Orgs.) **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília, IPEA, 2013.

ROSA, Tereza R.S.; SANTOS, Gilmar R. O trabalho entre os beneficiários do Programa Bolsa Família em Montes Claros - MG. In: CONGRESSO DA REDE MUNDIAL DE RENDA BÁSICA – BIEN, 13, 2010, São Paulo. **Anais Eletrônicos...** São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/terezaraquelrosaOtrabalhoentresbeneficiariosdoprogramaBolsaFamiliaeMontesClaros.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

\_\_\_\_\_. **Horizonte do desejo**: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHNAPPER, Dominique. **Contra o fim do trabalho**. Lisboa: Terramar, 1998.

SILVA, Maria O. da S. **Renda Mínima e Reestruturação Produtiva**. São Paulo: Cortez, 1997.

SMALL, Mario; HARDING, David; LAMONT, Michèle. Introduction: Reconsidering Culture and Poverty. Cambridge: Harvard University, 2010. **Annals** of the American Academy of Political and Social Science. Disponível em: <[http://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/5342163/Small-Harding-Lamont\\_Introduction-Reconsidering-Culture-and-Poverty.pdf?sequence=1](http://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/5342163/Small-Harding-Lamont_Introduction-Reconsidering-Culture-and-Poverty.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 21 ago. 2014.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

\_\_\_\_\_. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SUÁREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. O Impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres. In: VAITSMAN, Jeni; PAES-SOUZA, Rômulo (Orgs.). **Avaliação de Políticas e Programas do MDS** – Resultados. Vol. II. Bolsa Família e Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007.

TAVARES, Priscilla A. **Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36, 2008, Salvador. Anais Eletrônicos... Salvador: ANPEC, 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211028050-.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

TEIXEIRA, Clarissa. **A heterogeneity analysis of the Bolsa Familia Programme effect on men and women's work supply**. Brasília, DF: International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG) 2010. (Working Paper 61). Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/IPCWorkingPaper61.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

TELLES, Vera da Silva. Os dilemas da pobreza: entre a cidadania e a filantropia. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v.6, n.11, p.51-86, jul/dez.2000. Disponível em: <<http://dspace.almg.gov.br/xmlui/handle/11037/1100>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

# CIDADANIA, EMPODERAMENTO FEMININO E PROMOÇÃO FAMILIAR ATRAVÉS DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

ALEXANDRE BEN RODRIGUES

*Sociólogo e Doutorando em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).*

LETÍCIA MARIA SCHABBACH

*Professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).*

VANESSA MARX

*Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).*

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a tríade formada pelos conceitos de cidadania, empoderamento feminino e promoção familiar ganhou notoriedade no cenário acadêmico e de produção de políticas públicas no Brasil. O contexto econômico e social brasileiro, considerando-se suas diversas mudanças recentes, respalda a importância do tema e a necessidade da incorporação de novos referenciais teóricos para a compreensão do papel da mulher no desenvolvimento humano e socioeconômico do país, uma vez que nosso entendimento sobre essa temática está em transformação.

Se durante a última década do século XX foi possível perceber os numerosos casos malsucedidos de implementação do receituário neoliberal, sobretudo na América Latina, hoje vivemos um período de reinterpretação da economia globalizada, uma vez que se tornou claro que o desenvolvimento socioeconômico não pode ser obtido pela simples primazia do mercado para solucionar o histórico déficit social da região. Essa constatação explicita o fato de que o Estado continua a ser mais necessário do que nunca, e torna prioritária a discussão de que tipo e com que qualidade a intervenção estatal deve ser aplicada.

O neoliberalismo, como modelo de desenvolvimento socioeconômico, surgiu após a Segunda Guerra Mundial em resposta ao Estado intervencionista e de bem-estar na América do Norte e Europa, buscando estabelecer outro tipo de capitalismo, sem regras. A partir dessa base, foram implementadas políticas como altas taxas de juros, via livre para os fluxos financeiros, redução dos impostos para os sujeitos com salários mais altos – o que gerou altas taxas de desemprego, um amplo programa de privatizações e o desmantelamento de alguns sindicatos. Porém, o que teve maior impacto foi a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo em matéria ideológica, influenciando tanto governos de direita como os da social-democracia europeia, que incorporaram em seus programas ideários e iniciativas neoliberais. Anderson (2003, p. 192) reflete sobre o neoliberalismo, comentando:

Economicamente o neoliberalismo fracassou. Não conseguiu nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, pelo contrário, conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, ainda que não tão desestatizadas como havia sido proposto. Política e ideologicamente, conseguiu um grau de êxito jamais sonhado pelos seus fundadores, disseminando a simples ideia de que não existe alternativa para seus princípios e que todos, partidários ou opositores, tem que adaptar-se às suas normas (ANDERSON, 2003, p. 192).

Com o início do século XXI e o questionamento dos preceitos neoliberais, podemos dizer que vivemos em um período pós-neoliberal, no qual a discussão gira em torno das melhores estratégias e ferramentas para orientar a intervenção estatal. De fato, existem diferentes caminhos para o desenvolvimento, várias for-

mas de capitalismo e arquiteturas institucionais, sobre as quais o Estado deve incidir como coordenador, com uma perspectiva sustentável e de longo prazo (DINIZ, 2009). Esse novo movimento tem sido capitaneado por alguns países, em especial os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) que, apesar de não apresentarem níveis elevados de renda, têm assumido certo protagonismo na economia global, alterando a correlação de forças políticas existente.

Um dos aspectos centrais da agenda pós-neoliberal, para além dos aspectos econômicos, diz respeito à capacidade do sistema estender os benefícios do desenvolvimento a toda a sociedade. Essa preocupação com a inclusão social implica a necessidade de políticas de transferência de renda, serviços sociais básicos e educação profissionalizante, de forma a elevar a ação do Estado para além do tradicional assistencialismo aos setores mais pobres da população, atingindo uma escala quantitativa e qualitativa que só a máquina estatal é capaz de viabilizar (BOSCHI; GAITÁN, 2008).

Partindo do referido contexto, a articulação entre cidadania, empoderamento feminino e promoção familiar é exposta neste artigo através da Teoria das Capacidades de Amartya Sen, e sua implicação em nossa forma de compreender os resultados das recentes políticas sociais de transferência de renda implementadas no Brasil. Como escopo empírico para tratar dessas questões, selecionamos o Programa RS Mais Igual, dentro do Programa Estadual de Erradicação da Extrema Pobreza, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (RS). Esse Programa está sendo analisado pelo Observatório de Políticas Sociais, dentro de uma parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) e a Casa Civil do governo sul-rio-grandense. As informações apresentadas neste estudo referem-se ao Primeiro Relatório do citado Observatório, mais especificamente aos dados extraídos dos questionários aplicados às beneficiárias residentes em sete municípios abarcados pelo Programa RS Mais Igual (MADEIRA et al., 2014).

O Programa RS Mais Igual foi regulamentado pela Lei Estadual nº 13.716, de 15 de abril de 2011, que instituiu a Política Estadual de Combate à Pobreza Extrema. Seu objetivo é reduzir os índices de vulnerabilidade econômica e social no estado, inserindo a população em situação de pobreza extrema em uma rede de políticas públicas, em parceria com projetos e ações do Governo Federal, das prefeituras e da sociedade civil<sup>1</sup>. O Programa divide-se em três eixos de atuação: transferência de renda, acesso aos serviços públicos e geração de oportunidades/inclusão produtiva. Dentro do primeiro eixo foi instituído o Programa Estadual RS Mais Renda, regulamentado pela Lei Estadual nº 13.923, de 17 de janeiro de 2012, que pretende combater as desigualdades sociais e promover a inserção social e econômica dos beneficiários do Programa Bolsa Família, por meio de apoio financeiro

---

(1) Site: <http://www.rsmaisigual.rs.gov.br>

(na forma de complementação da renda). O Programa RS Mais Igual (e dentro dele, o RS Mais Renda) é coordenado pela Casa Civil do governo do RS.

A criação desse Programa estadual segue trajetória similar observada em programas de transferência de renda implantados em outros estados brasileiros, a partir de pactos regionais celebrados, desde 2011, entre a União e os governos estaduais para a implementação do Plano Brasil sem Miséria, pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Tais acordos visam estabelecer competências e responsabilidades de cada esfera governamental na execução e implementação do Plano, no âmbito regional. Dentre essas iniciativas podemos citar: São Paulo (Renda Cidadã), Rio de Janeiro (Renda Melhor), Distrito Federal (Vida Melhor), Espírito Santo (Bolsa Capixaba), Goiás (Renda Cidadã), Amapá (Renda Para Viver Melhor), Mato Grosso (Panela Cheia), Bahia (Renda Melhor), Rondônia (Renda Guaporé e Plano Futuro) (RAMOS et al., 2014).

## TEORIA DAS CAPACIDADES HUMANAS: FORTALECENDO A CIDADANIA

38

A Teoria das Capacidades Humanas de Amartya Sen parte do reconhecimento da persistente desigualdade econômica e de acesso às oportunidades de inclusão social no mundo contemporâneo como um indicativo de que devemos ampliar o nosso entendimento sobre o desenvolvimento socioeconômico dos países. Historicamente, a noção de desenvolvimento foi vista apenas como crescimento econômico, deixando em segundo plano os aspectos sociais, culturais, políticos e ambientais, considerados fundamentais para alcançarmos uma real qualidade de vida. Isso significa dizer que a obtenção de bem-estar dos cidadãos não pode ser alcançada somente através da melhora dos indicadores econômicos de um país, sendo necessária também a atenção governamental para com outras dimensões da vida social.

As formulações teóricas de Sen foram aplicadas na criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma medida comparativa para classificar os países do ponto de vista do desenvolvimento humano, sendo aferido a partir das variáveis de expectativa de vida ao nascer, educação e produto interno bruto *per capita*. A criação desse índice teve o intuito de superar a visão economicista de desenvolvimento, ampliando os indicadores com a inclusão de um conjunto de liberdades substantivas, como o acesso aos serviços sociais básicos, e alargando o seu escopo para abarcar o problema da desigualdade e da justiça social. Tal ampliação remete ao aumento das liberdades e da qualidade de vida dos cidadãos, dando centralidade à justiça distributiva e à igualdade de oportunidades (SEN, 2000).

Nessa linha, o desenvolvimento de um país ocorre na medida em que um conjunto de liberdades é garantido às pessoas, concretizando a sua autonomia e felicidade: liberdades políticas através de eleições e livre expressão do pensamento; liberdades econômicas com a participação no comércio e na produção; oportunidades sociais através do acesso a políticas de saúde e educação; garantias de transparência; e segurança protetora. Aqui, o conceito de liberdade é estendido em seu viés substantivo, instrumental, real e humano, assumindo a noção de *capacidades* através dessas liberdades. Ou seja, ampliar as liberdades dos cidadãos incrementa as suas capacidades individuais de produzir bem-estar (SEN, 2000).

Sabe-se que o modelo econômico contemporâneo produz riquezas e, ao mesmo tempo, uma parcela considerável da população que não se beneficia dessa produção. Dessa forma, a promoção da coesão social ocorre através da justiça distributiva, articulando a relação entre a pobreza, a cidadania e a emancipação social, com o intuito de desenvolver uma concepção centrada na realização do potencial humano. Tal potencial seria, assim, a chave para a realização das verdadeiras transformações sociais capazes de aumentar o bem-estar da população, situando os indivíduos como protagonistas da sua própria história, a partir do acesso às ferramentas que lhes permitam viver esse protagonismo.

A noção de desenvolvimento como criação de oportunidades para a igualdade, a cidadania e as capacidades humanas coloca as políticas públicas, sobretudo as políticas sociais, no centro do debate. Do ponto de vista da análise de longo prazo, pode-se dizer que quanto mais inclusivo for o alcance da educação e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de os pobres e potencialmente pobres superarem sua condição de pobreza. Ao aumentarem o seu potencial de obter renda, acabam por incrementar a situação econômica e social do país. Pode-se dizer, então, que o desenvolvimento é um processo econômico, social e político em que as escolhas das pessoas são expandidas e maximizadas a partir de novas oportunidades que lhes são ofertadas na relação Estado-mercado. Isso permite a cada pessoa levar uma vida feliz e realizada, pelo fato de deter as capacidades e oportunidades para ser aquilo que deseja.

Na esteira da proposição de Amartya Sen, podemos falar, ainda, do conceito de igualdade complexa (OCAMPO, 2000), o qual é entendido como o conjunto de aspectos simbólicos e materiais da igualdade que podem ser percebidos através de uma gama de direitos aos quais os indivíduos devem ter acesso para viverem em uma sociedade plenamente igualitária. Esses direitos estão distribuídos em sete categorias:

- a) acesso a um nível de bem-estar material compatível com o desenvolvimento produtivo médio do país;
- b) capacitação para a produção econômica;
- c) acesso à educação, conhecimento e informação;

- d) acesso ao poder político e suas instâncias decisórias;
- e) participação na vida social da comunidade;
- f) liberdade para afirmar visões de mundo e práticas culturais;
- g) liberdade para deliberar sobre os assuntos da comunidade e ter voz pública.

Alinhada a esse conjunto de direitos que formam a igualdade complexa está a abordagem que nos possibilita operacionalizar o conceito de desenvolvimento humano como uma noção mais abrangente do que desenvolvimento econômico, fundamentando o papel do Estado nessa relação, como indutor de um sistema econômico mais justo e de uma distribuição mais equilibrada de recursos sociais. A partir daí, amplia-se nossa capacidade analítica para avaliar políticas sociais, com o intuito verificar em que medida a ação estatal tem possibilitado a promoção da igualdade complexa. Essa é considerada a melhor alternativa para enfrentar de maneira sustentável as contradições de uma sociedade desigual e de um modelo socioeconômico que ainda não tem sido capaz de garantir direitos sociais geradores de bem-estar para a população.

A teoria das capacidades humanas e demais conceitos originados dessa matriz, bem como a noção de igualdade complexa, ajudam-nos a estabelecer um referencial seguro para compreender o papel que as políticas sociais podem ter nas transformações das relações de gênero. Passemos agora ao aprofundamento dessa questão.

## O EMPODERAMENTO FEMININO GARANTINDO A PROMOÇÃO FAMILIAR

De posse do referencial teórico da Teoria das Capacidades, podemos estabelecer uma conexão mais específica com o tema da igualdade de gênero e pensar sua aplicação na realidade concreta das mulheres. Algumas importantes autoras em teoria política, como Carole Pateman e Martha Nussbaum (colaboradora direta de Amartya Sen), problematizam essa questão através da forma pela qual uma sociedade valora as diferenças biológicas entre homens e mulheres e quais as implicações dessa valoração na distribuição de bens sociais. Nesse sentido, uma igualdade meramente abstrata entre gêneros não tem condições de influir diretamente nas desigualdades sociais, sobretudo se a esfera da vida privada, historicamente um espaço de desigualdade e violência de gênero, não for permeável à intervenção pública através do Estado (CYFER, 2010).

Historicamente, sabe-se que a conquista de direitos por parte das mulheres tem se dado de forma lenta e seus principais avanços são muito recentes. A cidadania política, o acesso à educação, a inserção no mercado de trabalho e o direito

ao divórcio, para citar alguns, datam de meados do século XX e, ainda assim, não podem ser considerados como direitos consolidados em todas as partes do mundo. No entanto, as relações de gênero têm-se alterado em função da aquisição gradual desses direitos por parte das mulheres, pelo menos no sentido de levar a mulher do espaço doméstico para o espaço público, dando maior visibilidade à questão de gênero (WALBY, 2004).

Ademais, uma abordagem voltada às capacitações e ao empoderamento feminino deve lidar primordialmente com a dimensão do poder estabelecido, que conforma as relações de gênero de uma forma desigual em relação à mulher. Uma real igualdade de oportunidades para as mulheres deve incluir a aquisição de meios materiais que promovam o bem-estar, mas também permitir que elas desenvolvam formas de equalizar as relações de poder no espaço privado e, ao mesmo tempo, que possam continuar desenvolvendo suas atividades no espaço público.

Em *Desenvolvimento como Liberdade*, Amartya Sen (2000) dedica-se ao longo de um capítulo a discutir a questão da condição de agente das mulheres na promoção das mudanças sociais. Uma das suas primeiras observações é que, na contemporaneidade, a pauta dos movimentos feministas tem-se dedicado a dar atenção à condição de agente da mulher, ou seja, ao seu protagonismo na sociedade, em vez de se restringir à reivindicação de uma simples melhoria no bem-estar feminino. Mais do que uma substituição de perspectiva, temos aqui a incorporação do papel ativo da mulher nas transformações sociais, aliada à sempre fundamental busca do bem-estar.

A noção de empoderamento (em sentido literal, adquirir poder) implica a mudança nas relações sociais em que as pessoas estão inseridas, e é fundamental para se pensar os processos de mobilização e ação na busca de afirmação dos direitos e de diminuição das desigualdades (ZORZI, 2008). Embora não trabalhe diretamente com esse conceito, mas com as noções de poder e agência, Amartya Sen refere que a condição de um melhor bem-estar pessoal ou coletivo é algo a ser buscado, e não simplesmente a ser recebido.

Já não mais receptoras passivas de auxílio para melhorar o seu bem-estar, as mulheres são vistas cada vez mais, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativas de mudança: promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens (SEN, 2000, p. 220-221).

Esses dois aspectos da condição feminina, a busca de bem-estar e a condição de agente, estão intimamente ligados, fazendo com que o protagonismo da mulher em sua vida já seja um fator de promoção de bem-estar.

Trabalhos empíricos recentes evidenciaram o modo como o respeito e a consideração pelo bem-estar das mulheres são acentuadamente influenciados por variáveis como o potencial das mulheres para auferir uma renda independente, encontrar emprego fora de casa, ter direitos de propriedade,

ser alfabetizadas e participar como pessoas instruídas nas decisões dentro e fora da família (SEN, 2000, p. 249).

Assim, quando a mulher conquista poder sobre sua própria vida, tendo condições de prover seus próprios recursos, ela percorre um ciclo tendencialmente satisfatório de promoção de bem-estar, além de impactar positivamente sobre a forma como a sociedade está organizada no tocante ao papel social feminino. A vida doméstica e as relações familiares acabam sendo o primeiro espaço no qual o protagonismo da mulher se manifesta, permitindo a ela colocar-se em condições mais igualitárias na resolução dos conflitos inerentes ao espaço privado das relações sociais.

Para Amartya Sen, mulheres que exercem a condição de agentes independentes têm maiores condições de atuar sobre as iniquidades, primeiramente no lar e na relação com os homens (cônjuges), proporcionando, inclusive, um melhor cuidado aos filhos. Tão logo adquiram mais educação e maior protagonismo, a destinação dos recursos econômicos familiares tende a ser mais equilibrada, atendendo às diversas áreas que promovem bem-estar, como saúde e alimentação, dentre outras.

Algumas variáveis relacionadas à condição de agente das mulheres (como a alfabetização feminina) frequentemente tem um papel muito mais importante na promoção do bem-estar social (em particular da redução da mortalidade infantil) do que variáveis relacionadas ao nível geral de opulência na sociedade (SEN, 2000, p. 257).

Não é apenas a redução da mortalidade infantil que é obtida com o aumento do protagonismo da mulher. Há também uma relação entre alfabetização feminina e fecundidade, uma vez que mulheres mais instruídas tendem a ter menos filhos e a seguir um planejamento familiar, além de se dedicarem mais a atividades fora do lar. Daí surge uma das condições básicas para a presença feminina nas várias práticas sociais, como por exemplo, na política e no mercado de trabalho.

Analisa Zorzi (2008) identificou quatro significados em pesquisas que utilizam o conceito de empoderamento, esse sendo um processo: a) que constitui cidadãos mais protagônicos e engajados nas questões políticas; b) que busca a superação das desigualdades econômicas, políticas e sociais, abarcando a questão da superação da pobreza e de outras privações; c) alternativo de desenvolvimento; d) de transformação das relações de gênero. Mais recentemente, os trabalhos que buscam explicar os fenômenos sociais relacionados com a condição feminina (item d), têm se orientado por uma das três primeiras dimensões, ou por combinações entre elas. Em sua pesquisa sobre o acesso das agricultoras ao PRONAF-Mulher<sup>2</sup>, a autora define empoderamento como um processo através do qual as mulheres passam a ter

---

(2) O PRONAF Mulher é uma política de crédito voltada às agricultoras familiares que tem como objetivo financiar algum empreendimento econômico desenvolvido por elas no meio rural, através do repasse de recursos a projetos encaminhados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, elaborados em conjunto com a EMATER municipal.

o controle e a participação sobre decisões importantes relacionadas à própria vida e a da família, sendo não linear e variando conforme o contexto individual e social.

O empoderamento não é um processo linear com um começo bem definido e um final que seja o mesmo para todas as mulheres; é moldado para cada indivíduo ou grupo através de suas vidas, seus contextos e sua história, assim como ocorre de acordo com a posição de subordinação nos níveis pessoal, familiar, comunitário e nos níveis mais elevados (DEERE; LEON, 2002, p. 55 apud ZORZI, 2008, p. 39).

Por sua vez, estudos que analisam o impacto de políticas de microcrédito destacam três dimensões articuladas inerentes ao empoderamento feminino:

- a) econômico-individual – consiste no acesso aos recursos e melhoria de renda, procurando-se verificar se existe uma maior participação das mulheres no processo decisório sobre a destinação de recursos e da renda familiares, para além do benefício individual;
- b) pessoal – envolve a construção de uma qualidade de vida melhor através da participação das mulheres nas despesas de consumo, o que termina por fortalecer a sua posição em relação aos maridos e à comunidade, gerando maior autoconfiança e autoestima;
- c) social e política – busca-se elucidar em que medida estaria ocorrendo, também, uma maior inserção em espaços sociais e políticos, o que implicaria uma maior disposição das mulheres em questionar a sua posição subordinada em diferentes esferas (na família, no trabalho, na economia, na política, dentre outras) (ZORZI, 2008).

A recuperação do papel do Estado como indutor das políticas sociais, principalmente no caso das políticas de transferência de renda, impulsiona-nos a pensar na necessidade de definição de uma nova agenda que garanta direitos sociais, na qual os beneficiários dessas políticas tenham o direito de delas participar, a fim de que se tornem sujeitos de sua própria história de vida. E o resgate das políticas públicas promovidas pelo Estado é importante para a afirmação da política por meio de um Estado presente e democrático, bem como de um modelo de distribuição mais justo e humano. Essa seria a base para uma mudança que contemplaria os saberes populares e as agendas dos agentes.

A forma com que as mulheres exercem os seus direitos e cumprem as suas obrigações pode dar-se de forma coletiva, comprometendo a todos na busca do bem-estar. Logo, elas podem participar e influir em seu meio social, ao mesmo tempo em que se emancipam, adquirindo um maior conhecimento sobre a esfera pública. Os confrontos que surgem das desigualdades resultam dos fluxos e refluxos da luta política e surgem como reação a alterações nas oportunidades e restrições políticas. Também podem ser indicadores de uma mudança social que se avizinha (GOHN, 2011; TARROW, 2009).

Poderíamos dizer que, com as experiências de radicalização da democracia e de inclusão social, os atores sociais buscam novas formas de influenciar a política. A inovação consistiria no aumento da consciência de que é necessário ampliar a esfera pública, através da inserção dos atores sociais excluídos e da criação de canais de diálogo entre os saberes populares intrínsecos às lutas e práticas do cotidiano – por exemplo, o legado dos movimentos sociais, em especial, do movimento de mulheres. Essa ampliação da esfera pública iria além de uma ideia de rede de comunicação e de conteúdos, de tomada de posições e de opiniões (HABERMAS, 1997). Frente a outros atores, ela poderia constituir um *locus* de aprendizado mútuo e de tomada de consciência das necessidades dos sujeitos, de como reforçar suas agendas e de como exercerem influência em temas públicos. Assim como o conceito de cidadania, o conceito de sociedade civil tem um sentido de disputa, a qual pode ser demonstrada nos canais de participação e de interlocução com o Estado. Os movimentos sociais, entre eles o movimento feminista, vêm demonstrando que sua história está pautada pela luta por novos direitos de cidadania, a qual contemplaria tanto o direito à igualdade quanto à diferença (DAGNINO, 1994).

O aprendizado mútuo dos atores sociais tem um caráter não só de emancipação social, mas também de preocupação pela diversidade cultural e pela radicalização da democracia. “Pensar a democracia como ruptura positiva na trajetória de uma sociedade implica em [sic] abordar elementos culturais dessa mesma sociedade” (SOUSA SANTOS; AVRITZER, 2009, p. 52). Partindo dos elementos culturais, a troca de saberes faz-se mais complexa e, ao mesmo tempo, mais desafiante. A diversidade cultural constitui um elemento central ao se trabalhar com atores sociais, no sentido de que a diferença aparece como um recurso, como uma riqueza, como elemento essencial para confrontar diferentes visões, perspectivas e significados.

Entender cada situação social ou cultural implica que há coisas além da experiência que transcendem a própria subjetividade. A luta pelo reconhecimento tornou-se fundamental no interior das disputas sociais e políticas. Demandas por reconhecimento das diferenças vêm conectando-se com a problemática da redistribuição. As injustiças culturais ou simbólicas fazem parte dos padrões sociais de dominação cultural, onde a questão da política de gênero é emblemática, pois historicamente as mulheres vêm sofrendo exploração, marginalização e privação. Gênero é um modo ambivalente de coletividade que contém uma face político-econômica a qual o traz para o âmbito da redistribuição (FRASER, 2001).

No caso de uma política de transferência de renda é importante visualizar como se dá o protagonismo das mulheres. Encarar a mulher como elemento central dessa política requer visualizar uma situação complexa que apresenta elementos contraditórios. e por um lado esse tipo de política social pode reforçar o papel da mulher como responsável pela esfera privada, pela casa e pelos filhos, onerando-a ainda mais enquanto chefe de família ou domicílio, por outro, pode obstar uma mudança

mais profunda nas relações de gênero, principalmente no que se refere à possibilidade de inserção igualitária no mercado de trabalho. Para Pateman (1998, p. 213):

A construção patriarcal da ‘sociedade civil’ é tão poderosa que a maioria das discussões sobre casamento e trabalho supõe que o contrato de trabalho esclarece a subordinação das esposas. Ou seja, supõe-se sempre que a esfera pública esclarece a esfera privada, e não o inverso (PATEMAN, 1998, p. 213).

Além disso, políticas sociais desse tipo, além de reforçar o papel da mulher como responsável pelo cuidado da família (crianças, jovens, idosos, marido, etc.), atribuem-lhe mais um encargo, o de zelar pelas condicionalidades do programa. A família<sup>3</sup> é um lugar de intervenção de políticas sociais reprodutoras das características socialmente construídas como condição de gênero. E, no dizer de Pierre Bourdieu, trata-se de um espaço crucial para a reprodução da dominação masculina:

[...] a unidade doméstica é um dos lugares em que a dominação masculina se manifesta de maneira mais indiscutível (e não só através do recurso à violência física) o princípio da perpetuação das relações de forças materiais e simbólicas (BOURDIEU, 2014, p. 138).

Contudo, ser a responsável pelo recebimento do benefício pode dotar as mulheres de uma maior autonomia financeira, afastando-as de situações de ameaça e violência no âmbito doméstico. Nesse caso, o exercício da autonomia relaciona-se com as relações de poder, onde é permitido fazer-se escolhas, como a de contribuir para o sustento da família e de se separar do agressor.

Vários trabalhos empíricos salientam esse aspecto contraditório das políticas sociais voltadas às mulheres, ou daquelas cujo beneficiário legal é a mulher. Dentre eles, citamos o estudo desenvolvido por Zorzi (2008) a respeito do acesso de agricultoras familiares ao PRONAF-Mulher. Entendendo empoderamento como o processo que permite o controle sobre definições importantes para a vida, incluindo a condição de agente (que age e promove mudanças no bem-estar pessoal, familiar e coletivo), a autora mapeou as possibilidades e os limites da participação feminina naquele Programa. Por um lado, o acesso à política de crédito permitiu às agricultoras: investirem em atividade própria (por exemplo, na produção de produtos coloniais e hortifrutigranjeiros), intervirem ativamente nas decisões familiares

---

(3) Toma-se como referência neste estudo a definição de família do Programa Bolsa-Família, enquanto unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que possuam laços de parentesco ou de afinidade com o responsável pelo domicílio, que forme um grupo doméstico vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros (BRASIL, 2004). Essa formulação engloba outros arranjos além da família nuclear, como, por exemplo, a família convivente (IBGE), situação em que dois ou mais núcleos familiares dividem o mesmo domicílio. Certamente, a responsabilização das mulheres como beneficiárias legais de políticas de combate à pobreza alinha-se às transformações estruturais que vêm acontecendo nos arranjos familiares brasileiros desde a década de 1980, as quais envolvem, dentre outros aspectos, o aumento da população idosa, das mulheres responsáveis pelos domicílios, dos casais reconstruídos e das mães que vivem com os filhos e sem cônjuge.

e da comunidade, perceberem a sua capacidade (de gerir o próprio processo de trabalho, de administrar a renda dele decorrente, de ajudar financeiramente a família, de contribuir para os projetos coletivos da comunidade), bem como elevarem a sua autoestima. Por outro, os impactos foram limitados quanto: à reduzida autonomia decisória; o empreendimento implantado ser visto apenas como complementar à produção agropecuária; os rendimentos obtidos serem percebidos como simples apêndices à renda familiar; a necessidade de aumento da jornada de trabalho; a manutenção da divisão sexual do trabalho e da dicotomia entre esfera produtiva e doméstica. A autora finaliza o estudo comentando que não foi verificada uma ruptura com as desigualdades de gênero, porquanto implicava mudanças que poderiam provocar um conflito intrafamiliar, que era evitado pelas agricultoras.

Certamente ocorreram mudanças para essas mulheres, principalmente em relação ao aumento de sua autoestima por se sentirem capazes de gerir todo o processo de seu trabalho, desde a produção até a comercialização, quanto de contribuir financeiramente com a família. No entanto, entende-se que as coisas permanecem “no seu lugar”, isto é, as práticas construídas historicamente e influenciadas pelos condicionamentos socioculturais a que estão inseridas são ainda muito presentes e resistentes, tanto para os homens como para as mulheres (ZORZI, 2008, p. 4).

## POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA, PROMOÇÃO FAMILIAR E CIDADANIA

O tema da desigualdade de gênero no Brasil começou a ser incorporado na agenda governamental nos anos 80, sobretudo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, envolvendo os governos estaduais e municipais na produção de políticas públicas. A inclusão dessa temática foi resultado da atuação de movimentos sociais que lutavam pela democratização do país e que tinham as mulheres como integrantes quantitativa e qualitativamente relevantes. Ainda nos anos 1990, com a constatação da chamada feminização da pobreza (ou pauperização da mulher), bem como do elevado desemprego entre as mulheres e de sua marcante presença no mercado informal, as políticas de combate à pobreza começaram a ganhar a agenda dos organismos internacionais<sup>4</sup>, os quais iniciaram uma série de proposições de políticas sociais focalizadas no público feminino (FARAH, 2004).

Em paralelo, as políticas de assistência social, sobretudo as de transferência de renda, passaram a focalizar, desde a década de 1990, esse segmento populacio-

(4) O Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU do ano de 1996 já evidenciava a disparidade salarial nas relações de gênero e a vulnerabilidade das mulheres que ocupavam a posição de mantenedoras da família, sobretudo no caso das famílias monoparentais.

nal, valorizando o papel da mulher e da família na proteção social. Conforme Farah (2004), tal estratégia de focalização, inicialmente defendida por movimentos feministas de todo o mundo, buscava garantir através da mulher maior eficiência às políticas de combate à pobreza, por conta de seu papel na família e na reprodução social, de sua presença marcante nos assuntos ligados à moradia e ao bairro, e da presença significativa de mulheres na população pobre. Posteriormente, os movimentos e entidades de gênero no Brasil começam a recomendar a discriminação positiva de grupos de mulheres, os mais excluídos e vulneráveis (mulheres negras, mães solteiras, chefes de família).

Nesse contexto, os governos subnacionais passaram a assumir a questão de gênero tanto em programas específicos dirigidos à mulher, quanto pela sua inserção em programas mais gerais, de diversos setores. Ao examinar tais programas, Farah (2004) detectou a existência de duas vertentes: a) uma mais tradicional, que percebe a mulher a partir de sua função na família, devendo as políticas públicas nela investir pelo efeito multiplicador sobre a família e a sociedade; b) outra que considera as políticas públicas ampliadoras do espaço de cidadania, através da extensão de direitos a novos segmentos da população, incluídos em ações governamentais específicas.

Ao analisarmos a situação das políticas sociais no Brasil, do ponto de vista do modelo de desenvolvimento que vem sendo adotado pelo Governo Federal e do desenho das políticas de proteção social, é possível concluir que está em curso um padrão de ação governamental focado na redução das desigualdades e na capacitação dos indivíduos em médio e longo prazo. Esse padrão parece estar garantindo sustentabilidade aos resultados econômicos do país, que têm sido positivos. Alguns programas governamentais – como o Programa Bolsa Família e, mais recentemente, o Plano Brasil Sem Miséria – são a materialização de iniciativas governamentais que garantem a ampliação da renda e, em paralelo, a qualificação profissional e escolar dos beneficiários, entre outros benefícios.

A pesquisa desenvolvida pelo Observatório de Políticas Sociais do Rio Grande do Sul sobre o Programa RS Mais Igual examina como se deu a implementação desse Programa e sua interface com o Programa Bolsa Família, a partir da percepção dos gestores e dos beneficiários. Busca, ainda, conhecer os efeitos materiais e simbólicos da inserção em um programa de transferência de renda para as famílias beneficiárias. Em sua fase inicial, foram realizadas, entre janeiro e março de 2014, 113 entrevistas (com a aplicação de questionários) com famílias atendidas pelo Programa em sete municípios do Rio Grande do Sul. A partir do material levantado nos questionários e nos depoimentos gravados, selecionamos elementos pertinentes à reflexão ora proposta.

Antes de apresentarmos os resultados da pesquisa relacionados com o suposto incremento da autonomia e do empoderamento das mulheres a partir do recebimento da complementação de renda, faremos uma breve apresentação do grupo de respondentes, cujas características aparecem sintetizadas no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Características das entrevistadas e dos domicílios – Programa RS Mais Igual, 2014

ATRIBUTOS		DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES
Características pessoais das entrevistadas	Sexo	113 mulheres (100%)
	Idade	Intervalo etário entre 19 e 55 anos de idade, 49% possui até 30 anos, apenas 3,7% têm mais de 50 anos. Idade média de 32 anos.
	Escolaridade	A maioria (55%) possui o Ensino Fundamental incompleto, 17% o Ensino Fundamental completo, e apenas 13% completaram o Ensino Médio.
	Filhos	Intervalo entre um e nove filhos, 2,6 filhos em média. 54% têm até dois filhos.
	Etnia	51% autodeclarou-se de cor branca e 48% de cor parda ou preta. Há uma sobre-representação de beneficiadas de cor parda ou preta comparativamente à presença de mulheres de cor parda ou preta na população feminina do RS em 2010, que foi de 15%.
	Estado civil	58,5% das entrevistadas declararam-se solteiras, 26% em união estável, 11% casadas e 5% separadas.
	Ocupação	49% informaram como ocupação serem “do lar”.
Condições domiciliares e características dos conviventes	Local da moradia	98% na área urbana.
	Número de moradores	Variou entre dois e dez moradores, média de quatro moradores. Prevaecem as casas com três ou quatro moradores (50%).
	Número de cômodos	Média de 4,5 cômodos, a maioria dos domicílios tem entre quatro e cinco cômodos.
	Número de cômodos usados como dormitório	50% residem em imóveis com dois dormitórios, 30,5% com um dormitório. A média de dormitórios é de 2,93.
	Número de banheiros	84% das residências possuem um banheiro/sanitário, enquanto 4% não o têm. Em 91,5% dos casos, o banheiro é de uso exclusivo do domicílio.
	Relação de parentesco com os outros moradores do domicílio	61% dos moradores são filhos das entrevistadas, 12% são cônjuges. A média de idade dos moradores (sem contar a entrevistada) é de 13 anos. 39% são crianças de até cinco anos de idade.
	Tipo de imóvel	39% cedidos, 35% próprios e 11% alugados.
	Energia elétrica e água encanada	95% dos domicílios possuem energia elétrica e 99% água encanada (sendo que 95% contam com água proveniente da rede geral de distribuição).
	Trabalho dos conviventes	55% dos residentes maiores de 12 anos não trabalham fora de casa.

Fonte: Elaboração própria baseada em Madeira et al. (2014).

Nas falas das entrevistadas, um fator importante enfatizado quanto ao recebimento do benefício é a questão da responsabilidade e do compromisso por estar recebendo uma complementação de renda, no sentido das condicionalidades dos Programas Bolsa Família e RS Mais Igual, pelas quais as mulheres são as responsáveis diretas.

*Ah mudou bastante coisa! Tu tem que ter o compromisso, tem que ter de mandar as crianças para a escola, carteira de vacinação, cria uma responsabilidade maior (Entrevista 7, Capão da Canoa/RS).*

Salientamos, igualmente, a independência obtida por essas mulheres, já que muitas delas contaram durante muito tempo com a ajuda de familiares, dos amigos, de serviços governamentais de assistência social ou mesmo de instituições beneficentes, como ONGs e igrejas. O recebimento do benefício marca uma maior autonomia, uma vez que as entrevistadas manifestaram-se, com muita clareza, a respeito do fato de que, quando dependem de terceiros para obter o seu sustento material, sentem-se em situação de inferioridade. Assim, o recurso financeiro recebido do governo, ainda que na forma de um auxílio, aparece como fator estimulante para que valorizem e reconheçam a sua capacidade de sair de uma condição de pobreza extrema, de prover a si próprias e de atender as suas necessidades materiais e dos filhos.

*Eu já passei fome, eu já passei frio. Já não tive um lugar para morar, quando morava trabalhava para fora, meus filhos todos pequenos na lavoura de fumo. Chegemo a trabalhá num lugar que o dono queria que a minha nenê e o meu piá trabalhassem e, no final das contas, não dava nem dez reais pros meus filho. [...] Porque a minha guriazinha tinha sete anos, o guri tinha oito, um ano de diferença um do outro, e ele queria obrigá aos meus filho a trabalhá no fumo. Para isto eles têm mãe para trabalhar! Então depois que saímos de lá, na casa da minha mãe não tinha lugar, e aí eu cheguei a dormir, não foi uma vez nem duas, que eu cheguei a dormir no mato com eles. Já passei muita dificuldade, já passei fome, já passei frio, para deixar o que tinha pra comer pros meus filhos. O pai era bêbado só queria bater, só queria judiar, foi então que acabei fugindo. Passei toda esta tempestade na minha vida! E hoje eu peço, eu agradeço a Deus por eles, e por mim também, que eu tenho este canto aqui para morar, e não boto fora por nada neste mundo (Entrevista 1, Lajeado/RS).*

*Eu pedia para os vizinhos, mas eu tinha vergonha de pedir as coisas nas casas dos outros (Entrevista 7, Lajeado/RS).*

*É bom, é bem gratificante tu poder não precisar de alguém, tu poder abrir uma conta, poder ir comprar, poder pagar, é bem bom. É melhor do que depender dos outros (Entrevista 2, Porto Alegre/RS).*

A alimentação melhorou consideravelmente com o recebimento do benefício e é um dos itens preferidos para o seu uso. As crianças alimentam-se de forma saudável na escola e pedem o mesmo alimento em casa; com a chegada do benefício, as mães sentem-se em condições de atender tal necessidade. Há muitos relatos

de compra de frutas e verduras, revelando uma preocupação das mães com uma alimentação saudável para seus filhos.

*Onde é que eu invisto? Invisto na alimentação deles bastante né, não deixo faltar nada pra eles, tô sempre na função de Danone. É carne, é tudo em função deles, frutas bastante, sempre (Entrevista 10, Porto Alegre/RS).*

*Ah, eu aprendi muita coisa, principalmente na escolinha, e seguido tinha reunião com a nutricionista, que mostrava o que eles comiam, o que poderiam comer mais, mais natural, que desse mais ferro (Entrevista 3, Santana do Livramento/RS).*

Uma conquista pessoal que aparece com bastante frequência é a de poder estabelecer prioridades de consumo, exercitando a capacidade de escolha de bens valiosos e indispensáveis. Isso significa poder fazer planejamento, ainda que, em alguns casos, o próprio fato de planejar ações e assumir riscos de executá-las gere alguma insegurança quanto à manutenção do recebimento do recurso. Com isso vem a percepção daquilo que é realmente necessário e daquilo que é supérfluo.

*Todo mês eu já sei o destino. Esse mês eu comprei os material. Mês que vem preciso comprar uma calça e uma jaqueta para cada um. Já tá tudo destinado. Eu já sei tudo que tenho prá fazer (Entrevista 1, Rio Grande/RS).*

*É bom, é muito bom, porque daí tu consegue ver o que é necessário mesmo na tua vida, no teu dia a dia, tu consegue ver o que realmente tu precisa, tem coisa que tu quer, mas é supérfluo (Entrevista 3, Porto Alegre/RS).*

50

As beneficiárias sentem-se, em geral, importantes, orgulhosas e responsáveis por poder gerenciar um valor monetário e possuir um cartão, tendo assim um instrumento que auxilia no cuidado da família e eleva a sua própria autoestima. Elas reconhecem como sendo um benefício conquistado e um direito adquirido, o que funciona como estímulo para buscarem novos patamares de renda. Em geral, elas gerenciam o seu próprio cartão e se manifestam positivamente quanto ao sentimento de autonomia, mesmo nos casos em que admitem que não tomam sozinhas a decisão de como utilizá-lo.

*É, esse cartão pra mim foi muito bom, tipo assim. Tu sentir um orgulho de ter um dinheiro, uma coisa pra poder manter a tua família. E, no caso, sou eu que recebo, né, e compro as coisas. Eu que administro (Entrevista 5, Porto Alegre/RS).*

*Ah! Eu me sinto, como é que vou dizer, responsável (Entrevista 1, Ijuí/RS).*

A sensação de autonomia também foi manifestada quando questionadas acerca da liberdade e da segurança, bem como dos significados atribuídos a tais sentimentos. E liberdade para as entrevistadas representa o direito de ir e vir, o livre arbítrio, poder fazer o que querem, falar o que pensam e decidirem sobre sua própria vida.

*Olha, eu posso fazer o que quero, tenho meu dinheirinho, cuido da minha vida, eu sou livre (Entrevista 7, Lajeado/RS).*

*É a liberdade de ir e vir, né? De correr atrás dos direitos. De viver (Entrevista 5, Porto Alegre/RS).*

*Ai, agora nota dez. Agora depois que eu me separei, é outra coisa! Porque, bah, isso não é vida, a gente sofrer assim (Entrevista 10, Porto Alegre/RS).*

Em relação à pergunta “Você considera-se seguro” as respostas remetem para dois sentidos: um deles é a exposição a condicionantes externos como a violência (na família e no meio de vivência), e o outro engloba fatores subjetivos, como o fato de se sentir segura enquanto pessoa. Nesse item, os depoimentos convergem para a segurança proporcionada por seus próprios atos e/ou a independência em relação ao marido.

*O que mudou? Me deu mais autonomia. Eu posso chegar, e sei que no final do mês eu sei que posso comprar alguma coisa pras minhas filhas. Me deu mais autonomia, me deu mais segurança, tu te sente mais segura mesmo (Entrevista 5, Santana do Livramento/RS).*

*Eu me considero segura porque eu corro bastante atrás dos objetivos. Eu tento fazer o possível, às vezes o impossível, prá tentar melhorar as condições de vida, tudo. E no caso, no momento, tô bem feliz com esse dinheirinho do Bolsa, também, que me ajuda bastante. É uma coisa boa (Entrevista 5, Porto Alegre/RS).*

*Porque agora parece que sou mais independente. Eu e o meu filho, né. Não tem uma pessoa pra me dar pressão, um marido que xaropeasse (Entrevista 10, Porto Alegre/RS).*

Outras referências quanto ao processo de empoderamento aparecem quando as beneficiárias falam de seus sonhos e das mudanças que ocorreram em suas vidas com a participação no Programa. Dentre os sonhos para si e sua família, as respostas dividem-se em: estudo (inclusive Universidade) e trabalho para os filhos, aquisição de casa própria (ou de casa maior) e obtenção de emprego para si próprias.

*Eu desejo o melhor para eles, que eles tenham um futuro, que eles possam estudar, que eles não precisem depender do Programa do Bolsa Família, que eles possam ter uma carteira assinada, uma profissão, entendeu, e saúde (Entrevista 7, Capão da Canoa/RS).*

*Ah, eu espero assim, dos meus filhos, é que eu possa encaminhá eles com a vida, o que eu quero, o que eu espero deles é que eles estudem, né, coisa que eu não pude fazer. Que, como eu digo pra eles, com estudo não tá fácil, imagina sem, né? (Entrevista 4, Bagé/RS).*

*Fazer o PROUNI, ter um bom futuro e boas condições (Entrevista 3, São Leopoldo/RS).*

*Tu sabe que a gente sempre espera tudo de melhor, né. E mais ainda dá uma vida melhor pros filhos, por isso que eu voltei a estudar, a gente tem uma casa, quer que a [filha] faça faculdade, que consiga, né. Como agora já não deu (Entrevista 2, Bagé/RS).*

*Tenho bastantes sonhos, mas o principal é construir casa maior, com banheiro (Entrevista 2, Caxias do Sul/RS).*

*Eu espero achar um trabalho bom pra mim, e cuidar melhor dos meus filhos. Ter uma boa casa (Entrevista 3, Ijuí/RS).*

*Ah, o meu futuro! Eu queria arrumar um serviço fixo que possa dar o melhor para eles, poderem estudar, poder adquirir pra dar o melhor pra eles. Depois quem sabe fica pra eles as coisas, né (Entrevista 5, Capão da Canoa/RS).*

Ademais, as entrevistadas reconhecem que a vida dos filhos é melhor do que a delas próprias e de seus progenitores, com melhores condições e poder aquisitivo. Outro fator a ressaltar é a interface do Programa RS Mais Igual com outras políticas sociais, que pode contribuir com mudanças para si e para a família.

*Então pra mim é melhor, porque o que eles têm hoje, que pode ter um videogame, uma bicicleta, um desejo, um sonho deles que eu possa, eu vô ali, né (Entrevista 4, Bagé/RS).*

*[...] muitas coisas, tem bastante facilidade, esses cursos mesmo tão dando, e só não faz quem não quer, só não tem renda quem não quer, com esses cursos que tão dando (Entrevista 2, Santana do Livramento/RS).*

## CONCLUSÃO

Este trabalho analisou os efeitos – em termos de autonomia, elevação da autoestima e conquista de direitos – de um programa de transferência de renda implementado no estado do Rio Grande do Sul, o RS Mais Igual. Os achados empíricos foram interpretados à luz de conceitos como capacidades humanas, igualdade complexa e empoderamento feminino, os quais fornecem uma base teórica segura e adequada para compreender os fenômenos em questão.

Na análise dos resultados foi possível compreender o papel que programas como o Bolsa Família e o RS Mais Igual têm na vida das suas beneficiárias legais, gerando maior estabilidade, responsabilidade e autonomia, bem como possibilitando ganhos materiais e simbólicos.

Identificaram-se fortes indícios de que um Programa de transferência de renda pode incidir positivamente sobre um conjunto de precariedades materiais dos beneficiários e, igualmente, o que é mais importante em longo prazo, sobre as suas necessidades de garantir o próprio sustento, e de alcançar maior reconhecimento e autonomia. Com relação aos aspectos geracionais, as entrevistadas percebem-se como tendo acesso a recursos que melhoraram a sua condição de vida e a

de seus filhos, os quais eram inacessíveis aos seus pais. Ainda assim, revelaram as dificuldades atuais inerentes ao ingresso no mercado de trabalho.

Tais resultados sugerem que, com a participação no Programa RS Mais Igual, está em processo o empoderamento das mulheres beneficiárias, no sentido de adquirirem poder sobre decisões importantes de sua vida, de seus filhos, família e comunidade, e de atuarem como agentes promotoras de bem-estar. São aspectos que, por vezes, não constam entre as metas centrais de determinada política social, e vão aparecendo ao longo de sua implementação, como efeitos positivos não esperados. Tais efeitos ultrapassam a mera execução eficiente dos programas por meio da responsabilização feminina, atingindo a garantia de direitos e a ampliação da cidadania de grupos sociais específicos, nesse caso, das mulheres pobres ou extremamente pobres<sup>5</sup>. Por fim, destacamos que a análise sobre cidadania, empoderamento e participação feminina em políticas sociais será objeto de futuros estudos, quando será possível ampliar o escopo da pesquisa (incluindo mais entrevistadas) e abordar a questão de forma mais integradora, explorando os aspectos de redistribuição e de reconhecimento potencializados pelo protagonismo feminino nessas políticas.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Neoliberalismo: un balance provisorio. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **La Trama del Neoliberalismo**. Mercado, Crisis y Exclusión Social. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

BRASIL. Lei Federal nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jan. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2014.

BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flávio. Intervencionismo Estatal e Política de Desenvolvimento na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 305-322, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

OCAMPO, José Antonio. **Equidad, desarrollo y ciudadanía**. [S.l.]: CEPAL, 2000. Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/5/4425/lcg2071.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014.

---

(5) Nesse mesmo sentido, Mercedes Rabelo, em capítulo anterior deste livro, ressalta que o Programa Bolsa Família pode ser considerado um importante instrumento de “cidadanização” ou de acesso à cidadania para as mulheres beneficiadas, indo até a aproximação progressiva de uma igualdade material e simbólica, reforçadora tanto da redistribuição quanto do reconhecimento.

CYFER, Ingrid. Liberalismo e Feminismo: Igualdade de Gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 135-146, 2010.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90. Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEERE, Carmen D.; LEON, Magdalena. **O Empoderamento da Mulher: Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DINIZ, Eli. Globalização, Estado e Trajetórias Nacionais: Dilemas do Desenvolvimento e o Futuro do Brasil. In: SICSU, João; CASTELAR, Armando. **Sociedade e Economia: Estratégias de Crescimento e Desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2009.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Políticas Públicas e Gênero. In: GODINHO, Tatau (Org.) **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.) **Democracia hoje: novos desafios para teoria democrática contemporânea**. Brasília: Ed. UNB, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

MADEIRA, Lígia (Coord.); RODRIGUES, Alexandre B.; HELLMANN, Aline G.; BERNARDI, Ana Júlia B.; HERMANN, Daiana; MARZULO, Eber P.; GELISKI, Leonardo; SCHABBACH, Letícia M.; PAPI, Luciana P.; RAMOS, Marília P.; MARX, Vanessa; ROSA, Taciana B. **Produto 3: Primeiro Relatório. Contratação de Prestação de Serviços 30/2013**. Observatório de Políticas Sociais do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (UFRGS/CEGOV).

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

RAMOS, Marília P. (Coord.); MADEIRA, Lígia M.; SCHABBACH, Letícia M.; MARX, Vanessa; PAPI, Luciana P.; RODRIGUES, Alexandre B.; HERMANN, Daiana; GELISKI, Leonardo; BERNARDI, Ana Júlia B.; ROSA, Taciana B. **Avaliação da implementação de Políticas de Transferência de Renda no estado do Rio Grande do Sul – Projeto de Pesquisa** encaminhado ao Edital de Chamada Universal (MCTI/CNPQ, n. 14/2014). Porto Alegre, jun. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 13.716, de 15 de abril de 2011. Cria a Política Estadual de Combate à Pobreza Extrema e o Programa RS Mais Igual. **Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: Assembleia Legislativa,

19 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/13.716.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 13.923, de 17 de janeiro de 2012. Institui o Programa RS Mais Renda e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 18 jan. 2012. Disponível em: <[http://www.rsmaisigual.rs.gov.br/upload/20140516173329lei\\_n\\_\\_13923\\_2012.pdf](http://www.rsmaisigual.rs.gov.br/upload/20140516173329lei_n__13923_2012.pdf)>. Acesso em 10 out. 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUSA SANTOS, Boaventura; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

WALBY, Sylvia. Cidadania e transformações de gênero. In: GODINHO, Tatau (Org.) **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004.

ZORZI, Analisa. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao PRONAF Mulher em Ijuí-RS**. 2008. 137f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

# MULHER-MÃE RESPONSÁVEL: COMPETÊNCIAS PARA EDUCAR FILHOS(AS) SAUDÁVEIS<sup>1</sup>

MARIA CLÁUDIA DAL'IGNA

*Pedagoga e doutora em Educação. Professora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo/RS). Pesquisadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE/UFRGS/CNPq) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão (GEPI/Unisinos/CNPq).*

CARIN KLEIN

*Pedagoga e doutora em Educação. Integrante do Grupo Técnico Municipal (GTM) do Programa Primeira Infância Melhor (PIM), no município de Canoas/RS. Pesquisadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE/UFRGS/CNPq).*

DAGMAR ESTERMANN MEYER

*Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora colaboradora convidada nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integrante do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE/UFRGS/CNPq) e pesquisadora com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq.*

---

(1) Artigo originalmente publicado na revista Labrys (Edição em Português/Online), v.22, 2012. Disponível em: <<http://www.labrys.net.br>>. A referida revista concordou em ceder os direitos autorais do artigo, autorizando a sua publicação na presente Coletânea.

## INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta parte dos resultados de duas pesquisas de doutorado que examinam, respectivamente: (a) uma política pública de inclusão social voltada para famílias que vivem abaixo da linha da pobreza (KLEIN, 2010); (b) o processo de constituição da relação família-escola examinado com e a partir da perspectiva de mulheres-mães de crianças com baixo desempenho escolar (DAL'IGNA, 2011)<sup>2</sup>. Apoiando-nos em estudos de gênero pós-estruturalistas e nos estudos foucaultianos, utilizamos as contribuições das análises realizadas por Michel Foucault (2008a) sobre a teoria do capital humano. Nessa discussão, operamos com os conceitos de gênero e pobreza para examinar de que formas algumas tecnologias de poder operam na constituição do sujeito mulher-mãe responsável, capaz de cuidar de si para gerar e educar filhos(as) saudáveis.

Na primeira parte do texto, discutimos conceitos e procuramos estabelecer aproximações entre eles para construir o que chamamos de grade de análise, que fundamenta a argumentação que desenvolvemos. Na segunda parte, utilizando dados da pesquisa de Carin Klein (2010), examinamos uma política do Governo do Estado do Rio Grande do Sul – Primeira Infância Melhor (PIM)<sup>3</sup> – voltada à promoção do desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos de idade, com ênfase no período de 0 a 3 anos. A política focaliza as famílias com crianças de 0 até 6 anos e gestantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social<sup>4</sup>.

Compreendendo o PIM como uma instância pedagógica, problematizamos as ações que visam ao desenvolvimento de competências familiares para educação de uma infância plena de capacidades físicas, intelectuais, sociais e emocionais e, sobretudo, a importância atribuída à participação da mulher-mãe no sentido de posicioná-la como corresponsável pela saúde e educação das crianças.

Na terceira e última parte, utilizando dados da pesquisa de Maria Cláudia Dal'Igna (2011), examinamos a relação família-escola e, principalmente, a ênfase atribuída à família, que precisa tornar-se parceira da escola e compartilhar com ela responsabilidades para gerenciar os riscos sociais – fracasso escolar, por exemplo. De modo mais específico, focalizamos aqui algumas tecnologias de poder impli-

(2) As pesquisas aqui apresentadas foram desenvolvidas sob a orientação da Profa. Dra. Dagmar Estermann Meyer, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e estão vinculadas à Linha de Pesquisa “Educação, Sexualidade e Relações de Gênero”.

(3) O PIM foi implantando no Estado do Rio Grande do Sul em 2003 e tornou-se Lei Estadual n.º 12.544 em 03 de julho de 2006.

(4) Para compor o corpus da pesquisa, produziu-se um trabalho de campo de caráter etnográfico, por meio do cruzamento de informações de diferentes fontes: documentos oficiais referentes ao PIM; atividades que integram o PIM, conforme registradas em diário de campo; entrevistas com técnicos(as), mulheres-visitadoras e mulheres-mães participantes. O trabalho de campo foi realizado no Bairro Mathias Velho, na cidade de Canoas/RS.

cadadas na constituição do sujeito mulher-mãe responsável, microempresária de si mesmo e dos outros<sup>5</sup>.

Mas, antes de iniciarmos, registramos uma informação importante. As duas pesquisas analisadas neste capítulo conectam-se com uma agenda de pesquisa<sup>6</sup> na qual problematizamos políticas públicas e/ou ações programáticas de inclusão social, nas áreas da educação, do desenvolvimento social e da saúde, entendendo-as como produtoras de gênero e, mais especificamente, de maternidades e paternidades.

Foram os pontos de convergência e as regularidades constitutivas dos processos de produção de gênero analisados em nossas investigações até 2005, por exemplo, que nos permitiram formular um dos principais argumentos que vimos explorando a partir de então, qual seja, o de que estamos (re)vivendo um período de intensa “politização do feminino e da maternidade” (MEYER, 2006). Essa politização da maternidade, a nosso ver, tem sido incorporada, difundida e atualizada pelas políticas de Estado – sobretudo naquelas direcionadas aos segmentos mais pobres da população, aglutinadas sob o guarda-chuva da *inclusão social* –, pelas ações programáticas que delas se desdobram e pela mídia em geral. Ela não é exatamente inovadora, mas atualiza, exacerba, complexifica e multiplica investimentos educativo-assistenciais que têm como foco as famílias pobres e, dentro delas, as mulheres-mães<sup>7</sup>.

## A CONSTRUÇÃO DO ARGUMENTO

### CAPITAL HUMANO

A teoria do capital humano é um dos métodos utilizados por Foucault

(5) Os dados examinados nesta pesquisa resultam de dois procedimentos metodológicos: grupo focal e entrevista. Dal’Igna (2011) coordenou um grupo focal com 10 mulheres-mães de crianças com baixo desempenho escolar e realizou entrevistas com algumas participantes. O trabalho de campo foi desenvolvido em um programa de apoio especializado, localizado na cidade de São Leopoldo/RS.

(6) Agenda de pesquisa (individual e coletiva) delineada, mais precisamente, a partir do ingresso de Dagmar Estermann Meyer como docente-orientadora e pesquisadora no corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, no segundo semestre de 1999. Nesse contexto, incorporada à linha de pesquisa *Educação, sexualidade e relações de gênero*, a referida professora propôs a criação da área temática *Políticas de corpo e saúde*, no interior da qual se inscrevem os projetos de pesquisa contemplados com bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq, em 2000, 2002, 2004 e 2008. Essa agenda de investigação, apoiada nos Estudos de Gênero e Estudos Culturais Pós-estruturalistas, foi redimensionada com a articulação ao quadro conceitual da vulnerabilidade, a partir de 2005, e vem sendo incorporada e desdobrada, nesse período e nessas mesmas perspectivas, nos projetos de pesquisa que a professora orientou, em diferentes níveis, na pós-graduação em Educação e em Enfermagem.

(7) Ver a este respeito: Meyer et al. (2008); Schwengber (2006); Klein (2010); Dal’Igna (2011); Meyer, Klein e Fernandes (2012).

(2008a) para analisar o tipo de (neo)liberalismo que se desenvolveu nos Estados Unidos<sup>8</sup>. Para problematizar as relações entre educação da família e promoção de competências familiares em tempos de governamentalidade neoliberal<sup>9</sup>, utilizamos aqui, além de Foucault (2008a), outros autores (GADELHA, 2009; VEIGA-NETO; SARAIVA, 2009) que examinam a teoria do capital humano a partir de Foucault.

Com base em Sylvio Gadelha (2009), abordamos brevemente essa teoria para discutir o conceito de capital humano. Procuramos examinar, em especial, as relações entre esse conceito e as práticas contemporâneas de governo da população. Estreitando ainda mais o foco, nosso objetivo é problematizar as tecnologias de poder em operação no mundo atual e suas implicações nos processos de subjetivação de mulheres-mães pobres. Nosso argumento é que, na contemporaneidade, investe-se especialmente no governo da mulher pobre para transformá-la em sujeito mulher-mãe responsável – capaz de cuidar de si para gerar e educar filhos(as) saudáveis.

Tentarei mostrar, seguindo esse fio [governamentalidade neoliberal, biopolítica e educação] e abordando essa teoria [teoria do capital humano], como determinados valores econômicos, à medida que migraram da economia para outros domínios da vida social, disseminando-se socialmente, ganharam um forte poder normativo, instituindo processos e políticas de subjetivação que vêm transformando sujeitos de direitos em *indivíduos-microempresas* – empreendedores (GADELHA, 2009, p.143-144).

Seguindo a argumentação de Gadelha (2009), a partir da teoria do capital humano, é possível analisar o trabalho sob dois pontos de vista: do capital e da renda. Essa análise é produzida da perspectiva do trabalhador, focalizando a relação custo-benefício e a estreita conexão entre indivíduo e capital. “Trata-se de estudar o trabalho exercido pelos indivíduos como uma conduta econômica, e de tentar entender como essa conduta é praticada, racionalizada e calculada por aquele que a exerce” (GADELHA, 2009, p. 143-144).

(8) Na *Aula de 14 de março de 1979*, Foucault (2008a) destaca três elementos — a política keynesiana, os pactos sociais de guerra e o crescimento da administração federal por meio de programas econômicos e sociais — que funcionaram como base (de apoio e de contraposição) sobre a qual se desenvolveu o neoliberalismo americano.

(9) No curso *Segurança, território, população*, Foucault (2008b) afirma que a *governamentalidade* pode ser compreendida como uma análise do exercício do poder. Isso implica examinar *como* o poder é exercido por meio de tecnologias/técnicas que constituirão o sujeito – na relação com o outro e na relação consigo. “Chamo ‘governamentalidade’ ao encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (FOUCAULT, 2001, p.1604). Ampliando sua análise, no curso *Nascimento da Biopolítica*, Foucault (2008a) explica que a governamentalidade neoliberal, sobretudo aquela constituída a partir do neoliberalismo americano, compreende que *a economia se desenvolve como um jogo entre parceiros*. As regras do jogo são formuladas pelo Estado com o objetivo de criar condições para que um maior número de pessoas possa continuar a jogar. A existência de condições de concorrência é fundamental para que esse jogo possa funcionar; por isso, torna-se necessário capitalizar os indivíduos, fazendo com que cada um administre sua vida (indivíduo) em benefício da sociedade (coletivo).

Dessa perspectiva, é possível pensar na ênfase que será atribuída à relação entre indivíduo (trabalhador) e competência (capacidades para o trabalho). O comportamento humano ou, ainda, a subjetividade torna-se objeto da economia política, de uma racionalidade que investe no sistema indivíduo-competência para produzir um sujeito capaz de: ver a si mesmo como um capital ou como uma microempresa; avaliar o impacto produzido por suas ações; investir em si mesmo para manter-se ativo, incluído no jogo econômico. Nas palavras de Foucault (2008a, p. 310), trata-se de “[...] uma concepção do capital-competência, que recebe, em função de variáveis diversas, certa renda que é um salário, uma renda-salário, de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesmo”.

Com isso, percebe-se que, na contemporaneidade, os processos sociais precisam ser compreendidos também sob essa grade de racionalidade de mercado. Pode-se afirmar, ainda, que as condutas passam a ser reguladas por essa lógica.

No âmbito de políticas públicas contemporâneas, é possível dizer que tem se investido na produção de identidades maternas que necessitam incorporar um conjunto de competências a fim de melhor gerar e educar seus (suas) filhos (as). Compreendemos que tais políticas – ao mesmo tempo em que são atravessadas e constituídas por essa racionalidade neoliberal contemporânea – produzem uma *cultura empreendedora*, na qual os indivíduos se tornam cada vez mais regulados em função de seus desempenhos.

60

A partir de nossas pesquisas, é possível argumentar que, na atualidade, políticas públicas de educação e/em saúde investem em capacitar uma parcela da população, no sentido de dirigir e conformar alguns processos de gestão da vida. Esses valores normativos disseminam-se para as searas socioculturais com o objetivo de reduzir as vulnerabilidades sociais de determinados grupos populacionais, garantindo, por exemplo, o desenvolvimento infantil saudável – expresso através de políticas voltadas à primeira infância – e a gestão do risco da repetência, do fracasso e da evasão escolar – expressa por meio da parceria que deve ser firmada entre escola, família e Estado.

No que se refere ao tema discutido neste capítulo, esses argumentos permitem analisar a relação que se estabelece entre capital humano e produção de uma cultura empreendedora. Porém, como podemos articular tal análise às questões de gênero e pobreza? Essa discussão é o que procuramos desenvolver a seguir.

## GÊNERO E POBREZA

Consideramos importante e necessário examinar como gênero<sup>10</sup> e pobre-

---

(10) Com base em Meyer (2011), operamos com o conceito de gênero como um elemento organizador da cultura. Dessa perspectiva, torna-se possível examinar os processos de pro-

za<sup>11</sup> operam estruturando as práticas de governmentação voltadas para a família, em especial, para as mulheres-mães pobres. Isso significa assumir que determinadas formas de constituir-se como mulheres e mães estão relacionadas às nossas maneiras de pensar e viver na atualidade. Referimo-nos a uma racionalidade neoliberal que tem investido em campanhas, programas e políticas públicas residuais e direcionadas, sobretudo, às populações mais pobres, no sentido de “ajudar as pessoas a se ajudarem”, estimulando os indivíduos a adotarem estilos de vida saudáveis – formas mais adequadas de cuidar de si –, visando capacitá-los para engajar-se e responsabilizar-se pelo controle de sua vida e da vida de suas famílias.

Pode-se dizer que essa discussão pretende dar visibilidade a alguns processos que tratam de investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de educar e cuidar da família e das crianças e as condições de vida, em especial de mulheres-mães, uma vez que esses processos passam a regular e conformar a maternidade ao interpelarem mulheres como mães, tornando suas ações decisivas para a operacionalização da chamada “inclusão social” proposta pelo Estado.

Assumimos, juntamente com Dagmar Meyer (2006), que a discursividade que vem produzindo e sustentando o “processo de politização do feminino e da maternidade” está pautada na necessidade de enfrentamento e resolução de problemas sociais contemporâneos ligados às esferas da educação e da saúde. Como explica a autora, na contemporaneidade, podem-se identificar uma intensificação e uma multiplicação de investimentos educativo-assistenciais que focalizam a mulher, visando transformá-la numa *mãe cuidadora* — que cuida e se cuida. As pesquisas de Meyer (2006, 2009), Schwengber (2006), Klein (2010) e Dal’Igna (2011) mostram como essa politização é incorporada pelas políticas públicas de inclusão social, pela mídia e pela escola e como está sustentada no pressuposto de que os problemas sociais podem ser resolvidos, em grande parte, na medida em que a mulher-mãe se torna parceira do Estado.

O exame de políticas e programas de educação e de saúde (bem como dos conhecimentos científicos que lhes dão sustentação), implementadas no contexto de sociedades — como a brasileira — nas quais a racionalidade neo-

---

dução de diferenças e desigualdades de gênero, problematizando-se como tais diferenças e desigualdades são fabricadas no interior das instituições e práticas sociais, as quais são constituídas pelos – e constituintes dos – gêneros. Ao mesmo tempo, a articulação entre gênero e governmentação possibilita examinar como gênero atravessa e dimensiona as ações de governmentação e distinguir as ações direcionadas às mulheres daquelas que focalizam as mães.

(11) Apoiando-nos nos estudos de Hildete Melo (2005) e Sarah Sant’Ana (2007), explicamos que a pobreza é aqui compreendida como um *fenômeno complexo e multidimensional*. A análise da pobreza não pode concentrar-se apenas na capacidade da pessoa de ter acesso a determinadas quantidades de renda ou de dispor de *renda*. Também é possível dizer que a variável renda, quando cruzada com outras variáveis, como sexo, idade, escolaridade e posição na família, sofre transformações importantes e produz lugares sociais distintos para homens-pais e mulheres-mães pobres no Brasil.

liberal funciona e produz efeitos, permite então perceber que a noção de *indivíduo mulher-mãe*, ainda supõe, ou supõe com força renovada, a existência de *um ser que incorpora e se desfaz em múltiplos*: a mãe como parceira do Estado, a mãe como agente de promoção de inclusão social, a mãe como provedora do núcleo familiar e a mãe como principal produtora de cuidado, educação e saúde de suas crianças. Essa multiplicação de capacidades, atributos e funções maternas produz e justifica a necessidade de inserir mulheres no âmbito de redes de saber e poder que devem educá-las, desde muito cedo, a viver sua vida como mulher e como mãe (MEYER, 2006, p. 87-88, grifo da autora).

Dessa maneira, a formulação de inúmeros programas e políticas públicas, que se desdobram em campanhas, passeatas, manuais, revistas, jornais, anúncios, currículos e orientações escolares, vem incorporando, reatualizando e difundindo modelos, prescrições e ensinamentos que deverão constituir determinadas formas de viver a maternidade.

Como já argumentamos em outros trabalhos (KLEIN, 2005; DAL'IGNA 2006), essas esferas delineiam uma pedagogia que, ao educar mulheres como mães, as posicionam ao lado do Estado, corresponsabilizando-as pelo enfrentamento de condições estruturais de pobreza, uma vez que elas são apresentadas como parceiras do Estado, devendo agir de forma decisiva na resolução dos problemas sociais contemporâneos. Pode-se dizer que as mulheres-mães passam a ser posicionadas em inúmeras políticas de “inclusão social” como agentes fundamentais para a resolução de problemas sociais. Tal posição visa à redução de gastos com segurança pública, saúde e educação, ao mesmo tempo em que pouco intervém em situações estruturais, como falta de creches/escolas de educação infantil e políticas de distribuição de renda, criação de postos de trabalho, diminuição da violência e acesso a serviços básicos de qualidade em educação e saúde.

A seguir, passamos a discutir de que forma localizamos, em nossas pesquisas, essas prescrições e ensinamentos voltados à formação das chamadas competências familiares, sobretudo maternas.

## A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA E DA MATERNIDADE NO ÂMBITO DO PIM

O PIM concebe a *Família* como a primeira grande escola do *amar* e do *brincar*, fundamentos da condição humana e da constituição de cidadãos mais saudáveis e felizes. Enquanto eixo integrador de políticas públicas, na promoção das competências familiares e do desenvolvimento pleno das capacidades físicas, intelectuais e socioemocionais da criança de 0 a 6 anos, o Programa tem como desafio a redução dos índices de desigualdade social e exclusão social (RIO GRANDE DO SUL, 2007a, p. 8).

Para o UNICEF, “as competências familiares são entendidas como o conjunto de conhecimentos, práticas e habilidades necessárias para promover a sobrevivência, o desenvolvimento, a proteção e a participação das crianças. Envolve desde a preparação adequada antes do nascimento, até a estimulação psicossocial da criança, o seu desenvolvimento cognitivo e a capacidade de identificar sinais de doença e tomar providências necessárias, assim como a promoção da paz e a prevenção da violência. Essa definição vem ao encontro da meta que norteia o Programa Primeira Infância Melhor, elegendo, como um de seus pilares fundamentais, a Família, por compreender que é nesse contexto que a criança poderá encontrar um ambiente favorável ao seu pleno desenvolvimento, a fim de ser bem conduzida no seu processo de socialização” (RIO GRANDE DO SUL, 2007b, p. 7-8).

Entendemos que os excertos reportam de forma direta as maneiras mais corretas de conduzir as famílias e a infância, configurando a compreensão de que a família (sobretudo, através da mãe) é central tanto no debate que permeia a educação e (m) saúde, cunhado no âmbito de políticas públicas como o PIM, quanto nas formas de socialização e no cumprimento de responsabilidades em relação ao desenvolvimento infantil; isto é, a família é convocada a incorporar e exercer as chamadas “competências familiares”, que envolvem, de acordo com o excerto,

desde a preparação adequada antes do nascimento, até a estimulação psicossocial da criança, o seu desenvolvimento cognitivo, a capacidade de identificar sinais de doença e tomar providências necessárias, assim como a promoção da paz e a prevenção da violência (RIO GRANDE DO SUL, 2007b, p. 7-8).

A forma como se organizam os enunciados nos *Guias* de orientação às famílias, por exemplo, “a *Família* como a primeira grande escola do *amar* e do *brincar*”, que se repetem extensivamente nas capacitações, trata de conformar um aparato pedagógico que, ao focalizar o desenvolvimento infantil, busca instituir formas de controle e de governo das famílias: como elas devem ser e fazer, o que é (in)oportuno, (in)desejável, (in)competente.

Analisar o discurso pedagógico que atravessa e constitui os ensinamentos do PIM remete-nos aos pressupostos desenvolvidos pelo sociólogo francês Philippe Perrenoud sobre a formação docente a partir do desenvolvimento de competências. Essa abordagem pretende ampliar a profissionalização dos(as) professores(as), “não apenas pelo domínio de conhecimentos diversos”, mas também pelo desenvolvimento “de esquemas de percepção, de análise, de decisão, de planejamento, de avaliação e outros, que lhe permitam mobilizar os seus conhecimentos em uma determinada situação” (PERRENOUD et al., 2001, p.12). Nessa perspectiva, a formulação das competências deve estar ligada a contextos culturais e profissionais e a condições sociais atravessadas pelos objetivos e escolhas de uma determinada sociedade.

Perrenoud et al. (2000) defende que a construção de competências entre docentes e estudantes pressupõe uma pedagogia ativa e cooperativa, a fim de ar-

ticular o conhecimento recebido à resolução de problemas e a situações da vida. Vejamos como ele explica essa questão:

saber curar uma criança doente mobiliza as capacidades de observar sinais fisiológicos, medir a temperatura, administrar um medicamento; e os seguintes saberes: identificar patologias e sintomas, primeiros socorros, terapias, os riscos, os remédios, os serviços médicos e farmacêuticos (PERRENOUD, 2000, p. 1).

Podemos apreender aqui que, para saber curar, por exemplo, é preciso mobilizar capacidades que envolvem determinados saberes. A constituição dessa premissa articula um conjunto de operações discursivas em que docentes, estudantes e, nós diríamos, os(as) técnicos(as) e as visitadoras do PIM operam com formas legítimas de saber que as famílias necessitam aprender para mobilizar capacidades e para assumir uma posição de sujeito competente. Nesse sentido, a pedagogia das competências, formulada para ser empregada nos contextos da educação formal, passa a ser incorporada por outras esferas, como a da educação e(m) saúde, e por políticas de inclusão social, dando ênfase a capacidades que os indivíduos situados em áreas vulneráveis deveriam identificar e mobilizar a fim de administrar as providências necessárias para o enfrentamento de situações de doença e violência, além de agir na promoção da paz.

Se a família é definida pelo PIM “como a primeira grande escola do brincar e do amar”, essa linguagem específica vincula seus atores a certos imperativos, também formulando uma ordem para fazer algo – nesse caso, produzir um espaço pedagógico permeado pelo amor e pelo brincar. De acordo com os excertos, o texto preconizado pela UNICEF, que é incorporado pelo PIM, busca reconstruir e organizar relações sociais, o que supõe a necessidade de operar numa lógica específica na qual “as competências familiares são entendidas como o conjunto de conhecimentos, práticas e habilidades necessárias para promover a sobrevivência, o desenvolvimento, a proteção e a participação das crianças” (RIO GRANDE DO SUL, 2007b, p. 7). Ao definir e/ou assumir essa noção de “competências familiares”, a política explicita suas diretrizes e que coisas são estas que precisam ser feitas para cumpri-las, estabelecendo também as posições que cada sujeito precisa ocupar.

Observamos a forma como o discurso pedagógico, que inclui a pedagogia das competências, constrói uma representação familiar com a qual se pretende adequar os indivíduos e suas relações a uma ordem avaliativa e normativa. Entendemos que esses discursos pedagógicos estão associados, ainda, ao discurso moral, que, nesses contextos educacionais, busca formular normas de comportamento através da qualificação avaliativa das pessoas e de sua conduta (LARROSA, 1996).

Podemos localizar de que modo esses discursos se desdobram e se multiplicam na fala de uma das visitadoras. Ao ser indagada sobre as repercussões do seu trabalho e as supostas mudanças que ocorriam na rotina das famílias que atendia,

Luísa respondeu:

“Nem todas eram 100%, até porque, se fossem, a gente não estaria ali, mas eu cheguei num certo momento do meu trabalho em que não eram mais as crianças que estavam me esperando, eram as mães, eram as avós, eram as tias, era o cuidador.”

*As atividades deixadas para as famílias eram bem recebidas?*

“Eu acho que as mães, quando elas entendem com clareza o que tu estás proporcionando, o objetivo daquilo, por que aquilo vai ter um resultado, amanhã ou daqui duas semanas ou daqui a um ano, a mãe vem a fazer, sim.”

Fonte: Entrevista com Luísa, 24 jul 2007.

Podemos analisar como a visitadora incorpora uma linha avaliativa para dizer que “nem todas [famílias] eram 100%”, para em seguida remeter a qualificações que definem como devem ser e agir os membros da família, posicionados como cuidadores. O próprio emprego da palavra *cuidador* passa aqui a delimitar uma posição de sujeito e um determinado campo de ação para alguns membros da família. A fala da visitadora revela a importância das atividades elaboradas nos domicílios, pois é através delas que se pode estabelecer e controlar a posição que mulheres e crianças devem ocupar nesse discurso pedagógico.

O excerto evidencia também certo investimento educativo para a constituição de um modelo familiar – ele supõe investimentos, aprendizagens, correlação de forças, movimentos de significação –, tratando de posicionar os sujeitos em determinados lugares sociais. Justamente pelo caráter de dispersão e indefinição da linguagem e do sujeito, há necessidade de uma contínua produção e fixação através de aparatos pedagógicos diversos que permitam descrever, medir, comparar, adequar e corrigir constantemente.

Os critérios que determinam as possibilidades de acesso a políticas sociais parecem dirigir-se para a construção da seguinte lógica: os benefícios e as proposições não são extensivos a todos os indivíduos, mas a um grupo bem específico – famílias pobres com crianças e jovens –, como forma de o Estado investir nos indivíduos adultos e responsabilizá-los por um futuro melhor das crianças. É baseado em um princípio de equidade e inclusão que o PIM direciona seus ensinamentos às famílias que, sob diversos aspectos, não estão próximas da norma, com o objetivo de fornecer (ao menos teoricamente) a ampliação de seus recursos e conhecimentos. Vejamos como a “proteção à infância” é acionada através do *Guia da Gestante para o Visitador* (RIO GRANDE DO SUL, 2007b, p. 7), no sentido de exibir valores e a constituição de uma norma familiar:

Fundamentado pelas principais leis que regulamentam a proteção à infância em nosso país, o Programa focaliza as principais referências para a educação e o desenvolvimento integral da criança, tendo um papel fundamental, expresso na própria Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 227, em que afirma: ‘É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão’. Porém, os pais e responsáveis pela criança, muitas vezes, necessitam de um suporte, de modo a se sentirem fortalecidos nas suas competências e no desempenho de seus papéis.

66

Ao amparar-se na Constituição Federal, o PIM também incorpora fragmentos do discurso jurídico, que, nesse caso, parte de uma referência de família ideal: afetiva e protetora, capaz de assegurar às crianças, “com absoluta prioridade”, uma série de direitos sociais (que, em muitos casos, nem mesmo as famílias-alvo possuem). Porém, se algumas famílias “necessitam de um suporte”, possivelmente sejam elas que apresentam mais “problemas” ou “desvios” em relação à aquisição das chamadas “competências” e, por isso, necessitem de (maior) intervenção e educação por parte do Estado. Talvez a necessidade contemporânea de uma pedagogização da família e da maternidade só passe a fazer sentido a partir da valoração e hierarquização de um modelo familiar que é apresentado culturalmente como norma e que está geralmente associado à educação e à saúde – ou seja, o modelo da família mononuclear e monogâmica que podemos, com frequência, visibilizar nas ilustrações e representações de famílias expostas em inúmeros guias e manuais e produzidas e veiculadas em políticas públicas, dentre elas, o PIM e o Programa Bolsa Família (PBF).

Se, por um lado, existem movimentos que buscam fixar uma norma familiar, por outro, podemos analisar alguns processos educativos, políticos e culturais que buscam a sua constituição a partir de critérios éticos e de demandas sociais que envolvem a tarefa de cuidar de crianças. Políticas que tomam a família como foco de intervenção vêm convocando-a ora como a causa dos problemas, ora como espaço de sua resolução, ou seja, seguem na direção de delinear investimentos em uma norma familiar que diversos (as) pesquisadores(as) já trataram de colocar sob suspeita (DAL’IGNA, 2005; FONSECA, 2005, 2007; SCAVONE, 2001). Claudia Fonseca leva-nos a refletir que, “sob a lupa da teoria crítica, nenhuma ‘família’ segue a narrativa linear ‘padrão’” (FONSECA, 2007, p. 11).

Ao mesmo tempo, através da pesquisa de campo, podemos constatar que é a mulher, por meio da maternidade, que se torna alvo da intervenção das políticas públicas referentes à criação das crianças e à organização familiar. É ela que precisa buscar o auxílio e a orientação, ter paciência, ouvir o que as atendentes da escola contam, contar histórias, levar sistematicamente a uma unidade de saúde, organizar a casa, cozinhar, além de muitas vezes buscar complementação de renda

para a família. Colocando-se as crianças como foco de atenção e se intervindo nas relações familiares por meio de estratégias centradas na interpelação e educação das mulheres-mães, (re)atualizam-se diferenças e desigualdades de gênero que pouco contribuem para ampliar o que se denomina como família.

O deslizamento do termo *família* para o termo *mulher-mãe*, tão evidenciado na pesquisa de Klein (2010), também é sinalizado em outras pesquisas.

No Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), do Governo Federal, implementado no município de Viamão/RS, Meyer et al. (2008), dentre outros objetivos, buscaram problematizar algumas noções de família operacionalizadas no âmbito dessa política. Ao interrogar técnicos (as) e participantes sobre o motivo pelo qual a grande maioria de participantes do programa era constituída por mulheres, as respostas indicaram o tempo (disponibilidade), a opção e também a configuração das famílias assistidas. No entanto, foi importante perceber que os temas tratados naquelas reuniões eram, nitidamente, mais endereçados às mulheres-mães, sendo que os homens ali presentes praticamente não participavam das discussões. Desse modo, tornou-se possível dizer que, nas práticas educativo-assistenciais derivadas do PAIF, o termo *família* seguiu sendo traduzido como *mulher-mãe*, sendo esta posicionada como principal alvo das ações programáticas ali desenvolvidas (MEYER et al. 2008; MEYER; KLEIN; FERNANDES, 2012).

Letícia Fernandes (2008), ao analisar o Serviço Ação Rua, da Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre/RS, acompanhou, durante nove meses, a rotina de educadoras(es) e assistentes sociais cuja função era reinserir crianças e jovens em suas famílias. Foi através da sua participação em algumas das abordagens realizadas por aquele serviço que a autora pôde evidenciar a “centralidade que tanto os meninos e meninas atendidos(as) quanto as políticas públicas e discursos psicológicos tendem a dar às mulheres-mães, fazendo delas o elo principal entre as políticas de inclusão social e a melhoria das condições de vida” (FERNANDES, 2008, p. 78), por meio da sua responsabilização.

Desse modo, a família torna-se alvo de investimentos que tanto reiteram quanto modificam, atualizando e transformando, diferenças e desigualdades de gênero, geração e relações de parentesco, diferenças essas culturalmente construídas e organizadas. Compreendemos que esse movimento busca fixar e homogeneizar arranjos sociais nomeados como *família*, no singular, ao mesmo tempo em que dificulta abordagens e espaços que focalizem tais arranjos em suas dimensões de fluidez, inconstância e articulação a um contexto sociocultural de contínua negociação e reorganização, que podem incidir em diferentes e inusitados acordos.

Através da imersão no campo, podemos compreender que a incorporação das famílias a políticas públicas tem buscado assegurar o compromisso familiar acionado pela interpelação das mulheres-mães, que necessitam tornarem-se com-

petentes e capazes de assumir um extenso conjunto de cuidados e responsabilidades para com as crianças.

Com isso, argumentamos que o PIM tem investido e imprimido (em) um determinado modo de ser membro da estrutura familiar – mãe, pai, filho(a) ou outro(a) –, definindo e, paradoxalmente, ensinando comportamentos compreendidos como naturais, adequados e indispensáveis para o desenvolvimento saudável das crianças.

## MULHER-MÃE RESPONSÁVEL: MICROEMPRESÁRIA DE SI MESMA E DOS OUTROS

Nesta seção, pretendemos ampliar alguns argumentos desenvolvidos anteriormente. Por isso, vamos retomá-los brevemente aqui. Como procuramos mostrar, um conjunto de práticas colocadas em funcionamento pelo PIM atribui centralidade à família e à mulher-mãe, tornando-as parceiras do Estado na promoção da inclusão social.

68

Essa argumentação tem relação direta com o que pretendemos discutir neste texto, uma vez que a condução da conduta da família e da mulher-mãe envolve a constituição de um sujeito governável e autogovernável. Se, como mostramos, para o jogo econômico de um Estado neoliberal é importante *aproximar a família do Estado*, também será preciso investir na fabricação de um sujeito de maneira a torná-lo *parceiro* — capaz de agir sobre si e sobre os outros para manter-se participante e buscar soluções para os problemas sociais.

É isso que examinaremos agora: *como se constitui o sujeito mulher-mãe parceira e os efeitos do governo sobre a sua conduta*.

Para isso, utilizaremos parte dos resultados da pesquisa de Dal'Igna (2011), a qual descreve e analisa a relação família-escola e a ênfase atribuída à mulher-mãe pobre, que precisa tornar-se parceira da escola e compartilhar com ela responsabilidades para gerenciar os riscos sociais – fracasso escolar, por exemplo. De modo mais específico, focalizamos aqui algumas tecnologias de poder implicadas na constituição do sujeito mulher-mãe responsável, microempresária de si mesma e dos outros.

Gostaríamos de começar por uma questão que foi discutida com as mulheres-mães participantes da pesquisa: “a (não) participação dos homens-pais na educação do(as) filhos(as)”. Vejamos o que algumas delas responderam:

Maria Cláudia: Então, eu vou combinar isso com vocês hoje, também vai ter aviso depois: semana que vem, é a reunião com as famílias [...].

Carolina: E quem já vai participar? Porque que eu estava falando para as meninas... Eu estava falando para elas que ele [o marido] é tão, ele é uma pessoa maravilhosa, e é mesmo, uma pessoa incrível, assim. [...] Só que, assim, ele é meio assim, nas palavras dele, ele é meio ignorante, não sei se é ignorância ou é falta de conhecimento. Ele não sabe educar, entendeu? Eu vejo que eu estou aprendendo e tento aplicar como enxergo as coisas. Ele não enxerga, ele atropela, ele ofende, ele fala palavras... [...] Então, eu gostaria que ele participasse e ouvisse vocês, falando ali, todo mundo falando. Eu acho que talvez ele mudaria a forma de falar.

Maria Cláudia: E por que tu achas, Carolina, que ele não participa?

Carolina: É porque ele está no serviço. Se ele quiser, pode participar uma vez e outra, mas daí ele vai ter que pagar essas horas em que ele não foi. Mas é por isso mesmo, por causa do trabalho. Talvez, se não tivesse trabalho, ele viesse.

Maria Cláudia: Eu vou retomar isso. Eu queria que vocês comentassem um pouco... Por que são vocês que estão aqui?

Paola: Porque, como nós já falamos, a responsabilidade é da mãe, entre aspas. O pai, ele sabe das dificuldades da Helena. [...] Ele não está participando, ele só pergunta. É aquele costume que eles têm: "Ah, tu és a mãe, tu vais fazer e pronto". Só o que sabem dizer, não é? Eles não se esforçam. Eu pagaria a minha hora, eu, com certeza, se estivesse trabalhando todo dia, eu viria no dia da reunião. [...] Porque eu me preocupo com a minha filha. Eu acho que o pai em si se preocupa, mas não tanto como uma mãe. Infelizmente, é assim.

Irene: Exatamente.

Carolina: Isso sempre, por mais que ame. Eles não aprendem. Não adianta.

Laura: Acho que, nos dias de hoje, por mais que a gente viva num mundo moderno, por mais que tenha maridos com pensamentos mais abertos, já vem de muito tempo essa coisa de que a mulher é que é responsável pelos filhos, de que a mulher é que tem que se virar para resolver qualquer problema dentro da família. Então, é complicado. [...]

Fonte: Grupo Focal, Encontro IV, 06/05/2010.

Maria Cláudia: [...] Por que tu participas? Quais são os teus motivos? O que te leva a organizar a tua vida de tal forma para poder apoiar o Pedro, para ele superar essas dificuldades?

Laura: Ah, o amor mesmo. A gente quer ver o filho crescendo, a gente quer que eles tenham condições de aprender, de crescer, de viver de uma forma normal, de ter um pouco de independência. A gente sabe que, hoje em dia, quem não tem isso não é nada. Ele tem que aprender o que ele

aprende na escola, não é, sobre vários movimentos que ele faz dentro da família, dentro da escola, em outros locais, que ele está aprendendo a conviver dentro de uma sociedade. A gente sabe que ninguém vive sozinho, ou seja, ele precisa de convivência com seres humanos, ele precisa saber como se relacionar, ele precisa saber ler para se relacionar, ele precisa escrever, ele precisa saber como se relacionar neste mundo.

Fonte: Entrevista III, 04/04/2011.

Foucault (2008a) explica que o capital humano é constituído por *elementos inatos e elementos adquiridos*. Um dos elementos adquiridos é o *investimento educacional*, compreendido como um investimento mais amplo do que o aprendizado escolar e o aprendizado profissional. Nas palavras do autor:

Sabe-se experimentalmente, sabe-se por observação, que ele [o capital humano] é constituído, por exemplo, pelo tempo que os pais consagram aos seus filhos fora das simples atividades educacionais propriamente ditas. Sabe-se perfeitamente que o número de horas que uma mãe de família passa ao lado do filho, quando ele ainda está no berço, vai ser importantíssimo para a constituição de uma competência-máquina, ou se vocês quiserem, para a constituição de um capital humano, e que a criança será muito mais adaptável se, efetivamente, seus pais ou sua mãe lhe consagraram tantas horas do que se lhe consagraram menos horas. Ou seja, o simples tempo de criação, o simples tempo de afeto consagrado pelos pais a seus filhos, deve poder ser analisado em termos de investimento capaz de constituir um capital humano (FOUCAULT, 2008a, p. 315).

A partir dessas falas, é possível afirmar que a mulher-mãe pobre se torna alvo de governo, na medida em que aprende a *ver a si mesma como um capital ou como uma microempresa*. Ela precisa tornar-se competente – adquirir um conjunto de capacidades, habilidades e atitudes – para educar seus(suas) filhos(as).

Mas que competências ela precisa ter?

Considerando essa pergunta, gostaríamos de desenvolver alguns argumentos. Primeiramente, operando com o conceito de capital humano, podemos afirmar que, na contemporaneidade, a produção de novas subjetividades está estreitamente relacionada com uma *cultura empreendedora*. Em outras palavras, as competências adquirem valor de mercado e constituem-se como valor de troca. Os indivíduos são cada vez mais regulados em função de suas competências e de seus desempenhos.

Ao analisar a performatividade como uma tecnologia de poder, como um modo de regulação do desempenho, Stephen Ball (2004, p. 116) mostra que

[...] ela [a performatividade] funciona de diversas maneiras para “atar as coisas” e reelaborá-las. Ela facilita o papel de monitoramento do Estado, “que governa a distância” – “governando sem governo”. Ela permite que o Estado

se insira profundamente nas culturas, práticas e subjetividades das instituições do setor público e de seus trabalhadores, sem parecer fazê-lo. Ela [...] muda o que ele “indica”, muda significados, produz novos perfis e garante o “alinhamento”. Ela objetifica e mercantiliza o trabalho do setor público, e o trabalho com conhecimento [...] das instituições educativas transforma-se em “resultados”, “níveis de desempenho”, “formas de qualidade”.

Ball (2004, 2010) permite-nos identificar um *fluxo de performatividade* que se constitui na contemporaneidade e funciona como um mecanismo de avaliação contínuo dos desempenhos. Se, na modernidade, convivíamos com a certeza de que estávamos sendo vigiados (ainda que não efetivamente), na contemporaneidade, o problema é não saber se você pode ser julgado, de que maneira, por quem e quando.

A questão não é sobre a possível certeza de ser sempre vigiado, como ocorre no panóptico. Trata-se, ao contrário, da incerteza e da instabilidade de ser julgado de diferentes maneiras, por diferentes meios, por meio de diferentes agentes; o “levar a termo” das performances – o fluxo de demandas, expectativas e indicadores em constante mudança que nos fazem continuamente responsáveis e constantemente registrados. [...] Esta é a base do princípio da incerteza e da inevitabilidade; é uma receita para a insegurança ontológica, que coloca questões tais como: *Estamos fazendo o suficiente? Estamos fazendo a coisa certa? Nosso desempenho será satisfatório?* (BALL, 2010, p. 39, grifos do autor).

Podemos retomar aqui a ideia de responsabilização das mulheres-mães pobres pelo sucesso/fracasso escolar. A mulher-mãe pobre torna-se alvo de governamento, uma vez que aprende a ver-se e a julgar-se, na medida em que passa a avaliar seu próprio desempenho. Podemos citar mais algumas falas das mulheres-mães sobre seus sentimentos com relação à educação dos(as) filhos(as): “*Não sei se estou fazendo certo*”; “*Eu me sinto um pouco, digamos, sem estar participando*”; “*Eu poderia participar mais*”; “*Será que eu estou deixando a desejar em relação a isso?*”.

Em segundo lugar, gostaríamos de articular governamentalidade, gênero e pobreza para examinar o processo de produção de subjetividades. Se, por um lado, os indivíduos são cada vez mais regulados em função de suas competências e de seus desempenhos, por outro lado, trata-se de uma regulação específica no que diz respeito à mulher-mãe pobre. Em outras palavras, pode-se dizer que gênero e pobreza atravessam e dimensionam as formas de condução da conduta dessa mulher.

Quando se trata de analisar as tecnologias de governamento, é possível afirmar que elas focalizam, sobretudo, a mãe e, ao fazerem isso, contribuem para reiterar uma noção de maternidade como instinto ou destino natural da mulher. A mulher-mãe parceira, independentemente de sua condição feminina, deve ser capaz de *participar da vida escolar de seu filho*. Isso implica: incentivar o filho a estudar; ensinar o filho a relacionar-se com o mundo; frequentar a reunião de pais; participar do CPM; auxiliar com o dever de casa; cuidar da saúde do filho.

Ao mesmo tempo, o conceito de gênero funciona como uma ferramenta que possibilita diferenciar as tecnologias de governmentação direcionadas às mulheres daquelas que focalizam as mães. Dessa forma, pode-se compreender que, como mulher, ela precisa aprender a cuidar de si: cuidar do seu corpo, escolher um bom parceiro, estudar, trabalhar; como mãe, é preciso que ela seja capaz de cuidar do (a) filho (a): acompanhar de perto o seu desenvolvimento. Para isso, será necessário investir na condução da conduta dessa mulher para que ela se torne capaz de conduzir a si mesma como mulher e como mãe, para que ela se torne responsável por gerar e criar filhos (as) saudáveis, colocando as necessidades destes(as) à frente das suas, em quaisquer circunstâncias ou condições. Nas palavras de Meyer (2006):

Constitui-se uma detalhada rede de administração da vida que envolve um ordenamento complexo de saberes e de práticas culturais que alimentam essa necessidade de gerenciamento dos corpos - no caso desta discussão, dos corpos de mulheres gestantes e mães e dos seres humanos que elas geram. Referir-se, pois, a um processo de politização da maternidade em curso é referir-se a esse contexto em que o corpo, os comportamentos, as habilidades e os sentimentos maternos se tornam alvo principal de vigilância - em um movimento que continua atribuindo especialmente à mãe a responsabilidade de gerar e criar seres humanos perfeitos (MEYER, 2006, p.87).

Neste momento, podemos lembrar o processo de responsabilização da mulher-mãe. Dessa perspectiva, *culpa é naturalizada*, ou seja, sentir-se culpada pela dificuldade do(a) filho(a) *torna-se natural* para a mulher-mãe, uma vez que sua parceria (com a escola e o Estado) é central para a constituição do capital humano do(a) filho(a).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: RETOMANDO ALGUNS ARGUMENTOS

Ao destacarmos algumas convergências encontradas em parte dos resultados de nossas pesquisas sobre família e maternidade, buscamos examinar de que formas gênero funciona como um elemento organizador das práticas de governmentação dirigidas às famílias pobres, sobretudo, às mulheres-mães.

Argumentamos que ações macro e micropolíticas investem na educação das mulheres-mães, responsabilizando-as pela promoção da inclusão social. Trata-se de um processo que pretende conduzir sua conduta e, ao mesmo tempo, ensiná-las a conduzirem a si mesmas. Assim, foi possível analisar práticas de governmentação que operam sobre a mulher-mãe, visando torná-la capaz de cuidar de si para gerar e educar filhos (as) saudáveis.

A partir da análise aqui empreendida, é possível sumarizar as seguintes considerações.

Em primeiro lugar, pode-se destacar a *mudança de comportamento*, resultado tanto do processo de pedagogização da família (governo) – realizado pela escola e pelo PIM – quanto do investimento dessas mulheres-mães sobre si mesmas (autogoverno).

Em segundo lugar, é possível mostrar que se trata de uma mudança de comportamento incitada por relações de poder. Essa mulher-mãe, na condição de sujeito livre, aceita regular suas ações em função das possibilidades que lhe são ofertadas no contexto onde está inserida. Não se trata, aqui, de fazer um juízo de valor sobre a situação; ou seja, não se trata de dizer que isso é certo ou errado, bom ou ruim. Trata-se, sim, de descrever e problematizar os efeitos produzidos pela governamentalidade neoliberal nas condutas individuais e coletivas, especialmente na conduta da mulher-mãe pobre. A liberdade, aqui, é condição necessária para que o sujeito possa participar do jogo neoliberal. Alfredo Veiga-Neto e Karla Saraiva (2009) examinam alguns dos efeitos da passagem de uma governamentalidade liberal para uma governamentalidade neoliberal:

A diferença mais marcante que aqui nos interessa seria que, enquanto no liberalismo a liberdade do mercado era entendida como algo natural, espontâneo, no sistema neoliberal a liberdade deve ser continuamente produzida e exercitada sob a forma de competição. O princípio de inteligibilidade do liberalismo enfatizava a troca de mercadorias: a liberdade era entendida como a possibilidade de que as trocas se dessem de modo espontâneo. O princípio de inteligibilidade do neoliberalismo passa a ser a competição: a governamentalidade neoliberal intervirá para maximizar a competição, para produzir liberdade para que todos possam estar no jogo econômico. Dessa maneira, o neoliberalismo constantemente produz e consome liberdade. Isso equivale a dizer que a própria liberdade transforma-se em mais um objeto de consumo (VEIGA-NETO; SARAIVA, 2009, p.189).

Em terceiro lugar, justifica-se, uma vez mais, a necessidade de focalizar a mulher-mãe, e não a família, quando se trata de gerenciar os riscos sociais. Para isso, articulam-se ações que visam ao desenvolvimento infantil, por meio do exercício da maternidade, reafirmando algumas funções e atributos como elementos constitutivos da maternidade. Se essa mulher assume a responsabilidade de cuidar da família e de si mesma, paradoxalmente, ela precisa aprender a exercitar uma maternidade que lhe seria essencial (instinto e destino natural).

Afinal, são as mulheres-mães que necessitam ser ensinadas, monitoradas e avaliadas. Ao mesmo tempo, são elas que precisam aprender como agir e avaliar a sua conduta a fim de assumirem-se como mães responsáveis – capazes de aprender a organizar-se; propor desafios às crianças; ensinar a criança a relacionar-se com o mundo; incentivar a criança a estudar; suprir a ausência de uma educação infantil

de qualidade que não está ao alcance de muitas famílias pobres brasileiras; complementar (ou prover) as necessidades educativas de crianças que a educação formal não dá conta de desenvolver.

Nesse sentido, o aprofundamento das discussões sobre os temas da família e da maternidade, da perspectiva de gênero, torna-se relevante a fim de problematizar conhecimentos e práticas produzidas e/ou implementadas nas áreas da Educação e da Saúde que passam a regular e conformar o exercício da maternidade. Os usos dessas estratégias de governo da população envolvem processos complexos que produzem normas; estas, ao serem tomadas como verdades, contribuem para dirigir a conduta e a forma de viver da população. Assim, quando articulamos governamentalidade, gênero e pobreza, torna-se possível tanto problematizar noções essencialistas sobre um *modo de ser e de viver*, quanto expor os processos de fabricação dessa experiência de si.

Dizendo de outro modo, esses conceitos permitiram descrever e analisar algumas tecnologias de poder implicadas na constituição da mulher-mãe responsável – por si mesma e pelos outros. Ao fazer isso, esperamos ter conseguido mostrar também como essa relação entre mulher-mãe competente e Estado se torna central no contexto de uma racionalidade política neoliberal que cria novas tecnologias de governo com o objetivo de regular e maximizar as forças da sociedade, com investimentos mínimos, para reduzir ou eliminar os riscos sociais.

## REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar. **Educação & Sociedade**, v.25, n.89, p.1105-1126, set./dez. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302004000400002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302004000400002&script=sci_arttext)>. Acesso em: 21 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, v.35, n.2, p.37-55, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/15865>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

DAL'IGNA, Maria Cláudia. “**Há diferença**”? Relações entre desempenho escolar e gênero. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_. A criança que é estimulada em casa, ela vai; a criança que não é tende a ficar, às vezes, um pouco mais para trás: relações entre desempenho escolar, gênero e família. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, GÊNERO E PRECONCEITOS, 7, 2006. **Anais...** Florianópolis, 2006. (Texto completo em CD-ROM).

\_\_\_\_\_. **Família S/A**: um estudo sobre a parceria família-escola. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FERNANDES, Leticia P. **Nas trilhas da família...** Como e o que meninos e meninas em situação de rua aprendem sobre relações familiares. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

FONSECA, Claudia. Apresentação – De família, reprodução e parentesco: algumas considerações. **Cadernos Pagu**, n. 29, p. 9-36, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332007000200002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332007000200002&script=sci_arttext)>. Acesso em: 21 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Concepções de família e práticas de intervenção: Uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**. v. 14, n.2, p. 50-59, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v14n2/06.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

FOUCAULT, Michel. Les techniques de soi. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. Paris: Quarto/Gallimard, 2001. p.1602-1632.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

KLEIN, Carin. A Educação de mulheres como mães e professoras no Programa Nacional Bolsa-Escola. **Educação & Realidade**, v.30, p. 223-251, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/23003/13282>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **Biopolíticas de inclusão social e produção de maternidades e paternidades para uma “infância melhor”**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LARROSA, Jorge. A estruturação pedagógica do discurso moral. **Educação & Realidade**, v.21, n.2, p. 121-160, 1996.

MELO, Hildete P. de. **Gênero e pobreza no Brasil**. Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Gênero em América Latina y el Caribe. Brasília, DF: CEPAL/SPM, 2005.

MEYER, Dagmar E. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Gênero**, v.6, n.1, p. 81-104, 2006. Disponível em: <<http://www.revista-genero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/198>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **Corpos maternos pobres: processos educativos “de inclusão social” contemporâneos**. In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 4, 2009, Rio Grande. Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande/RS, 2009.

\_\_\_\_\_. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira; NECKEL, Jane; GO-

ELLNER, Silvana (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 09-27.

MEYER, Dagmar E.; BORGES, Zulmira Newlands; FERNANDES, Letícia Prezzi; BARBOSA, Taís; BANDEIRA, Gustavo Andrada; KRAUTHEIN, Cláudia; DORNELLES, Priscila Gomes. **A educação “da família” como estratégia governamental de inclusão social**: um estudo situado na interface dos estudos culturais, de gênero e de vulnerabilidade. 2008. (Relatório de pesquisa). Porto Alegre: UFRGS/CNPq, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MEYER, Dagmar E; KLEIN, Carin; FERNANDES, Letícia P. Noções de família em políticas de “inclusão social” no Brasil contemporâneo. **Estudos Feministas**, v.20, n.2, p.433-449, maio/ago. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2012000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2012000200005&script=sci_arttext)>. Acesso em: 21 ago. 2014.

PERRENOUD, Philippe. Construindo competências. **Nova Escola**, São Paulo: Fundação Victor Civita, p.19-31, set. 2000.

PERRENOUD, Philippe; PAQUAY, Léopold; ALTET, Marguerite; CHARLIER, Évelyne. Introdução – Formando professores profissionais: três conjuntos de questões. In: PERRENOUD, Philippe; PAQUAY, Léopold; ALTET, Marguerite; CHARLIER, Évelyne (Orgs.). **Formando professores profissionais**: Quais estratégias? Quais competências? 2.ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Programa Primeira Infância Melhor. **Guia de Orientação para GTM, Monitor e Visitador**. Contribuições para políticas na área do desenvolvimento infantil. Porto Alegre: Relâmpago, 2007a.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Programa Primeira Infância Melhor. **Guia da Gestante para o Visitador**. Porto Alegre: Relâmpago, 2007b.

SANT'ANA, Sarah M. A perspectiva brasileira sobre a pobreza: um estudo de caso do Programa Bolsa Família. **Revista do Serviço Público**, v.58, n.1, p.05-35, 2007. Disponível em: <[http://www.enap.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=2497](http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2497)>. Acesso em: 21 ago. 2014.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface**, v. 5, n. 8, p.47-60, fev. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832001000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832001000100004)>. Acesso em: 21 ago. 2014.

SCHWENGBER, Simone. **Donas de Si?** A educação de corpos grávidos no contexto da Pais & Filhos. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo; SARAIVA, Karla Schuck. Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea. **Educação & Realidade**, v.34, n.2, p.187-201, mai./ago. 2009.

# POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS DO MEIO RURAL

LETÍCIA MARIA SCHABBACH

*Doutora em Sociologia. Professora do Departamento de Sociologia  
e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul.*

Partindo da ideia de que a política pública faz a política (LOWY, 1964), isto é, que os fatores prévios à implantação de determinada política pública – tais como o contexto e o processo político, os atores envolvidos, a difusão de conhecimento sobre as questões priorizadas pelos *policy makers* e sobre possíveis alternativas de intervenção social, a magnitude dos problemas sociais e as demandas em torno deles – são alterados no e após o processo de implementação daquela, este trabalho examina a situação do atendimento escolar às crianças de 0 a 5 anos residentes em área rural no Brasil, e as consequências prováveis (para o gestor municipal e para as famílias e comunidades) da ampliação das vagas em creches e pré-escolas, conforme preconizada pela legislação vigente e pelos recentes programas educacionais voltados à educação infantil.

O estudo identificou a situação deficitária do atendimento em creches e pré-escolas para crianças residentes em área rural, as estratégias utilizadas pelos governos municipais para ampliarem a rede escolar e melhorarem a qualidade da oferta, atendendo, dessa forma, a legislação vigente, bem como as repercussões das novas políticas educacionais, conforme percebidas pelas famílias e lideranças do meio rural.

A análise baseou-se em estudos sobre educação infantil, em dados secundários sobre demanda e oferta de educação infantil (censo demográfico e censo escolar de 2010) e nos resultados da pesquisa “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas rurais”, realizada pelo Ministério da Educação e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre 2011 e 2012 (BARBOSA et al., 2012; BRASIL, 2012).

## INTRODUÇÃO: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS ÀS CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS NO BRASIL

É recente, no Brasil, a inclusão da faixa etária inferior aos sete anos nas políticas educacionais. Pode-se dizer que, a partir da Constituição de 1988, que garantiu o dever do Estado para com a educação de crianças de 0 a 5 anos de idade através do atendimento em creche e pré-escola, ao longo dos últimos 20 anos, a educação infantil passou por forte processo de institucionalização.

A promulgação de leis infraconstitucionais, a implantação de programas públicos e a criação de estruturas específicas vêm ampliando a incorporação dessas crianças ao sistema educacional, alterando o caráter assistencialista até então vigente (ROSEMBERG; ARTES, 2012, BARBOSA et al., 2012). Até a década de 1990, o atendimento em creches e pré-escolas era de competência conjunta das áreas de

educação e assistência social. Na Assistência, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criou, na década de 1970, o Projeto Casulo, que propiciou significativa expansão do atendimento. Com a extinção da LBA, em 1995, o programa de creches foi assumido pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SEAS). Desde 1996, foram tomadas iniciativas para agilizar a transição da assistência social para a educação, como, por exemplo, a formação de uma comissão de transição e um levantamento dos dados acerca da rede de atendimento. Diante das dificuldades do período de transição e da falta de recursos, a SEAS assumiu, em 2000, o compromisso de cofinanciar o atendimento em creches e pré-escolas por um período mais longo, o que era realizado através de transferências para os fundos municipais, mediante convênios assinados com as prefeituras, as quais se encarregavam dos repasses às entidades prestadoras do serviço. Como o FUNDEB já financiava as matrículas da educação infantil em 2009, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), através da portaria 288, extinguiu o Plano Básico de Transição (origem dos recursos da assistência social para as creches e pré-escolas), a contar de janeiro de 2010. Esse momento marca o fim de uma longa trajetória da assistência social no atendimento de crianças de 0 a 6 anos (IPEA, 2011).

Para Barbosa, Gehlen e Fernandes (2012, p. 73),

Se, inicialmente, o direito à Educação Infantil emergiu atrelado ao direito da família trabalhadora, posteriormente foi constituindo, no contexto social brasileiro, um novo significado e hoje é também reivindicado como um direito social de todas as crianças.

Direito este pleiteado também pelas trabalhadoras rurais, como aparece, à guisa de exemplo, na pauta da “Marcha das Margaridas” de 2011, segundo informação de Rosemberg e Artes (2012, p. 14)<sup>1</sup>. Tal reivindicação provavelmente está associada às mudanças na organização produtiva e nas relações familiares e à crescente participação da mulher no trabalho e na vida social dos espaços rurais (BARBOSA; GEHLEN; FERNANDES, 2012).

Assim, enquanto que as transformações sociais e tecnológicas reduziram as distâncias e as diferenças entre o campo e a cidade, em direção a um *continuum* de relações complexas e interativas entre os dois polos, os movimentos sociais e os ativistas da educação buscam afirmar um espaço político-pedagógico específico para o campo<sup>2</sup>, enquanto “lôcus de multiplicidades” (BARBOSA; GEHLEN; FER-

---

(1) As poucas pesquisas realizadas com famílias residentes na área rural acerca da educação infantil também destacavam esta demanda, que estaria relacionada, por um lado, com as novas oportunidades de trabalho aos pais, por outro, pela possibilidade de convívio das crianças com seus pares e de vivenciarem experiências diversas (ROSEMBERG; ARTES, 2012).

(2) Segundo Silva e Luz (2012) e Freitas, Hage e Tuveri (2012), a partir do final dos anos 1990, os movimentos sociais e sindicais ligados à questão agrária intensificaram as denún-

NANDES, 2012, p. 77) diferenciado do urbano. Nesse sentido, Pasuch e Santos (2012, p. 126) comentam que:

A tendência de anulação das especificidades do campo, porém, sempre encontrou resistência por parte das suas populações, organizadas em movimentos sociais e sindicais, que o compreendiam e compreendem como um espaço de vida social, político, cultural e econômico. [escolas] muitas vezes com adaptações precárias, sem colocar no centro da ação pedagógica a concretude da vida da criança do campo, seus espaços de convívio, seus ritmos de viver o tempo, sua participação na produção coletiva de seus familiares e de suas comunidades, seus brinquedos e brincadeiras organicamente vinculadas aos modos culturais de existir.

Em atendimento às normativas instauradas após a Constituição de 1988, a atenção às crianças de 0 a 5 anos tem sido incorporada por vários programas educacionais, no sentido de promover ações específicas, tais como no transporte escolar, a adequação dos assentos e a garantia de segurança nos veículos; nos programas de livros didáticos, a literatura infantil para crianças menores de 6 anos; a capacitação específica para professores da educação infantil; a alimentação escolar adequada às creches e pré-escolas; bem como a observância de infraestrutura apropriada (SAVIANI, 2007). A isso, se soma a exigência de que a infraestrutura das escolas tenha padrões mínimos de qualidade, um aspecto prioritário das ações do Ministério da Educação (MEC) desde 1998.

80

Segundo Barbosa, Gehlen e Fernandes (2012), esse processo trouxe expressivos avanços, tais como a expansão do atendimento das crianças de 0 a 5 anos, a exigência de qualificação dos profissionais que trabalham diretamente com elas, a oferta de programas específicos para construção, reforma e aparelhamento de escolas infantis, para citar alguns.

Recentemente, a Lei Federal nº 12.796, de 04 de abril de 2013, oficializou a Emenda Constitucional nº 59, tornando obrigatório o ensino dos 4 aos 17 anos de idade e estabelecendo metas de ampliação da educação infantil até 2016: universalização para as crianças de 4 e 5 anos (100% da população atendida) e ao menos 50% de atendimento da população de 0 a 3 anos de idade. A ampliação da obrigatoriedade para os 4 e 5 anos de idade, além de determinar que o poder público

cias das condições de oferta de ensino no contexto rural e propuseram um paradigma diferenciado que tem como protagonistas os próprios sujeitos do campo. Esse movimento resultou na promulgação pelo Conselho Nacional de Educação de várias resoluções orientadoras das políticas educacionais voltadas à área rural, desde 2005. Recentemente, a chamada “Educação do Campo” passou a ter como foco, principalmente, as seguintes populações do campo, previstas no Decreto 7.352 de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

deve oferecer as vagas, obriga os pais a matricularem os seus filhos nas escolas e espaços existentes.

## A SITUAÇÃO ATUAL DO ATENDIMENTO ESCOLAR DAS CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS DE IDADE

Apesar das mudanças em termos de cobertura de matrículas – novas propostas pedagógicas e políticas voltadas à educação infantil –, ainda persiste uma defasagem quanto à sua participação em relação aos outros níveis de ensino, por exemplo, o investimento público direto nessa etapa atingiu, em 2011, 8,7%, percentual bastante inferior aos 29,8% da 1ª a 4ª séries; 27,8% da 5ª a 8ª séries; 17,1% do ensino médio; e 16,6% do ensino superior (INEP, [2012]).

Em paralelo, a oferta em educação infantil ainda é reduzida em comparação com os outros níveis. Examinando-se dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2011, p. 143) sobre frequência líquida (percentual da população por faixa etária que frequenta escola de acordo com o nível de ensino da matrícula) no período 2001 a 2009, constata-se que, enquanto a frequência líquida dos 4 a 6 anos aproximou-se dos 60% em todo o período, a dos 0 a 3 anos passou de 10% em 2001 para 18,4% em 2009, aumentando 84%. Entretanto, essa faixa etária apresentou os menores percentuais de atendimento na educação básica.

Por outro lado, é desigual o acesso das crianças de até 5 anos à escola, fazendo com que parcela considerável da população brasileira ainda não tenha esse direito assegurado: as crianças de 0 a 3 anos, as de famílias de baixa renda, e as residentes em áreas rurais, comunidades quilombolas e indígenas ou em assentamentos agrícolas. Muitas vezes, os limites etários normatizados (creche – de 0 a 3 anos e 11 meses; pré-escola – de 4 a 5 anos e 11 meses, conforme a LDB 1996) não são respeitados, fazendo com que existam “crianças fora de lugar” (ROSEMBERG; ARTES, 2012) nas instituições de ensino: crianças muito pequenas sendo atendidas em pré-escolas, crianças de 4 ou mais anos sendo acolhidas em creches, crianças de 0 a 5 anos incluídas em turmas multietapas ou no ensino fundamental, crianças residentes em áreas rurais frequentando escolas urbanas.

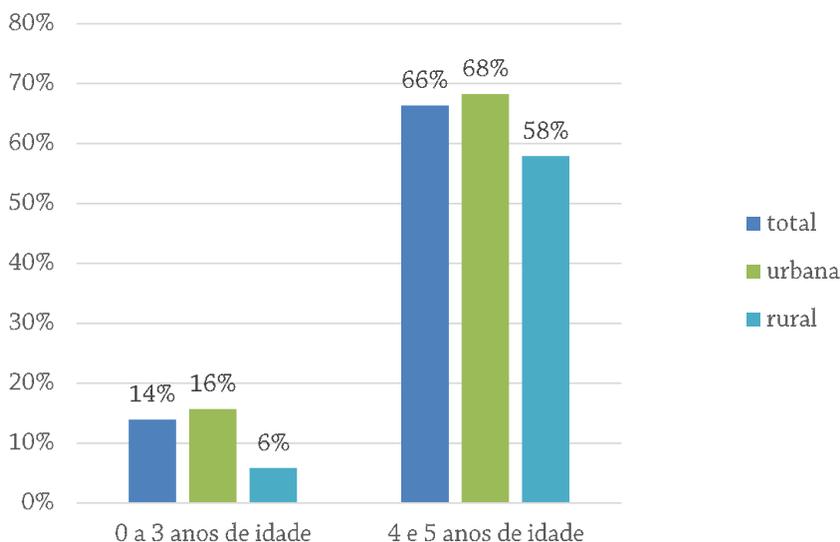
O Gráfico 1 mostra os percentuais de atendimento de crianças<sup>3</sup> entre 0 e 5 anos (sem considerar a etapa de ensino), conforme o local de residência dos alunos. Verifica-se que a faixa etária de 4 e 5 anos concentra o maior número

---

(3) Os percentuais do Gráfico 1 referem-se à proporção de matriculados em relação à população na respectiva faixa etária.

de matriculados em instituição escolares (66% da população, principalmente na pré-escola), verificando-se uma maior incidência de matriculados da área urbana (68%) do que da área rural (58%), diferença de 10 pontos percentuais. Já entre os matriculados de 0 a 3 anos de idade, o índice de atendimento no Brasil é bastante reduzido, de 14%, repetindo-se, nesse intervalo etário, o maior acesso dos matriculados residentes em área urbana (16%), que superam os da zona rural (6%) em dez pontos percentuais.

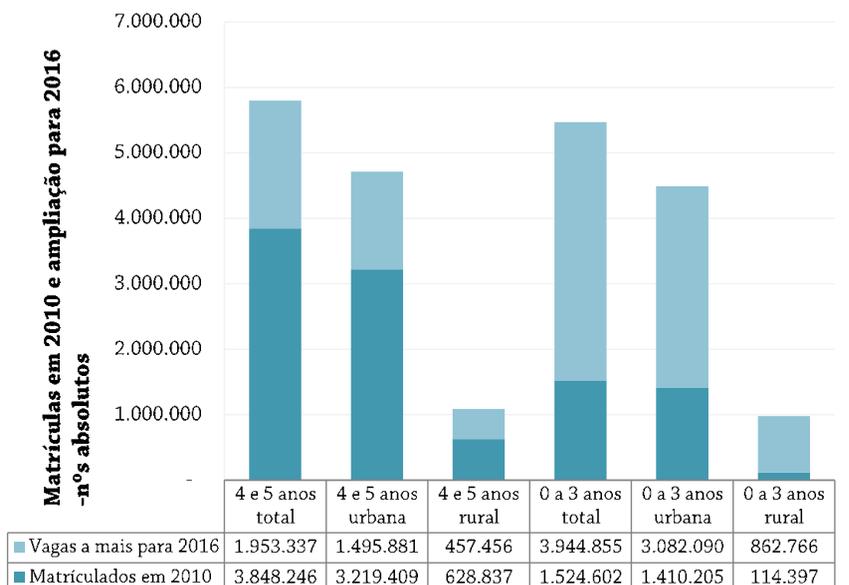
Gráfico 1 – Percentuais de matriculados sobre a população na respectiva faixa etária, conforme a idade e local de residência, Brasil, 2010.



Fonte: INEP (2011). Compilação dos dados e cálculo pela autora.

Do lado da oferta pelo poder público, percebe-se que a meta estipulada pela Lei 12.796/2013 (a norma mais recente) para o ano de 2016 dificilmente será alcançada. Para termos uma ideia, para a adequação à lei, considerando-se o ano de 2010, seriam necessárias 5.898.192 novas vagas em educação infantil no Brasil, sendo 3.944.855 para crianças de 0 a 3 anos (mais 259% das matrículas efetuadas em 2010), e 1.953.337 para crianças de 4 e 5 anos (mais 51% das matrículas de 2010). Do total de novas vagas requeridas, 1.320.222 (22%) seriam as destinadas às crianças residentes em área rural. Veja-se o Gráfico 2, na página seguinte.

Gráfico 2 – Matriculados em 2010 e vagas a serem criadas em 2016 de acordo com a Lei 12.796/2013, por faixa etária e local de residência, em números absolutos, Brasil.



Fonte: INEP (2011). Compilação dos dados e cálculo pela autora.

## AS CONDIÇÕES DA OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MEIO RURAL

Além da menor oferta, as crianças residentes no meio rural – especialmente as de até 3 anos de idade – são matriculadas em escolas precárias quanto aos espaços, equipamentos e materiais pedagógicos.

A história internacional tem mostrado que a educação infantil não tem escapado à lógica de produção e reprodução da pobreza via políticas públicas: as crianças mais pobres, de área rural, mesmo em países desenvolvidos, tendem, via de regra, a frequentar instituições de educação infantil de pior qualidade que as crianças não pobres e de área urbana. [...] Permanecer 8, 10 ou mais horas num ambiente excessivamente quente, ou frio, com adultos sobrecarregados, sem água filtrada, sem estímulo para saciar a atenção ou curiosidade, sem banheiros adaptados a seu tamanho, à espera do término do período, constitui um sofrimento para qualquer pessoa, criança, adolescente, jovem ou adulto. [...] esquecemo-nos que a curta duração da primeira infância, diante de uma esperança de vida ao nascer do brasileiro de 73,1 anos (IBGE, 2012), constitui, na verdade, toda a vida de uma criança pequena (ROSEMBERG; ARTES, 2012, p. 19).

Tal situação, historicamente referenciada pela literatura e pesquisas relacionadas com a educação básica<sup>4</sup>, foi novamente verificada por ocasião da Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas rurais<sup>5</sup>” (BARBOSA et al., 2012), realizada em 2012 através de convênio entre o MEC e a UFRGS, e da qual a autora deste artigo participou na fase inicial<sup>6</sup>. No presente trabalho, essa pesquisa será citada doravante com a expressão “Pesquisa sobre Educação Infantil no Campo”.

As informações a seguir provêm do Censo Escolar do INEP de 2010, ou de compilação de dados provenientes deste Censo efetuada por Rosemberg e Artes (2012).

Análises comparativas entre escolas urbanas e rurais que atendem crianças de 0 a 6 nos residentes na área rural<sup>7</sup> revelaram várias diferenças entre elas, conforme segue.

#### A) QUANTO À LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS E REDE DE ENSINO

Além de atender predominantemente a pré-escola, a oferta em educação infantil concentra-se nas escolas localizadas na área urbana. De acordo com o Censo Escolar de 2010, das escolas que atendem crianças residentes na área rural em educação infantil (total de 95.270 em todo o país), 78% (74.742) eram urbanas e 22% (20.528) eram rurais. Dessas escolas, 97% eram públicas e 3% privadas.

Os municípios podem ofertar vagas através de três modalidades de organização do sistema: a) somente em escolas situadas em área rural; b) somente em

---

(4) Pesquisa realizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também mostrou a precariedade das condições de funcionamento da educação básica e a existência de uma grande disparidade entre as instalações e serviços das escolas privadas urbanas, públicas urbanas e públicas rurais, desigualdade que está relacionada com renda familiar, em prejuízo das classes populares (conforme ROSEMBERG; ARTES, 2012, p. 52).

(5) Área rural foi considerada na pesquisa como aquela que não tem edificação contínua e onde se concentra a população que pratica atividade agrícola.

(6) A pesquisa teve como objetivo produzir dados primários que oferecessem informações quantitativas e qualitativas sobre as condições de oferta e de demanda no Brasil da educação para crianças residentes no campo e abrangeu 569 municípios e 1.317 escolas na fase quantitativa (com aplicação de questionário). O levantamento qualitativo realizado por equipes das cinco regiões brasileiras objetivou conhecer realidades e experiências relativas às práticas educativas de educação infantil ofertadas às crianças de 0 a 6 anos de idade moradoras do campo, através de entrevistas e observação realizadas em municípios selecionados, através das quais se levantou a percepção de famílias, comunidades, representantes das Prefeituras, movimentos sociais e sindicais sobre diversos aspectos relacionados com a educação das crianças.

(7) Em 2010, as escolas que atendiam crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural (públicas ou privadas, urbanas ou rurais) totalizavam 95.270 estabelecimentos distribuídos no território brasileiro, com 1.028.762 de alunos matriculados (INEP, 2011).

escolas situadas em áreas urbanas; c) em escolas rurais e urbanas. Os sistemas híbridos são os mais frequentes, com 42% da oferta de 0 a 3 anos e 72% da oferta de 4 a 6 anos. Matriculados em escolas que atendem exclusivamente alunos da área rural representam apenas 6% das crianças de 0 a 3 anos e 7% da de 4 a 6 anos.

Os depoimentos abaixo – proferidos por dirigentes educacionais e de diretor de escola – demonstram a situação de baixa oferta de educação infantil para crianças residentes em área rural:

*[...] para a [faixa etária] de 0 a 3 anos da zona rural a gente não tem procura, não tem demanda, é tanto que na zona rural a gente não oferece, só oferece na zona rural de 4 a 6 anos (Entrevista de pesquisa com dirigente municipal da região nordeste, em: LEAL; RAMOS, 2012, p. 168).*

*As escolas localizadas na área rural atendem as crianças a partir da pré-escola. Para crianças de 0 a 3 anos de idade não há instituições na zona rural, algumas crianças (aproximadamente 20) são atendidas na única instituição de educação infantil na zona urbana (Entrevista de pesquisa, dirigente municipal da região centro-oeste, em: PASUCH; SANTOS, 2012, p. 129).*

*A escola funciona somente no período matutino por ter um pequeno número de alunos e para diminuir os gastos. Para facilitar o trabalho juntaram-se as turmas dos anos iniciais. As crianças de 0 a quatro anos ficam na mesma sala das crianças de cinco e seis anos (Entrevista de pesquisa, diretor de escola da região centro-oeste, em: PASUCH; SANTOS, 2012, p. 128).*

## B) QUANTO À INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS, DEPENDÊNCIAS, PROPOSTA PEDAGÓGICA E SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS ESCOLAS RURAIS EM COMPARAÇÃO COM AS URBANAS

- As escolas rurais são menos providas de: água da rede pública (26% nas escolas rurais contra 95% nas urbanas), água filtrada (89% contra 93%), energia elétrica (81% contra 100%), esgoto da rede pública (4% contra 69%), biblioteca (9% contra 36%), TV (39% contra 94%), DVD (34% contra 90%), computadores (25% contra 82%) e atendimento em educação especial (1% contra 4%).
- Elas possuem menores percentuais de: dependências e equipamentos específicos da educação infantil: berçário (0,8% nas escolas rurais contra 22% nas urbanas), parque infantil (6% contra 59%) e sanitário adequado à idade (4% contra 46%).
- Superam as urbanas nos seguintes quesitos: alimentação escolar (100% contra 75% das urbanas) e queima de lixo (69% contra 2%).

Na maioria dos municípios, foi observada, nas escolas que atendem crianças pequenas da área rural, uma insuficiência ou ausência completa de parques in-

fantis, de brinquedos e de materiais pedagógicos específicos de Educação Infantil.

Este depoimento de representante da secretaria municipal de educação de município nordestino retrata uma situação frequente nos municípios brasileiros:

*[...] a rede não foi pensada para crianças, duas ou três escolas da zona rural atendem minimamente. Não foram pensadas para acomodar as crianças no seu direito e conforto. Nenhuma das estruturas tem condições de acomodar as crianças em tempo integral.* (entrevista de pesquisa citada por: LEAL; RAMOS, 2012, p. 173).

### C) DIFERENÇAS ENTRE ESCOLAS RURAIS E URBANAS QUANTO À ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

- Jornada: 52% das turmas de educação infantil no Brasil tem jornada de até 4 horas, sendo 48% delas localizadas em escolas urbanas e 71% nas rurais. No intervalo entre 4 e 8 horas (24% no Brasil), não há grande diferença entre as escolas rurais e urbanas, ao contrário das turmas de mais de 8 horas (15% no geral), que prevalecem em escolas urbanas (17% contra 3% das rurais).
- Turmas multisseriadas foram identificadas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. São turmas de escolas (predominantemente rurais) que reúnem estudantes da educação infantil e dos primeiros anos do ensino fundamental, com um único professor em sala de aula.
- Também foram identificadas em duas regiões – Nordeste e Sudeste – as “escolas de improviso” (SILVA; LUZ, 2012, p. 209) que são adaptações de residências e/ou associações não construídas originalmente para a educação infantil, o que, na visão de profissionais de educação, contraria o princípio de que a instituição educativa deve ser um espaço pedagógico promotor do desenvolvimento infantil.

### D) DESLOCAMENTO DA CRIANÇA ENTRE A RESIDÊNCIA E A ESCOLA

- Transporte público - cerca de 26% dos matriculados na educação infantil residentes na área rural utilizam transporte público<sup>8</sup>, contra 4% dos residentes na área urbana. Os deslocamentos acontecem no trajeto intracampo

---

(8) Conforme Freitas, Hage e Tuveri (2012, p. 240), a ampliação do transporte público relaciona-se com duas estratégias governamentais utilizadas no enfrentamento do reduzido número de estudantes por escola nas áreas rurais: a) a nucleação, que envolve o fechamento das escolas multisseriadas nas pequenas comunidades rurais e transferência dos estudantes para escolas nucleadas localizadas nas comunidades rurais mais populosas ou na sede dos municípios; e b) a polarização, quando um pequeno grupo de escolas rurais multisseriadas, chamadas escolas anexas, é vinculada a uma escola municipal “polo”, de maior porte e melhor estruturada física e pedagogicamente.

(rural-rural) ou extracampo (rural-urbano), em iguais proporções. As crianças menores (de 0 a 3 anos) usam menos esse tipo de transporte, e à medida que vão crescendo, o utilizam mais. Para crianças de 4 a 6 anos, 70% dos municípios brasileiros ofertam esse serviço, mas apenas 24% deles oferece acompanhamento de pessoa adulta no percurso. Um dos problemas mais enfatizados refere-se aos equipamentos, conforto e segurança dos veículos: somente em 11% dos municípios pesquisados os dirigentes municipais referiram que os veículos possuem assentos adequados; em 1,5% deles, cadeirinhas. Em 54% dos municípios, os veículos nem sequer possuíam cintos de segurança adequados e suficientes.

#### E) DIFERENÇAS QUANTO AOS PROFISSIONAIS (DOCENTES E AUXILIARES DE ENSINO)

No Brasil, existiam, no ano de 2010, 699.361 funções docentes (professores e auxiliares de ensino) envolvidas com educação infantil, das quais 44% possuíam ensino superior; dos quais, 46% atuavam em escolas urbanas e 27% em escolas rurais.

Na opinião dos secretários municipais de educação, dentre os aspectos fortes das escolas que atendem crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural, destacam-se: atendimento pedagógico (citado por 82% dos respondentes), qualificação dos professores (78%), garantia de atendimento na área rural (68%) e qualidade da alimentação. Os aspectos negativos mais frequentes são estes: inadequação ou inexistência de infraestrutura ou espaço físico específico para a educação infantil, transporte escolar inadequado, ausência de recursos financeiros e de profissionais qualificados e o atendimento em escolas urbanas de crianças de áreas rurais.

A seguir, analisaremos as representações sociais de famílias, dirigentes municipais e lideranças sindicais de diversos municípios brasileiros sobre a situação atual do atendimento e a crescente ampliação da educação infantil para crianças residentes em área rural.

## REPERCUSSÕES, NO MEIO RURAL, DA AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E DA OBRIGATORIEDADE DA PRÉ-ESCOLA

PERCEPÇÃO DOS REPRESENTANTES DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO (DIRIGENTES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO OU ÓRGÃO ESPECÍFICO)

Os municípios brasileiros, através da transferência de recursos da União

para a execução local de programas federais, tornaram-se, desde a década de 2000, os grandes responsáveis pela provisão e execução da maioria das políticas sociais e serviços públicos existentes em seus territórios. A titularidade dos municípios no provimento de educação infantil está prevista no artigo 211 da Constituição Federal de 1988; posteriormente, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1996, e a implantação do FUNDEF, em 1997, os governos municipais passaram a ser os principais provedores públicos e os sistemas municipais o padrão organizativo dessa etapa educacional. Por conta dessa titularidade, pode-se imaginar a pressão pela qual estão passando as Prefeituras Municipais para se alinharem às políticas e leis referentes à expansão da educação infantil.

Na pesquisa supracitada, em 70% dos municípios, os dirigentes disseram que a expansão da oferta de vagas é prioridade, especialmente através de projetos de construção de creches e pré-escolas, e de programas como o PROINFANCIA<sup>9</sup>.

Quanto à implementação da obrigatoriedade de pré-escola para 4 e 5 anos, 89% dos dirigentes municipais acredita ter condições de cumprir a legislação; entretanto, proporção menor dos diretores entrevistados (63%) consideram que podem garantir o atendimento das necessidades locais, dependendo da infraestrutura e do quantidade de professores necessários.

Além disso, os dirigentes municipais citaram os seguintes motivos para o não atendimento das crianças de 0 a 3 anos residentes em área rural: falta de infraestrutura específica (62%), distância da casa-escola (41%), falta de transporte ou sua inadequação (42%), carência financeira (34%), preferência das famílias de que a criança permaneça em casa nesta faixa etária (32%), como aparece neste depoimento:

*O maior desafio são as famílias, ou seja, convencê-los de colocar as crianças na creche. Por exemplo, aqui tem uma creche (urbana) e nessa creche foram destinadas vagas para as crianças da comunidade quilombola [...], os pais foram avisados das vagas e do transporte para as crianças, mas há uma **resistência, não houve nenhuma matrícula** (Entrevista de pesquisa com representante da Secretaria Municipal de Educação de município nordestino, em: LEAL; RAMOS, 2012, p. 169, grifos nossos).*

---

(9) O Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA) foi instituído pela Resolução nº 06, de 24 de abril de 2007, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ele objetiva prestar assistência financeira ao Distrito Federal e aos municípios, a fim de garantir o acesso de crianças a creches e escolas de educação infantil das redes municipais e do Distrito Federal. O repasse financeiro destina-se à construção, reforma e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas. O público-alvo são as crianças de 0 a 5 anos de idade. Até 2011, 2314 municípios brasileiros haviam aderido ao PROINFÂNCIA -, representado 42% do total. Entre 2007 e 2011, o montante de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação aos municípios brasileiros foi de R\$ 2.462.944.978,06, e possibilitou a construção de 2.543 novas escolas infantis distribuídas por todo o território nacional (SCHABBACH; RAMOS, 2013).

## PERCEÇÃO DAS FAMÍLIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL EM ÁREAS RURAIS

Aqui está se entendendo por família diferentes arranjos que variam de acordo com os tipos de populações do campo (agricultores familiares, acampados e assentados, ribeirinhos, trabalhadores rurais, comunidades indígenas e quilombolas, etc.). Tais configurações familiares são constituídas social e historicamente, como aparece neste trecho do artigo “A Infância e a criança no e do campo”:

[...] nas comunidades rurais, entende-se por famílias todas as pessoas que moram na mesma casa, respeitando as mais diversas composições: pais e filhos; pais, filhos e avós; pais, filhos, tio e assim por diante. Nos assentamentos e acampamentos, diferente das comunidades, onde solteiros não são considerados uma família, entende-se por família homens e mulheres solteiros e maiores de 18 anos que vão ter acesso à terra, por entender que esses virão a constituir uma família. Também os chamados pais solteiros e mães solteiras, ou seja, mulheres e homens sem cônjuge e com filhos/as de uniões que já estão desfeitas, são considerados família, além da constituição familiar mais clássica, com o pai, a mãe e os filhos. [...] A vida das famílias no e do campo se insere e se processa atrelada à produção camponesa, construindo raízes culturais próprias, na relação com diversos atores e instituições da sociedade, seja a comunidade, a igreja, a escola, os movimentos sociais, entre outros. Nessa inserção e interação, as crianças têm, junto aos integrantes de suas famílias, e qualquer que seja a sua constituição, seus interlocutores mais próximos. É nessas relações, ações e vivências junto a diferentes sujeitos e aspectos que produzem a vida cotidiana em que estão inseridas (vida organizada em parte por seus pais), que as crianças vão elaborando conceitos, atitudes, valores, comportamentos, aprendendo sobre si, a vida e o mundo que as rodeia (RISSO; JUNQUEIRA FILHO; QUIJANO et al., 2006, p. 113).

Distintos arranjos familiares foram identificados no trabalho de campo da equipe de pesquisadores da região sul junto às famílias, nos quais:

[...] crianças que moram durante a semana com outros parentes, longe de suas residências e de seus pais, famílias que moram em diferentes casas na mesma localidade compartilhando o dia a dia, recasamentos e convivência entre filhos do casal, crianças que residem com as avós, com os tios, primos ou outros parentes”, demonstrando que os “contextos familiares constituem-se mediante relações estabelecidas entre integrantes de diferentes unidades domésticas, ligadas por parentesco consanguíneo, aliança ou afinidade e mesmo como não parentes (ALBUQUERQUE; FERNANDES, 2012, p. 270).

Como nas classes populares (FONSECA, 1999)<sup>10</sup>, no meio rural também

---

(10) Conforme a autora existe um “enorme leque de formas familiares que têm sido constatadas em diferentes contextos. [...] A família conjugal, com sua configuração particular de valores, seria realizada principalmente nas camadas médias. As elites tenderiam a reelaborar o modelo de forma a privilegiar uma solidariedade de linhagem (o grupo incorporado das grandes famílias), e as camadas populares colocariam grande ênfase, além da unidade

existem as parentelas e as redes de solidariedade, nas quais são desenvolvidas práticas diversas quanto a rendimentos, apoios, afetos, obtenção de emprego, moradia, saúde e cuidado com as crianças. Tais redes ultrapassam a unidade de residência e constroem relações que resultam “de quem trabalha, come, dorme, briga, joga, ri, e brinca junto, isto é, adultos e crianças fazem parte deste coletivo e *fazem tudo junto*” (ALBUQUERQUE, 2009 apud ALBUQUERQUE; FERNANDES, 2012, p. 271, grifos dos autores).

Um aspecto importante nos contextos familiares pesquisados é a inserção das crianças nas atividades domésticas e/ou produtivas, incentivados pelos pais ou espontaneamente, tais como: ajudar nas tarefas de casa, alimentar os animais, arrumar os quartos, cuidar da horta, preparar o solo, participar da colheita.

No tocante à atividade desenvolvida pela mãe dos alunos da educação infantil, os dirigentes municipais de educação mais citaram: donas de casa (91% das respostas); agricultoras familiares (72%); empregadas domésticas (59%). Como era uma questão de múltipla escolha, os percentuais referem-se à soma das respostas.

Seguem abaixo as percepções dos entrevistados das famílias e lideranças de movimentos sociais sobre a educação infantil para crianças residentes em área rural.

#### A) EXISTÊNCIA DE DEMANDA POR CRECHE E PRÉ-ESCOLA

Nas cinco regiões abrangidas pela pesquisa, foi confirmada a existência de demanda pelo atendimento em educação infantil – tanto explícita (a procura pelo serviço); quanto latente (não expressa espontaneamente) -, conforme o relato de escolas, representantes governamentais e famílias.

Há um reconhecimento evidenciado pela maioria das famílias brasileiras residentes em áreas rurais da importância de que as crianças devem frequentar a pré-escola (dos 4 aos 5 anos), representando 96% das famílias conforme a percepção dos dirigentes escolares. Já para as crianças de 0 a 3 anos, a demanda atingiria 66% das famílias (BARBOSA; GEHLEN; FERNANDES, 2012, p. 85).

Muitas vezes, a demanda é explícita, quando a família utiliza diversos expedientes para conseguir vaga em escola infantil: entrar em fila de matrícula e lista de espera, buscar o direito na justiça, participar de sorteio de vagas. Quando essas estratégias resultam frustradas, a família acaba deixando as crianças sob o cuidado de vizinhos ou de cuidadoras pagas próximas à moradia, ou ainda com os familiares (ALBUQUERQUE; FERNANDES, 2012). Veja-se este depoimento:

---

doméstica, nas parentelas e redes de ajuda mútua” (FONSECA, 1999, p. 260 e 261).

*A filha mais nova está na creche em período parcial desde os dois anos de idade. Teve que recorrer ao Ministério Público par conseguir a vaga, pois precisava trabalhar. Quando estão trabalhando os filhos estão na escola e na creche* (Relatório de pesquisa, entrevista com família da região centro-oeste, em: PASUCH; SANTOS 2012, p. 140).

## B) SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À ESCOLA INFANTIL: CRIANÇA, TRABALHO FAMILIAR, COMUNIDADE

Os depoimentos das famílias residentes na área rural pesquisadas nas cinco regiões demográficas são ilustrativos dos diferentes significados atribuídos à escola, tais como: espaço de aprendizagem, de socialização e de desenvolvimento da criança; necessidade para a família ou a mãe que precisa trabalhar; integrador da comunidade. Os depoimentos abaixo ilustram tais significados.

### APRENDIZAGEM, SOCIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Assim se manifestaram os entrevistados nesse aspecto:

*[...] acho muito boa, as crianças têm muito a ganhar participando da Educação infantil, tem um convívio, uma aprendizagem melhor, só tem a ganhar. [...] **mas pensando na criança, no seu desenvolvimento**, pode ser uma ótima ideia* (Entrevista de pesquisa com famílias da região sul, em: ALBUQUERQUE; FERNANDES, 2012, p. 278, grifos nossos).

*A mãe acha importante ter creche e pré-escola para as crianças pequenas, porque ficam muito tempo sozinhas e seria uma **oportunidade de ter contato com outras crianças e de aprender brincando*** (Relatório de pesquisa, entrevista com família da região centro-oeste, em: PASUCH; SANTOS, 2012, p. 141, grifos nossos).

Para algumas mães, a aprendizagem da criança é mais importante do que a necessidade relacionada com o trabalho dos pais:

*Acha importante a criança ir nova para a instituição para aprender com mais facilidade. Pensa que o aprendizado da criança é mais importante do que a questão da liberação dos pais para o trabalho* (Relatório de pesquisa, entrevista com família da região centro-oeste, em: PASUCH; SANTOS, 2012, p. 142).

### PERMITE O TRABALHO FAMILIAR

Na percepção de algumas famílias da região sul, frequentar a escola significa evitar uma situação de periculosidade e de trabalho infantil, pois, quando ficam em casa, as crianças precisam acompanhar os pais nas atividades laborais, expondo-se a riscos como insetos, cobras, contaminação por agrotóxicos, etc. Conforme referem,

nas escolas, as crianças ficam mais protegidas, o que deixa os pais mais tranquilos para realizarem o seu trabalho (ALBUQUERQUE; FERNANDES, 2012, p. 277).

As escolas infantis também são uma necessidade ou uma alternativa para as mães que trabalham fora do espaço doméstico ou/ou produtivo:

*Considera importante para aquelas mães que precisam trabalhar e não tem onde deixar seus bebês e também para as próprias crianças que hoje só podem ir para a escola a partir dos quatro anos* (Relatório de pesquisa, família da região centro-oeste, em: PASUCH; SANTOS, 2012, p. 119).

Para uma família da região centro-oeste (entrevista de pesquisa em: PASUCH; SANTOS, 2012, p. 119), a escola oportuniza a mobilização da comunidade: “[a escola] *É fundamental na comunidade não só para o acesso à Educação, mas também porque é ela que mobiliza a comunidade para os momentos sociais coletivos*”.

### C) POSIÇÃO QUANTO À OBRIGATORIEDADE DA FREQUÊNCIA

Foi identificada uma concordância com a obrigatoriedade da frequência para os 4 e 5 anos de idade, embora não seja uma unanimidade entre as famílias. Porém, mesmo avaliando de forma positiva esta exigência e valorizando a educação infantil para a formação da criança, algumas famílias mostraram-se inseguras em deixar os seus filhos na escola. As famílias disseram preocupar-se com a segurança dos filhos (e das crianças de outras famílias), pois são pequenos, podem se machucar, além de precisarem ir sozinhos no transporte coletivo, ou passarem por situações em que o ônibus quebra e as crianças demoram a chegar ao seu destino, ou de ficar dias sem poder ir à instituição (ALBUQUERQUE; FERNANDES, 2012, p. 282-284).

Quanto ao momento propício para o ingresso na escola infantil, algumas famílias defenderam que ele deve acontecer bem cedo na infância: “*hoje em dia tem um conhecimento no campo e na cidade que faz o conhecimento ser algo muito bom. Quanto mais cedo entrar na escola, melhor.*” (entrevista de pesquisa com família da região sul, em: ALBUQUERQUE; FERNANDES, 2012, p. 278).

Entretanto, algumas famílias posicionaram-se em sentido contrário: “*A melhor idade para colocar as crianças na escola é 4 anos, pois muito cedo, elas enjoam logo*” (Entrevista de pesquisa com família da região centro-oeste, em: PASUCH; SANTOS, 2012, p. 119)

As poucas famílias que se manifestaram contrárias à obrigatoriedade da frequência de crianças de 4 e 5 anos à educação infantil, justificaram o seu posicionamento em parte pela realidade escolar (muitas crianças, colocar muito cedo pode trazer antipatia ou enjoo pela escola), em parte porque o afastamento da família prejudicaria o convívio familiar.

*Sou a favor do acesso, mas da obrigatoriedade não. Tem tanto tempo para estudar e se preparar, tempo não falta. Sinto também que a família está prejudicada, como reconhecimento, falta de valorização do convívio em família* (Entrevista de pesquisa com família da região sul, em: ALBUQUERQUE; FERNANDES, 2012, p. 276).

*É contra a obrigatoriedade de matrícula aos quatro anos de idade, por acreditar que quando a criança entra muito cedo na escola para aprender a ler e escrever cria uma antipatia ela escola* (Relatório de pesquisa, entrevista com família da região centro-oeste em: PASUCH; SANTOS, 2012, p. 144).

*A mãe relata o desejo de ter uma escola na comunidade, mas não acha necessária uma creche, pensa que as crianças pequenas precisam ser cuidadas pela família* (Relatório de pesquisa, entrevista com família da região centro-oeste, em: PASUCH; SANTOS, 2012, p. 140).

#### D) TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO

O transporte provido pelas Prefeituras, no trajeto intracampo ou extracampo, é considerado inadequado e fator de insegurança para as famílias com crianças estudantes. Esta seria uma forte razão para não colocarem os filhos em escolas infantis distantes, diante da inexistência ou falta de vagas em escolas próximas:

*[...] o transporte escolar está em péssimas condições, é antigo, perigoso, não tem monitores, as estradas são ruins e quando chove as crianças deixam de frequentar a escola [...] o transporte circula em situação precária* (Entrevista de pesquisa com família da região centro-oeste, em: PASUCH; SANTOS, 2012, p. 131).

*Não colocaria o filho na escola para ser transportado em ônibus com muitas crianças, no qual se misturam crianças de várias idades. [...] Não acha o serviço de transporte bom, as crianças pequenas ficam misturadas com as maiores, o que provoca insegurança para as mães na hora de colocar os filhos na escola* (Relatório de pesquisa, entrevista com família da região centro-oeste, em: PASUCH; SANTOS, 2012, p. 131).

*A maior dificuldade são as distâncias percorridas pelo transporte escolar para chegar até as escolas. Ainda tem pais que não mandam as crianças por conta das distâncias, por exemplo, quem mora a mais de 30 km, o pai não manda as crianças para a educação infantil, deixa ficarem maiores. Por isso, nem todas as crianças estão na escola. Os motoristas não dão conta de cuidar das crianças pequenas* (Entrevista de pesquisa com liderança do movimento social/sindical da região centro-oeste, em: PASUCH, SANTOS, 2012, p. 132).

A preocupação maior é com as crianças com menos de 4 anos de idade:

*As mães ficam o dia todo com o coração na mão, a mãe sabe que a criança não terá os mesmos cuidados que teria se estivesse com ela, na família. Depois quando eles crescem é diferente, mas quando são pequenos, é muito difícil* (entrevista de pesquisa com liderança do movimento social/sindical da região centro-oeste,

em PASUCH; SANTOS, 2012, p. 132).

Condições ideais de transporte para o deslocamento das crianças, como a referida abaixo, são raramente encontradas:

*A escola atende 83 crianças, sendo que 52 são das áreas rurais do município. Todos os ônibus têm uma monitora para acompanhar o deslocamento do local de moradia à escola. As crianças das áreas rurais chegam à escola por volta do meio dia e são acolhidas por uma funcionária na entrada da escola (Entrevista de pesquisa com diretor de escola da região centro-oeste, em: PASUCH; SANTOS, 2012, p. 128).*

De fato, o transporte público deficitário e inseguro é frequentemente referido como uma das dificuldades para implementar a obrigatoriedade da frequência: “é complicado obrigar as crianças tão pequenas irem para escola nas condições que vivem, elas irão sofrer com este transporte” (entrevista com família da região sul, em: ALBUQUERQUE; FERNANDES, 2012, p. 280). Ao mesmo tempo, em comunidades com poucas crianças de 0 a 5 anos, é muitas vezes inviável ao poder público garantir o atendimento na própria localidade.

## E) A FREQUÊNCIA À EDUCAÇÃO INFANTIL E A DINÂMICA FAMILIAR

### CRIANÇA NÃO FREQUENTA ESCOLA INFANTIL

*A vida das crianças no campo é diferente da vida das crianças nas cidades, no campo elas podem brincar mais, têm contato com os elementos da natureza e as mães ficam mais seguras. [...] O filho não realiza atividades domésticas, gosta mesmo é de brincar no quintal de correr, cavalo de pau, andar de bicicleta, assistir TV e dormir cedo. [...] às vezes tem contato com algumas crianças vizinhas, quando a família visita familiares e amigos, nesses encontros gosta de brincar com as outras crianças também, porém, **quando o grupo é maior a criança tem dificuldade de interagir, pois está acostumada a brincar sozinha** (Relatório de pesquisa, entrevista com família do centro-oeste: PASUCH, SANTOS, 2012, p. 117, grifos nossos).*

### CRIANÇA FREQUENTA ESCOLA INFANTIL

*A rotina da criança inclui um café da manhã (06h30min) antes de ir para a escola, a própria mãe busca a criança na escola no final da manhã (não faz uso de transporte escolar). A criança almoça em casa, faz um repouso à tarde e fica com a avó no período em que a mãe trabalha. Na companhia da avó realiza a tarefa de casa, vê um pouco de TV e dorme às 20h30min (Relatório de pesquisa, entrevista com família do centro-oeste, em: PASUCH, SANTOS, 2012, p. 121).*

**As crianças acordam cedo, pegam o transporte às 5h30 min, o bebê acorda junto e acompanha até o transporte. À tarde, ajudam nas tarefas e brincam com crianças do vizinho no final de semana, de bola e vídeo game. Não vão a**

*outros lugares da comunidade* (Relatório de pesquisa, entrevista com família do centro-oeste em: PASUCH; SANTOS, 2012, p. 114, grifos nossos).

O convívio com os pais e com a família, principalmente das crianças pequenas, é um dos motivos pelos quais as famílias preferem não colocar os filhos na escola, ou, quando o fazem, apenas por um turno<sup>11</sup>.

Por fim, certas famílias das regiões pesquisadas mencionaram a necessidade de melhorias, além do transporte escolar, nos seguintes aspectos das escolas infantis: ampliação do espaço físico, boas condições materiais e humanas de atendimento, profissionais qualificados, melhor espaço externo (com praças, parques e brinquedos), mais equipamentos e materiais pedagógicos suficientes e apropriados. Nessa mesma linha, famílias disseram preocupar-se com o tipo de atendimento, para que sejam preservadas as brincadeiras: *“as famílias preocupam-se com as rotinas que serão pensadas para as crianças, que elas precisam preservar o tempo para a brincadeira e que as propostas não acelerem o tempo de transição ao ensino fundamental.”* (ALBUQUERQUE; FERNANDES, 2012, p. 278).

## CONCLUSÃO

Este trabalho analisou a situação atual da oferta de educação infantil para crianças de 0 a 5 anos residentes na área rural, cujos dados secundários demonstraram ser deficitária (especialmente para crianças de menos de 4 anos) e insuficiente. Em paralelo, as políticas educacionais recentes têm priorizado a ampliação do atendimento nessa faixa etária, fazendo com que as prefeituras municipais busquem recursos de programas federais para atingirem as metas estabelecidas pela Lei nº 12.796/2013 para o ano de 2016: 100% do atendimento para crianças de 4 e 5 anos e 50% para as menores de 4 anos. Essa lei também previu a obrigatoriedade da matrícula para os 4 e 5 anos, determinação que incide diretamente sobre os municípios (mais 259% da cobertura atual em creche, e mais 51% das vagas da pré-escola). Ademais, reflete-se também sobre as famílias, que deverão matricular as crianças nessas idades, mesmo que não o desejem. Para alguns estudiosos como Fúlvia Rosemberg (2008), a educação infantil deveria ser um direito da criança, um dever do Estado e uma opção da família.

Todavia, como se viu no tocante aos resultados da pesquisa “Pesquisa sobre Educação Infantil no Campo”, a maioria das famílias brasileiras concorda com a

---

(11) Não se sabe se o turno parcial é de fato uma opção da família. Como vimos anteriormente, relativamente poucas escolas oferecem um período superior a 4 horas diárias de atendimento em creche ou pré-escola.

obrigatoriedade da frequência à pré-escola (entre os 4 e os 5 anos de idade), percebendo a escola infantil não apenas como uma necessidade relacionada com o trabalho das mães ou da família, mas também como um espaço de aprendizagem, de convívio entre crianças de idades semelhantes e de estabelecimento de vínculos entre os membros da comunidade. Entretanto, sentem-se inseguras quanto ao transporte escolar público altamente precário, especialmente para crianças pequenas, e, por vezes, preferem o turno parcial para preservar o convívio familiar. Isto demonstra que a implementação das ações de expansão da educação infantil está modificando a realidade do campo, denotando que as políticas educacionais são, ao mesmo tempo, variável dependente e independente, isto é, tanto são influenciadas por fatores contextuais e políticos prévios, quanto modificam fortemente, quando implantadas, esses mesmos fatores.

Se, por um lado, a existência de creche ou de pré-escola é uma necessidade decorrente das transformações no campo – pluriatividade, movimento pendular de trabalho entre o campo e a cidade, influência dos movimentos sociais que lutam pela educação no campo, mudanças tecnológicas na produção e acesso à informação, maior participação social da mulher –, por outro, a ampliação do atendimento em educação infantil já está alterando substancialmente – e modificará ainda mais – a realidade das crianças e das famílias rurais.

Como se sabe, as transformações no campo estão provocando um esvaziamento populacional, que dificulta o provimento de vagas em educação infantil na própria comunidade. Diante disto, as mães têm se deslocado até as cidades para crianças poderem estudar: *“Existem poucas famílias na zona rural, as mães estão trazendo as crianças para estudar na cidade e isto está tirando o trabalhador da roça, a família vem para a cidade e o meio rural fica abandonado”* (Entrevista com liderança do movimento social/sindical da região centro-oeste, em: PASUCH; SANTOS, 2012, p. 132).

Portanto, concordamos com Bayer (2007) quando enfatiza a importância social da escola – inclusive a infantil – como contribuindo para a permanência da família no campo. Todavia, devido à rarefação populacional (VEIGA, 2002) e do baixo número de vagas ofertadas e preenchidas, é inviável para as Prefeituras Municipais construir e manter creches e pré-escolas em todas as localidades. Isto reforça a estratégia de melhoria do transporte público para possibilitar o deslocamento seguro e confortável das crianças – dentro do próprio espaço rural ou no trajeto campo-cidade. Além da melhoria dos requisitos de conforto e segurança nos e dos veículos, coloca-se também a adequação das condições das estradas.

Por fim, enfatizamos que é preciso avaliar se a diretriz de ampliação das vagas não ficará restrita ao seu aspecto quantitativo, no sentido de que, ao lado do alcance das metas numéricas, seja garantida também uma educação infantil de qualidade às crianças rurais.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Simone S. de; FERNANDES, Cíntia V. Demanda por educação infantil apontamentos a partir dos contextos familiares na Região Sul do Brasil. In: BARBOSA, Maria Carmen; SILVA, Ana Paula S. da; PASUCH, Jaqueline; LEAL, Fernanda de L. A.; OLIVERA E SILVA, Isabel de; FREITAS, Maria Natalina M. de; ALBUQUERQUE, Simone S. de. **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012. p. 255-289.

BARBOSA, Maria Carmen; SILVA, Ana Paula S. da; PASUCH, Jaqueline; LEAL, Fernanda de L. A.; OLIVERA E SILVA, Isabel de; FREITAS, Maria Natalina M. de; ALBUQUERQUE, Simone S. de. **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

BARBOSA, Maria Carmen; GEHLEN, Ivaldo; FERNANDES, Susana Beatriz. A oferta e a demanda de educação infantil no campo: um estudo a partir de dados primários. In: BARBOSA, Maria Carmen; SILVA, Ana Paula S. da; PASUCH, Jaqueline; LEAL, Fernanda de L. A.; OLIVERA E SILVA, Isabel de; FREITAS, Maria Natalina M. de; ALBUQUERQUE, Simone S. de. **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012. p. 71-105.

BAYER, Marlei A. **Saberes e fazeres das escolas multiserriadas de Benedito Novo**. Dissertação (Mestrado em Educação – Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação), 2007, 144 f. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em áreas rurais**. Brasília, DF: MEC/UFRGS, 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=13620&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13620&Itemid=)>. Acesso em: 24 ago. 2014.

FONSECA, Cláudia. O abandono da razão: a descolonização dos discursos sobre a infância e a família. In: SOUZA, Edson L. A. de (Org.). **Psicanálise e Colonização**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999. p. 255-274.

FREITAS, Maria Natalina M.; HAGE, Salomão Antônio M.; TUVERI, Ana Célia da Silva. Entre os rios, a floresta e as águas, a Educação Infantil do Campo na Amazônia: para além do atendimento das escolas rurais multiserriadas. In: BARBOSA, Maria Carmen; SILVA, Ana Paula S. da; PASUCH, Jaqueline; LEAL, Fernanda de L. A.; OLIVERA E SILVA, Isabel de; FREITAS, Maria Natalina M. de; ALBUQUERQUE, Simone S. de. **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012. p. 219-253.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Capítulo 4: Educação. Brasília, DF: IPEA, 2011, p. 129-164. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/bps\\_19\\_](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_)

completo.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2013.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar 2010. **AnexoI.xls**. Brasília, DF: INEP, 2011. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/download/censo/2010/anexo\\_I.xls](http://download.inep.gov.br/download/censo/2010/anexo_I.xls). Acesso em 24 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **Proporção do investimento público em educação por nível de ensino.xls**. Brasília, DF: INEP, [2012]. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/estatisticas-gastoseducacao-indicadores\\_financeiros-p.i.p.\\_nivel\\_ensino.htm](http://portal.inep.gov.br/estatisticas-gastoseducacao-indicadores_financeiros-p.i.p._nivel_ensino.htm)>. Acesso em: 26 jul. de 2013.

LEAL, Fernanda de L. A.; RAMOS, Fabiana. Educação Infantil do Campo em foco: infraestrutura e proposta pedagógica em escolas do Nordeste. In: BARBOSA, Maria Carmen; SILVA, Ana Paula S. da; PASUCH, Jaqueline; LEAL, Fernanda de L. A.; OLIVERA E SILVA, Isabel de; FREITAS, Maria Natalina M. de; ALBUQUERQUE, Simone S. de. **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012. p. 153-179.

LOWY, Theodor. American business, public policy, case studies and political theory. **World Politics**, n. 16, p. 677-715, 1964. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2009452?uid=2&uid=4&sid=21104667973447>>. Acesso [pago] em: 31 ago. 2014.

PASUCH, Jaqueline; SANTOS, Tânia M. D. dos. A importância da educação infantil na constituição da identidade das crianças como sujeitos do campo. In: BARBOSA, Maria Carmen; SILVA, Ana Paula S. da; PASUCH, Jaqueline; LEAL, Fernanda de L. A.; OLIVERA E SILVA, Isabel de; FREITAS, Maria Natalina M. de; ALBUQUERQUE, Simone S. de. **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012. p. 107-151.

RISSO, Edson; JUNQUEIRA FILHO, Gabriel; QUIJANO, Graciela et al. A infância e a criança no e do campo. In: CALDART, R. S.; PALUDO, C.; DOLL, J. (Orgs.) **Como se formam os sujeitos do campo?** Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA: NEAD, 2006. p. 109-136.

ROSEMBERG, Fúlvia; ARTES, Amélia. O rural e o urbano na oferta de educação para crianças de até 6 anos. In: BARBOSA, Maria Carmen; SILVA, Ana Paula S. da; PASUCH, Jaqueline; LEAL, Fernanda de L. A.; OLIVERA E SILVA, Isabel de; FREITAS, Maria Natalina M. de; ALBUQUERQUE, Simone S. de. **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012. p. 13-69.

SAVIANI, Demerval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do Projeto do MEC. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2013.

SCHABBACH, Letícia M.; RAMOS, Marília. Fatores determinantes da implementação

do PROINFANCIA no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37, 2013, Águas de Lindoia. Águas de Lindoia/São Paulo, 23-27 set. 2013. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPOCS, 2013. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=8658&Itemid=429](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8658&Itemid=429)>. Acesso em 24 ago. 2014.

SILVA, Isabel de Oliveira; LUZ, Iza Rodrigues da. Espaços, ambientes e contextos: reflexões sobre a educação infantil para crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural em dois municípios da região sudeste do Brasil. In: BARBOSA, Maria Carmen; SILVA, Ana Paula S. da; PASUCH, Jaqueline; LEAL, Fernanda de L. A.; OLIVERA E SILVA, Isabel de; FREITAS, Maria Natalina M. de; ALBUQUERQUE, Simone S. de. **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012. p. 181-217.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

# A VISÃO DAS PROFESSORAS QUE ASSISTIRAM AO “EDUCANDO PARA DIVERSIDADE” SOBRE DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA NAS ESCOLAS<sup>1</sup>

ZULMIRA NEWLANDS BORGES

*Doutora em Antropologia Social (1998) e professora do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e do mestrado em Ciências Sociais. Pós-doutorado na FAGED/UFRGS em 2007. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia do Corpo e da Saúde GEPACS/UFSM.*

MARIANE INÊS OHLWEILER

*Doutora em Educação pela FAGED/UFRGS, professora da UNIVATES. Voluntária desta pesquisa no ano de 2007.*

PAOLA PECIAR

*Graduada em Ciências Sociais pela UFSM, mestre em Educação pela mesma instituição, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Voluntária desta pesquisa no ano de 2007.*

---

(1) Este artigo se baseia em uma comunicação oral apresentado no Congresso “Fazendo Gênero” que ocorreu em Florianópolis entre 25 e 28 de agosto de 2008. Faz parte de uma pesquisa maior sobre os limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade.

## O CONCEITO DE HOMOFOBIA COMO UM INSTRUMENTO DE LUTA POLÍTICA

Em primeiro lugar, é importante discutir o conceito de homofobia que, segundo Borrillo (2001), é a atitude hostil que tem como foco os homossexuais, homens ou mulheres. Consiste em designar o outro como inferior, contrário ou anormal, de modo que sua diferença o coloca fora do universo comum dos humanos. A junção dos termos “fobia” e “homo” pode ser criticada por passar a impressão de que se trata de um problema pessoal e psicológico do campo das neuroses individuais e das diversas fobias existentes. Para os críticos, essa noção de fobia poderia levar a uma prescrição de um tratamento individual para pessoas homofóbicas, no âmbito da psiquiatria ou da psicologia. Entretanto, as estatísticas nacionais evidenciam a extensão do problema.

O trabalho do Grupo Gay da Bahia (GGB), iniciado na década de 1980, de arquivar principalmente notícias publicadas em jornais e coletar um conjunto de informações sobre violência contra homossexuais, reunindo registros documentados de assassinatos “onde explícita ou indiretamente, o motivo da morte foi a condição homossexual da vítima” serviu para romper o silêncio sobre a violência contra homossexuais (MOTT; CERQUEIRA; ALMEIDA, 2002, p.1). Esse material foi divulgado por meio de dossiês e permitiu conhecer e denunciar crimes violentos contra homossexuais a partir dos anos 1990. A situação de desvalorização e abjeção à que são submetidos aqueles que não compartilham da norma heterossexual é bem mais disseminada do que as pessoas comuns imaginam. Segundo Rogério Junqueira (2007), o país é o campeão mundial de assassinatos contra aqueles considerados das sexualidades não hegemônicas, já que a média brasileira é de um assassinato a cada três dias. Portanto, no Brasil, a violência por discriminação sexual mata, em média, 120 pessoas por ano.

Segundo Ramos e Carrara (2006), o tema da violência foi estruturante para a constituição de algumas identidades coletivas no Brasil e para a organização de uma luta por direitos. Tanto o movimento de mulheres, nos anos 1970, que elegeu “*quem ama não mata*” como uma de suas bandeiras, algo semelhante ocorreu com o movimento negro, que estabeleceu o racismo e sua criminalização como a principal trincheira de luta nos anos 1980 e 1990. Desde a década de 1980, a violência homofóbica, no sentido mais específico de crimes de violência física e assassinatos, tem sido um tema central para o ativismo. Nos anos 1990, a esse panorama de lutas por direitos soma-se o combate à homofobia, totalizando três casos de “violências específicas” - violência de gênero, racismo e homofobia. O termo *homofobia* está sendo usado, nesse artigo, no sentido abrangente do relatório da UNESCO, para referir ao tratamento preconceituoso e às discriminações sofridas por jovens

tidos como homossexuais, incluindo toda e qualquer forma de desvalia, que fere a dignidade alheia gerando sofrimentos e revoltas (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004). Nesse sentido, e colocado dessa forma, os comportamentos homofóbicos podem variar desde a violência física da agressão e do assassinato até a violência simbólica, em que alguém considera lícito afirmar que “não gostaria de ter um colega ou um aluno homossexual”, como foi relatado no referido relatório.

A homofobia é um problema social que torna a população LGBT<sup>2</sup> extremamente vulnerável. Conforme o site do Programa Nacional de DST e Aids:

A maior parte dos gays foi morta dentro de suas próprias casas, enquanto a maioria das travestis perdeu a vida nas ruas. Segundo os dados do GGB, menos de 10% dos assassinos de homossexuais são presos (BRASIL, 2006, s.p.).

O baixo índice de soluções para esses casos pode ser um indício de que esse tipo de homicídio é visto como algo *mais ou menos aceitável*, já que se trata de pessoas vistas, pelo senso comum, como estando à margem da sociedade, de suas regras e moralidade. Além disso, a desigualdade social e os fatores socioeconômicos pesam bastante. Faz-se necessário ainda, reconhecer e estar atento às questões culturais e regionais que produzem gradações diferentes em termos do grau de rejeição desses sujeitos. O relatório da UNESCO aponta diferenças de tratamento entre pais, alunos e professores e constata fortes diferenças regionais.

Ramos (2005) analisa os diferentes contornos da violência homofóbica através dos casos relatados no DDH<sup>3</sup>. Segundo Ramos e Carrara (2006) a maioria das denúncias estava relacionada a ofensas, ameaças, extorsões, agressões físicas e uma grande quantidade de queixas de “discriminações” no âmbito da casa ou da vizinhança. Isso caracteriza, na opinião dos autores a incidência de crimes não espetaculares e não letais, gerados e vividos em escala microssocietária, na esfera da família e de conhecidos. Ramos (2005) indica a existência de pelos menos três dinâmicas distintas geradoras de violência contra homossexuais. A primeira configura-se nos crimes interativos que consiste em todos os casos que não se tornam notícia nos jornais. São as agressões e discriminações ocorridas no âmbito da casa e da vizinhança e entre pessoas conhecidas. Esse tipo de violência atinge espe-

(2) LGBT significa Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis. São inúmeras as combinações possíveis e indicam diferentes momentos e coalizões dos movimentos sociais, formando uma “verdadeira sopa de letrinhas” conforme aponta Seffner em seu artigo sobre visibilidade e atravessamento de fronteiras.

(3) Segundo Ramos e Carrara (2006) o DDH (Disque Defesa Homossexual) se configura como a primeira experiência de política pública na esfera da segurança. Criado em 1999, na Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, o DDH foi pensado como um programa de defesa, e não apenas de denúncia. O projeto configurou uma experiência de estabelecimento de parcerias entre polícia, grupos de ativistas e também de atendimento às vítimas dos crimes já ocorridos, mobilizando a polícia para investigar agressores e golpistas e articulando redes de apoio psicológico e jurídico por parte das ONGs.

cialmente as lésbicas; a segunda caracteriza-se nos crimes com fins de lucro que incluem as chantagens, extorsões, assaltos e golpes do tipo “Boa Noite, Cinderela”, na maioria das vezes praticadas contra gays e travestis; e a terceira constitui os crimes de ódio com espancamentos, ameaças à vida e assassinatos, na maioria dos casos, contra travestis. Por fim, a autora destaca a diversidade e complexidade das dinâmicas de discriminação.

Segundo Ramos e Carrara (2006), as experiências do tipo do DDH e as pesquisas desenvolvidas demonstraram que a homofobia opera com muitas variáveis e engloba fenômenos díspares. Por essa razão, as estratégias de enfrentamento desses fenômenos precisam reconhecer essa complexidade e mobilizar demandas específicas para diferentes violências. De tal modo que, para responder às chantagens, extorsões, golpes tipo “Boa Noite, Cinderela” e latrocínios motivados pela sexualidade, é necessário:

a) incremento sistemático das denúncias à polícia; b) investigação policial, prisão de criminosos e de quadrilhas de golpistas, inclusive as formadas por policiais e ex-policiais; c) divulgação de “casos exemplares” bem-sucedidos na imprensa; d) campanhas de esclarecimento lideradas pelo próprio movimento GLBT voltadas para a comunidade; e) monitoramento dos resultados junto às secretarias de Segurança. Por outro lado, as respostas para as dinâmicas de discriminação na esfera da família e círculos de amizade demandam não só campanhas específicas de informação e mobilização, mas atendimento individual às vítimas, por meio de uma rede de apoio e proteção, nos moldes da experiência do movimento de mulheres em relação à violência de gênero. Os altos índices de homofobia registrados nas escolas, por exemplo, indicam a necessidade de mais pesquisas e da criação de programas especiais envolvendo autoridades educacionais, professores e alunos (RAMOS; CARRARA, 2006, p. 15).

Nesse contexto homofóbico brasileiro, é importante, então, refletir sobre as condições da escola e de sua relação com políticas sociais que pretendem promover ações educativas para inclusão da diversidade sexual<sup>4</sup>. A escola é vista, de acordo com Altmann (2001, 2003), como um local privilegiado de implementação de políticas públicas que promovam a saúde de crianças e adolescentes, e a intenção de introduzir a sexualidade na escola fica evidente com a inserção da orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), na forma de tema transversal.

Desse modo, é interessante destacar que, desde a década de 1920, a lei

---

(4) Optou-se, nesse artigo, em falar de *diversidade*, pois a ideia de *diferença*, na antropologia, está muito ligada aos primeiros contatos interculturais carregados de valores etnocêntricos e de violência. A antropologia nasce preocupada em entender, explicar e interpretar as diferenças culturais e, no início de sua formação, fundamenta-se no estudo do exótico e do diferente. Portanto utilizou-se o termo *diversidade* no sentido de contemplar a alteridade como mais uma alternativa, apesar das críticas que são feitas a ele pelos Estudos Culturais britânicos, por exemplo.

brasileira prevê a educação sexual na escola. Entretanto, houve muita resistência para sua implementação, especialmente por setores vinculados à Igreja Católica. Ainda hoje, essa resistência existe e não se restringe à instituição igreja, mas está diluída em boa parte da sociedade, que incorporou seus valores, inclusive os/as professores/as que têm dificuldade de tratar o tema da sexualidade, uma vez que, ao mesmo tempo em que esta é entendida e tratada como um instinto natural é, também, altamente vigiada como algo ameaçador e perigoso que precisa ser contido e disciplinado.

A partir da década de 1990, a preocupação com a prevenção da Aids e da gravidez precoce adentra as escolas de forma mais explícita e sistematizada. Em 1995, o governo federal anunciou os Parâmetros Curriculares Nacionais, entre os quais aparecia a determinação de que a sexualidade fosse tratada como tema transversal. A ideia era que diversas disciplinas integrassem o assunto de maneira articulada com outros temas. Porém, a abordagem baseada em uma visão biologizante da sexualidade ainda predomina, e a discussão sobre a diversidade de orientações sexuais é ainda marginal ou ausente. Uma das propostas do programa Brasil Sem Homofobia é incentivar cursos de formação “sobre a diversidade sexual” direcionados para professores/as, buscando fortalecer a perspectiva de direitos sexuais como direitos humanos, situando a sexualidade entre os direitos fundamentais para o livre e pleno exercício da cidadania. O programa recebeu apoio do Ministério da Educação e, em 2005, foram lançados editais para financiar projetos de formação de professores/as de escolas. Em 2007, os projetos de duas ONGS foram selecionados em Porto Alegre e acompanhamos o curso “Educando para a Diversidade”. O projeto que acompanhamos já vinha desenvolvendo uma pesquisa de avaliação em parceria com a UFRGS. Nesse contexto, a nossa proposta de entender os motivos que levavam aqueles/as professores/as a participar do curso foi bem aceita e pudemos iniciar logo as observações e realizar os convites para os grupos focais, entrevistas e observações.

## APRESENTANDO A PESQUISA

A pesquisa da qual se desdobra este artigo teve início em março de 2007, quando obtivemos, através do NUANCES – grupo pela livre expressão sexual, a ONG organizadora do Curso “Educando para a Diversidade” –, a lista dos participantes das duas primeiras turmas, a fim de contactarmos alguns/as dos/as professores/as<sup>5</sup>. É importante ressaltar que o projeto “Educando para a Diversidade”

(5) Vale ressaltar que nossa pesquisa não recebeu financiamento de nenhuma instituição e que se constituiu como uma das atividades de um estágio de pós-doutoramento na FACED/UFRGS, sob a orientação da prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dagmar Meyer.

foi selecionado juntamente com outros trinta projetos em todo o país junto ao Programa Brasil sem Homofobia em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad/MEC).

Foram realizados quatro cursos de formação e, em todos, houve articulação com outras instituições que deram seu apoio ao curso. Desde o primeiro curso e em todas as edições contaram com o apoio da Secretaria Municipal de Educação e do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS; no segundo, da Secretaria Estadual de Educação, no terceiro do Sindicato dos Bancários RS e, na quarta edição, do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE). A escolha da ONG foi motivada também pelo fato de que o foco de seu trabalho voltava-se principalmente a professores/as de escolas municipais e estaduais e, portanto, havia um recorte de classe nessa clientela do curso que, certamente, trabalha com jovens de grupos populares da cidade de Porto Alegre e do estado do Rio Grande do Sul.

Quando começou esta pesquisa, já estava sendo planejada a terceira edição do curso, que iniciou em 27 de abril de 2007. As duas versões anteriores somaram mais de 130 inscritos, sendo que, na última capacitação, muitos inscritos ficaram em lista de espera. A partir de abril de 2007, acompanhamos, ainda, as aulas da terceira edição do curso de formação de professores/as sobre diversidade sexual, cidadania e respeito à diversidade. A participação no curso ocorreu na condição de pesquisadora, com a realização de observações-participantes e registros das aulas em diário de campo. Esta terceira edição do curso propôs uma dinâmica de interação entre pesquisadores, militantes e professores/as das escolas. Tal troca de experiências foi considerada muito positiva pelas professoras, que eram, na maioria, mulheres. Vale ressaltar o fato de que a platéia do curso era majoritariamente composta por professoras e embora tivéssemos telefonado, enviado e-mail e convidado inúmeros professores para participar da pesquisa não houve adesão dos professores nem para os grupos focais e nem para as entrevistas<sup>6</sup>.

Para a realização desta pesquisa, aconteceram quatro grupos de discussão: dois com a primeira turma e dois com a segunda. Mais dez entrevistas foram feitas com professoras participantes/alunas das várias edições do curso. Esse contato foi feito primeiramente através de e-mails fornecidos pela organização do curso. Em um segundo momento, houve contato através de telefones fixos (profissionais ou residenciais, conforme constavam em suas fichas de inscrição) ou telefones celulares. No contato eletrônico, era enviada uma carta-convite, na qual se apresentava a pesquisa e a formação das pesquisadoras. Em anexo, estava o “Consentimento Livre e Esclarecido”, que deveria ser assinado por entrevistadoras e entrevistadas, no momento da entrevista.

---

(6) Em uma situação chegamos a marcar três vezes uma entrevista com um dos rapazes participantes do curso e nos três casos o rapaz não apareceu para a entrevista.

De todas as professoras que aceitaram fazer a entrevista e marcaram horário para a mesma, nenhuma desistiu. Embora tenha sido muito difícil organizar os grupos focais e marcar a entrevista (especialmente porque a carga horária das professoras muitas vezes ultrapassava 60 horas semanais), estabeleceram-se alguns critérios mínimos de participação na pesquisa que foram: 1) Interesse e disponibilidade em participar da pesquisa; 2) terem participado da maior parte do curso; e 3) estarem atuando em alguma instituição educativa. O total foi de aproximadamente vinte pessoas, com as quais foram realizadas conversas, formais ou informais, ao longo desta pesquisa.

As professoras responsáveis em trabalhar o tema da sexualidade em suas escolas foram as que trouxeram os relatos mais detalhados sobre a sua percepção da homofobia na escola. A maioria das professoras com as quais conversamos relatou uma grande dificuldade em tratar o assunto em sala de aula, especialmente pelas reações de discriminação e violência por parte de seus alunos. Uma professora, militante do movimento negro, relatou que um dos motivos que a levou ao curso foi as tentativas fracassadas em abordar o tema com seus alunos do ensino fundamental. De acordo com ela há uma forte discriminação entre adolescentes:

para eles bicha é tudo tarado e eles são muito homofóbicos, falam em matar, bater e ouvi coisas muito violentas. Eu não tive pulso para segurar a discussão, até por que eu não me sentia segura para argumentar com eles e muitas das coisas que eles diziam são coisas que a gente escuta o tempo todo, está muito no senso comum.

A fala de outra professora, que traz a história de um aluno e posteriormente de uma menina demonstra atitudes graves que podem impedir a criança ou o jovem até de frequentar a escola:

Esse menino passou por muitas coisas como violência, não só violência verbal, mas de quererem estuprar ele, de acharem que por ele ser homossexual ele deveria servir sexualmente aos outros colegas. Teve outra menina também que saiu da escola em função disso e até hoje ela tenta retornar a escola e não consegue, ela foi extremamente rechaçada, desde a hora que ela entrava na escola até a hora que ela saía.

Esses atos de violência, tanto físicos quanto verbais, são fatores preocupantes, pois podem transformar-se em um problema de ordem maior, como define Borrillo (2001, p. 108), em muitos casos, o preconceito pode transformar-se em uma “homofobia interiorizada”, o ódio da sociedade pode transformar-se em ódio por si mesmo(a). Segundo Epstein e Johnson (2000), a escola como um espaço onde ocorre uma dinâmica constante de controle e resistência é um âmbito de produção e regulação das identidades sexuais, restritas não somente ao espaço escolar, mas ao mundo exterior.

As professoras da educação infantil trouxeram também algumas situações de preconceito e um certo grau de homofobia de seus colegas que, ao olharem para um menino mais magrinho, com um rosto mais delicado e mais tímido, logo faziam afirmações, como: “aquele ali tem um jeitinho muito estranho” ou “aquele ali não vai dar boa coisa mesmo”. Desses comentários, quase sempre seguiam risinhos e piadinhas sobre a sexualidade da criança. Algumas professoras entrevistadas alegaram notar de forma mais agressiva e presente o preconceito dos professores do que dos colegas, alunos: “Às vezes, os alunos, os colegas são mais a par, acolhedores que os próprios professores”. Esta fala traz à tona a dificuldade dos professores em lidar com alunos(as) que “não seguem a norma hetero”. Muitas vezes, o uso de brincadeiras ou um possível tratamento mais agressivo pode implicar diretamente na forma como os(as) colegas virão a se relacionar com pessoas homossexuais. Implícita e muitas vezes explicitamente, o professor pode transmitir sua homofobia aos alunos e alunas.

Houve também relatos de situações homofóbicas nas famílias. Uma professora relatou o caso de um aluno seu que sofria fortes discriminações e vigilância da mãe e das professoras, pois, aos sete anos, gostava de se maquiar e usar roupas femininas e, embora os colegas não o discriminassem em função disso, a família e as professoras o repreendiam constantemente. Segundo o relato da professora,

a mãe repreende e ao mesmo tempo incita o filho de outras formas, por exemplo: se tu quer ser bicha, então tu vai lavar a louça e lavar o chão e arrumar casa, porque isso é serviço de mulher. E como aqui só tem uma bicha, tu é que vai fazer.

Essa situação familiar descrita pela professora é bem representativa de uma mistura, bastante comum, entre homofobia e misoginia em que, na hierarquia de valores da sociedade brasileira, um homossexual que não transgrida a relação entre sexo e gênero e se comporte como um homem masculino ou uma mulher feminina é mais aceito do que um homem com características femininas ou uma mulher com aparência masculina.

## O TEMA DA SEXUALIDADE NA ESCOLA

A falta de respaldo para ampliar a discussão nas escolas onde atuam foi um tema recorrente nas entrevistas. Nesse sentido, um ponto importante e destacado por muitas professoras entrevistadas foi a possibilidade de formar parcerias entre as frequentadoras e as escolas e a ONG que coordenou o curso. Outro aspecto foi o fato de tomar conhecimento de filmes, revistas, vídeo e livros didáticos que tra-

tam do tema *sexualidade e diversidade sexual*. De um modo geral, as entrevistadas queixaram-se da falta de material didático para abordar o tema da sexualidade de forma transversal, mas também de sua própria falta de preparo para tratar a sexualidade em suas salas de aula, pela ausência desse tema em suas formações enquanto professoras. Programas de educação sexual e reprodutiva, além de serem raros, ainda dão ênfase a uma *matriz heterossexual*, a ponto de tudo aquilo que está fora ser tratado como desviante (NARDI, 2006).

Altmann (2003), em sua pesquisa sobre orientação sexual em uma escola municipal de ensino fundamental do Rio de Janeiro, comprova essa heteronormatividade nas aulas de orientação sexual, pois as aulas sobre sexualidade priorizaram dois temas: gravidez e Aids. Outro elemento que a autora destaca é um evidente recorte de gênero por parte dos que ministram as aulas, que são, na maioria, mulheres. A orientação sexual ainda é um tema que gera inseguranças para muitos/as professores/as. Tendo em vista a educação heterossexista à qual as(os) professores(as) também foram submetidas(os) em seu próprio processo de escolarização, estas(es) se veem preocupadas(os) ao discutir temas relativos à sexualidade em sala de aula, que dirá a diversidade sexual. A fala que segue nos remete um pouco à preocupação de uma professora em acentuar e também enfrentar o preconceito dos colegas:

difícil tu criar estratégias de trabalhar com o tema da sexualidade, quando tu tem um aluno, que tem toda uma performance próxima do que se diz de homossexual, e, ao mesmo tempo em que a lógica hetero é normativa, aquele preconceito, aquela fala dos colegas também é heteronormativa.

As entrevistadas acreditam que o tema da sexualidade não é trabalhado na escola por sempre existirem outras prioridades. As professoras também não se sentem habilitadas para tratar do tema e há uma expectativa geral de que exista um especialista para tratar do assunto. Os especialistas são sempre convidados externos, médicos ou enfermeiros, ou ainda, as professoras de biologia ou de educação física. De qualquer forma, é fato que, nos cursos de licenciatura, não existem disciplinas com abordagem de gênero e sexualidade de uma perspectiva sociocultural. É evidente que esse tema deveria ser obrigatório em qualquer curso de licenciatura, tendo em vista que as relações de poder e, muitas vezes, de violência são inerentes às relações de gênero. De fato, as professoras que aceitaram participar dessa pesquisa estavam, desde o início, motivadas com o tema, pois a maioria já tinha tentando abordar a questão da diversidade sexual em sala de aula ou na escola e havia se deparado com muitas barreiras institucionais ou do corpo docente e por fim, mas não menos importante, com a dificuldade de abordar o tema com alunos adolescentes.

Um discurso muito recorrente por parte das entrevistadas é que a sexuali-

dade é considerada pelas escolas como um tema menos importante. Entretanto, sabe-se que esse assunto está sempre em pauta, na sala de aula, nos corredores, nos banheiros, no pátio, nos corpos e nas mentes e, além de tudo, está sempre sendo ensinado através de olhares, sussurros, comentários, estímulos ou penalizações. Como diz Foucault (1988), apesar de não se falar em sexualidade e de muitas vezes se tentar negá-la, ela nunca deixa de ser pensada, de ser vivida ou de existir. Bohm e Dornelles (2007, p. 74), que fizeram uma edição anterior ao educando, afirmam que “é comum a negação, por parte das escolas [...] de que existem diversidades sexuais dentro destas comunidades escolares”.

Uma das entrevistadas da minha pesquisa relatou que, em uma palestra em uma escola, nas proximidades de Porto Alegre, ela tentou abordar o tema da diversidade sexual ao que foi interrompida por uma professora bastante irritada e exaltada que dizia: “Esse tipo de coisa não existe aqui, isso é coisa de cidade grande, esse tipo de problema não existe nas nossas escolas. Na nossa região isso simplesmente não existe”<sup>7</sup>. Para Louro (1997), tão ou mais importante do que escutar o que é dito sobre os sujeitos, parece ser perceber o não dito, aquilo que é silenciado, os sujeitos que não são, tanto por não poderem ser associados aos atributos desejados, como pelo fato de não poderem existir e por não poderem ser nomeados. Dizer que em uma cidade não existe o “problema” da homossexualidade não faz mais do que revelar a violência homofóbica ali presente. Essa invisibilidade revela o quanto a existência de uma sexualidade que escape ao padrão hetero normativo é, nesse contexto, impensável e, portanto, vista como inexistente.

De fato, os relatos das entrevistadas apontam para o fato de que os que buscam o curso são minoria. A maioria dos/as professores/as não enxerga e não admite a diversidade sexual nas escolas. A instituição escolar não quer se responsabilizar para que não seja preciso intervir e, assim, não seja necessário arcar com o *ônus* de acolher a discussão sobre a discriminação sexual e a homofobia. A diversidade sexual pode ainda, quando abordada, ser exaltada, como se exalta a diferença, como trouxe uma professora: “como se fosse um espetáculo né, tu coloca enquanto a espetacularização da coisa sem discussão”. Espetacularização que muitas vezes é percebida na escola através de “olhares curiosos” diante de alunos(as) e/ou professores (as) que apresentam determinados trejeitos ou se assumem como homossexuais.

Duas professoras que participaram das primeiras turmas relataram que, ao tentarem atuar em suas escolas como multiplicadoras do que tinham experimentado no curso, acabaram repreendidas por colegas e pela direção da escola. Segundo a instituição, a “temática sexualidade era inapropriada para crianças daquela

---

(7) Relato de uma professora entrevistada durante essa pesquisa, para mais informações sobre a pesquisa ver Borges (2008).

idade e, por fim, aquele trabalho agia como estímulo para a homossexualidade” (BOHM; DORNELLES, 2007, p. 74). Os depoimentos mostram o pânico moral de que abordar o tema da diversidade sexual sirva de estímulo e contágio uma sexualidade não normativa.

Relações de poder presentes de forma muito intensa e delimitadora nas escolas demonstram-se como um verdadeiro *entrave* para o trabalho de multiplicação do conhecimento construído durante o curso. São “tentativas de bloqueio”, como nomeou uma das entrevistadas, assumidas e exigidas por parte da direção, colegas professores ou famílias dos alunos. Uma das professoras sentiu-se desautorizada ao se disponibilizar a trabalhar a temática em demais séries pelo fato de a supervisora da escola ter argumentado que ela *não* poderia trabalhar numa turma que não era a sua. Ainda em outro momento, a mesma educadora foi interpelada com o motivo de estar “incitando as crianças para a homossexualidade”. Como se não houvesse a possibilidade de “estar trabalhando com aquilo ali pra ajudar ou orientar”. Os relatos das professoras mais jovens ou mais velhas, com mais ou com menos experiência se afinam em um aspecto: as dificuldades e os entraves encontrados para abordar o tema da sexualidade na escola para além de uma visão essencialista pautada na heteronormatividade. Não obtivemos relatos entre as nossas entrevistadas de nenhuma situação em que o debate sobre uma visão mais cultural, histórica, menos biológica da sexualidade e que incluísse a diversidade de orientações e a liberdade de expressão fosse bem vinda, aceita ou estimulada na escola. O relato da resistência da instituição escolar para um discurso mais abrangente e que incluísse o respeito à diversidade foi recorrente entre as entrevistadas.

Em compensação, a abordagem dada ao tema durante o curso (em especial os relatos e desabafos dos palestrantes) foi caracterizada por um número considerável de participantes como algo muito positivo. Para alguns, isso tornava a luta dos homossexuais realmente “visível”, “palpável”:

ver de perto as pessoas relatando as suas vivências, as etapas de vida, as barreiras que enfrentaram, o que fizeram para superar, como é que foi, ver o quanto foi difícil, foi complicado chegar até ali, pessoalmente eu achei super importante poder estar ouvindo aqueles relatos das pessoas e ver o quanto as pessoas fizeram para que houvesse condições.

Também foram mencionados os conhecimentos obtidos sobre a legislação a respeito dos homossexuais, o que já foi conquistado e o que ainda precisa ser legalizado. Além de conceitos jurídicos, uma entrevistada mencionou a obtenção de conceitos científicos:

eu percebo que o curso foi muito bom mostrando direitos, que a gente não tem muito acesso, que a grande maioria da população não tem acesso a esses direitos, as informações que são passadas no curso eu nunca tive.

## OUTRAS MANIFESTAÇÕES DA HOMOFOBIA

Um último aspecto interessante e que caracteriza sobremaneira o quanto a nossa cultura é homofóbica diz respeito ao relato de alguns professores que se viram alvo da homofobia dos colegas, amigos e parentes pelo simples fato de fazerem o curso. O simples fato de fazer o curso parece colocar em xeque sua heterossexualidade e até torná-lo(a) vítima de situações de homofobia. Uma das entrevistadas dessa pesquisa contou, em uma reunião de sua escola, que estava fazendo o curso, e uma colega do seu lado disse: “Bah! Tu tá fazendo esse curso, então tu pode ser lésbica e eu não vou nem sentar perto de ti, porque isso pode pegar...”. A colega se levantou e foi para o outro lado da sala. Durante a entrevista, pensou-se que se tratava de uma brincadeira, ao que a professora respondeu que a colega estava falando sério e que havia inclusive mudado seu comportamento em relação a ela. Da mesma forma, Nardi e Quartiero (2007) reportam relatos de professoras que foram pressionadas a abandonarem o curso pelos seus familiares, que viam como inadequado e maléfico o convívio com aquelas pessoas. Vale a pena reproduzir o relato de uma participante da pesquisa destes autores, que diz:

Eu estava sentada à mesa e falei alguma coisa do curso, e meu marido ficou furioso e disse que eu não deveria falar aquelas coisas na frente dos nossos filhos e eles têm 16 e 18 anos! Isso é ridículo, mas é o que eles pensam, os meus filhos acham o fim eu fazer esse curso (NARDI; QUARTIERO, 2007, p. 88).

Os pesquisadores ainda relatam que todas as professoras pressionadas pelas famílias ou maridos cederam aos apelos e abandonaram a formação, não fazendo o curso até o final. Sendo assim, é possível afirmar que homofobia na escola é um assunto complexo que atua em diferentes níveis e gradações, mas que se mantém como uma ameaça para uma sociedade mais justa e igualitária. Para concluir, acreditamos que o tema da sexualidade precisa encontrar respaldo institucional para se inserir nas salas de aula de todos os/as professores/as, devendo receber apoio não apenas da secretaria de educação, mas do governo do estado, de órgãos públicos e de organizações não governamentais. É preciso pensar na articulação de redes de informação para além dos cursos, que possam dar continuidade e apoio para que os/as professores/as consigam ser efetivamente multiplicadores/as das ações dessa política.

Por fim, se queremos pensar em uma transformação a longo prazo, é fundamental que a abordagem da sexualidade na escola seja estimulada pelas instituições e que haja formação continuada dos professores que devem ser iniciadas nos cursos de licenciatura. O referencial teórico sobre gênero e sexualidade deve ser matéria obrigatória na formação de todas as licenciaturas. A obrigatoriedade do estudo das teorias e debates sobre gênero e sexualidade traria efeitos positivos

não apenas para os grupos que sofrem com a discriminação por pertencerem às sexualidades não hegemônicas, mas também para se discutir e debater as relações de gênero tradicionais e conservadoras nas relações heterossexuais. Uma transformação em longo prazo é possível e a escola e seus professores devem receber, por muito tempo ainda, especial atenção das políticas públicas dessa área.

## REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Orientação Sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 281-315, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a12>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-587, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

BORGES, Zulmira Newlands; MEYER, Dagmar Estermann. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, vol.16, no.58, p.59-76, 2008.

BOHM, Alessandra Maria; DORNELLES, Priscila Gomes. Repercussões docentes: a produtividade do educando. In: PASINI, Elisiane (Org.). **Educando para a diversidade**. Porto Alegre: Nuances, 2007. 96p. p. 71-76.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2001. 144p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/documentos/004\\_1\\_3.pdf](http://portal.mj.gov.br/sedh/documentos/004_1_3.pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Dia Internacional Contra a Homofobia é celebrado em 17 de maio**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/noticia/dia-internacional-contr-homofobia-e-celebrado-em-17-de-maio>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadette da. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004. 426p.

EPSTEIN, Debbie; JOHNSON, Richard. **Sexualidades e institución escolar**. Ediciones Morata: Madrid, 2000.

FOUCAULT, M. **A História da Sexualidade**: A Vontade de Saber. Graal: Rio de Janeiro, 1988.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: discutindo práticas educativas. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MOTT, L. R. B.; CERQUEIRA, M. F. de; ALMEIDA, C. **O crime anti-homossexual no Brasil**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002. 180 p. Também pode ser acessado em <http://www.ggb.org.br/crime.html>

NARDI, Henrique Caetano; QUARTIERO, Eliana Teresinha. Subjetividade e sexualidade no cotidiano das práticas escolares. In: PASINI, Elisiane (Org.). **Educando para a diversidade**. Porto Alegre: Nuances, 2007. v. 1, p. 77-96.

NARDI, Henrique Caetano. Youth subjectivity and sexuality in the Brazilian cultural and educational context. **Journal of Gay and Lesbian Issues in Education**, Binghamton, NY, v. 2, n. 2/3, p. 127-133, 2006. Disponível em: [http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1300/J367v03n02\\_14#U\\_4qePldWSo](http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1300/J367v03n02_14#U_4qePldWSo). Acesso em: 27 ago. 2014.

SEFFNER, Fernando. Visibilidade e atravessamento de fronteiras. **Arquipélago Revista de Livros e Ideias**, Porto Alegre, v. 1, n. 7, p. 28-30, out. 2006.

RAMOS, Sílvia. Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In: GROSSI, M. P.; BECKER, S.; LOSSO, J. C. M.; PORTO, R. M.; MÜLLER, R. C. F. (Orgs.). **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond. 2005. p. 31-44.

RAMOS, Sílvia; CARRARA, Sergio. A Constituição da Problemática da Violência contra Homossexuais: a Articulação entre Ativismo e Academia na Elaboração de Políticas Públicas. **PHYSIS**: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 16(2):185-205, 2006.

# FAMÍLIAS COM IDOSOS NO RS: ARRANJOS E RELAÇÕES FAMILIARES NA VELHICE

MARÍLIA PATTA RAMOS

*Possui graduação em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestrado em Sociologia pela UFRGS, e doutorado em Sociologia pela Purdue University (2001). Concluiu seu pós-doutoramento no Programa Vilmar Faria (PVF) de Análise Quantitativa em Políticas Públicas no Population Research Center (PRC) da Universidade do Texas (2006). Atualmente é professora adjunta II no departamento de Sociologia da UFRGS.*

## INTRODUÇÃO

Os arranjos familiares representam formas de se organizar em termos de co-residência, isto é, com que se vive sob um mesmo teto e se mantém algum tipo de relação afetiva ou profissional: amizade, matrimônio, paternidade, cuidados de saúde (quando se vive com enfermeiros, por exemplo) e outros (WILMOTH, 2000). Os tipos de arranjos familiares mais comuns entre os idosos nos EUA são estes: morar sozinho ou com cônjuge somente (WILMOTH, 1998). Uma pesquisa feita com idosos no Rio Grande do Sul Brasil (RIO GRANDE DO SUL, 1997) revelou a situação similar àquela vivenciada pelos idosos americanos. No caso dos idosos no RS, 20% vive sozinho, 24% vive com cônjuge, 15% com cônjuge e filhos, 12% somente com filhos, 29% com filhos, cônjuges e netos.

Apesar de a literatura americana já ter mostrado que as características familiares são relevantes em termos de oportunidade para mudanças nos arranjos familiares, sabemos pouco sobre esse aspecto entre os idosos brasileiros e menos ainda sobre como as trocas sociais (dar e receber de forma recíproca ou não) podem influenciar mudanças naqueles arranjos. Em particular, pouco ou quase nada se sabe sobre o papel das trocas não balanceadas (dar mais que receber ou o contrário), com filhos, cônjuges, amigos e outros parentes nas mudanças vivenciadas pelos idosos gaúchos quanto aos seus arranjos familiares, isto é, com quem eles predominantemente acabam vivendo na terceira idade. Conhecer essa realidade possibilitará orientações, ao nível de políticas públicas, que visem atender aos idosos e promover uma qualidade de vida condizente com a realidade por eles vivenciada, em termos dos arranjos familiares.

Manter um arranjo familiar estável e independente na terceira idade tem sido alvo das preocupações dos gerontólogos, não só no Brasil, mas principalmente nos Estados Unidos, onde as pesquisas enfatizam a renda, a saúde, a raça e a estrutura da família como importantes determinantes nos arranjos familiares dos idosos em países desenvolvidos<sup>1</sup>.

O objetivo central da presente pesquisa foi identificar o efeito das trocas sociais não balanceadas nas transições nos arranjos familiares de idosos na região Centro-Oriental do Rio Grande do Sul. Esse objetivo foi atingido usando dados oriundos de duas pesquisas. Uma delas foi feita em 1995, refere-se ao estudo do Conselho Estadual do Idoso sobre o perfil do idoso no RS. A outra se refere à tese de doutorado da autora deste artigo, a qual pesquisou, em 2001, os mesmos idosos pesquisados em 1995<sup>2</sup>.

---

(1) Mutchler e Burr (1991), Soldo, Wolf e Agree (1990), Spitze, Logan e Robinson (1992).

(2) Convém ressaltar que, mesmo tendo sido feita há quase uma década, a pesquisa não

Especificamente, tivemos como metas do estudo a identificação do perfil dos arranjos familiares predominantes entre a população idosa da região centro-oriental do Rio Grande do Sul; a determinação de alguns dos principais aspectos que determinam a chance de vivenciar uma ou outra transição, em termos de arranjos familiares; a identificação do sentido e da dimensão da relação de causalidade entre as trocas sociais que os idosos travam com seus familiares e amigos e os arranjos familiares nos quais eles estão envolvidos; a determinação de quais outros aspectos, junto com as trocas sociais são causalmente determinantes dos diferentes arranjos familiares vivenciados na terceira idade.

## EXPLICAÇÕES TEÓRICAS SOBRE OS CONDICIONANTES DOS ARRANJOS FAMILIARES NA VELHICE

116

Para a perspectiva da “pessoa-ambiente” (LAWTON, 1982), o processo de envelhecimento engloba vários eventos, tais como a aposentadoria, um decréscimo na renda, um declínio na saúde, a morte do cônjuge e um aumento nas pressões do ambiente (isto é, demandas físicas e sociais que encorajam mudança e adaptação). Alguns desses eventos, tais como a morte do cônjuge, causam imediata mudança nos arranjos de vida, enquanto outros eventos, tais como declínio na saúde, forçam os idosos a reconsiderar se os seus arranjos são apropriados ou não. Em todos os casos, as adaptações permitem à pessoa idosa alterar seu ambiente social e físico, de tal forma que o seu funcionamento seja melhorado. Essas adaptações tomam várias formas incluindo a alteração da estrutura física do ambiente onde vivem, a alteração da composição do espaço doméstico da casa ou até mudanças para outros locais.

O conceito original de Lawton sobre a pressão do ambiente engloba ambos os aspectos, físico e social, do ambiente da pessoa. A partir dessa perspectiva, a pressão social nas mudanças dos arranjos familiares pode emergir da dependência que um idoso tenha nos filhos, parentes ou amigos. Essa ideia, a qual está baseada na Teoria das Trocas, explica a trocas entre idosos e outros membros da sua rede de relações como uma função dos recursos individuais, bem como dos custos e dos benefícios proporcionados pelas trocas para cada participante (BLAU, 1964; DOWD, 1975; HOMANS, 1961). As trocas sociais não balanceadas que beneficiam

---

deixa de ser válida, já que, no Brasil, sempre temos que lidar com defasagem de dados, tal como acontecem com os dados censitários do IBGE, os quais estão disponíveis somente a cada decênio. Além disso, a coleta de dados primários com amostras estatisticamente representativas (quase sempre muito numerosas) é algo que envolve altos custos e por isso não pode ser repetida com frequência.

os idosos são potencialmente importantes para prever transições nos arranjos familiares, porque elas medem a dimensão social da dependência dos idosos. Trocas sociais não balanceadas podem representar uma necessidade subjacente do indivíduo que está envelhecendo, a qual pode potencialmente ser respondida por ajustamentos nos arranjos familiares, ou ela pode ser o anúncio de um evento crítico, o qual igualmente pode alterar os arranjos de vida. Então, trocas sociais não balanceadas e o crescimento da dependência com relação aos outros podem ambos aumentar o nível de pressão social levando até a alterações nos arranjos familiares.

A partir dessa perspectiva da “pessoa-ambiente”, a qual é informada pela Teoria das Trocas, as transições nos arranjos de vida podem ser compreendidas como o resultado dos eventos do curso da vida que ocorrem no processo de envelhecimento. E mais, a influência desses eventos é mediada pelas características da pessoa idosa incluindo a natureza das trocas sociais, dos recursos financeiros, da saúde, e de outras características demográficas. A discussão que segue revisará brevemente a relevância de cada um desses aspectos para as transições nos arranjos familiares.

## RELAÇÕES DE TROCA NO ÂMBITO DA FAMÍLIA

Existe uma concordância de que as redes de trocas são ativadas nos momentos de necessidade, quando uma mudança na vida está iminente ou em processo<sup>3</sup>. Entretanto, existe pouca evidência direta de como o balanço nas trocas afeta os arranjos familiares dos idosos porque poucos estudos usam diretamente o balanço da assistência que os idosos recebem e que os idosos dão. A maioria das pesquisas prévias sobre arranjos familiares na terceira idade usam o conceito de suporte social e, como resultado, tendem a se centrar na estrutura da família imediata do idoso bem como no suporte recebido dos membros da rede social do idoso. Essas pesquisas prévias tendem a se priorizar uma das duas perspectivas alternativas que consideram o papel que o suporte social exerce nas transições dos arranjos familiares. A primeira conceitua o suporte social como uma forma de amortecer os efeitos negativos dos eventos comuns na velhice fornecendo assistência. A partir dessa perspectiva, o suporte social reduziria a probabilidade de transições nos arranjos familiares, principalmente a institucionalização (AVERY; SPEARE; LAWTON, 1989; COHEN; WILLIS, 1985). A segunda perspectiva vê o suporte social como um facilitador da mudança porque essas redes sociais promovem informação e oportunidade para as transições, especialmente dentro da

---

(3) Cantor (1980); Eggebeen e Davey (1998); Hogan, Eggebeen e Clogg (1993).

própria comunidade em que o idoso vive (SOLDO; WOLF; AGREE, 1990; SPITZE; LOGAN; ROBINSON, 1992).

Apesar de as pesquisas prévias proporcionarem *insights* sobre a influência do suporte social nos arranjos familiares, elas não consideram o balanço das trocas entre os idosos e os membros da rede social de suporte. Algumas pesquisas sugerem que o nível do comprometimento pessoal para continuar em trocas não balanceadas decresce à medida que nos movemos para abaixo nessa hierarquia de suporte sociais. Por exemplo, relações com pessoas que não são parentes, as quais podem ser caracterizadas como relações de troca que são frequentemente limitadas em escopo tendem a ter baixa tolerância para com trocas não balanceadas (CLARCK; MILLS; POWELL, 1986). Amigos e vizinhos não são obrigados a trocar ou se espera que participem menos em trocas não balanceadas. Como resultado, essas redes sociais tendem a se basear em suportes sociais de curta duração (GRIFFITH, 1985). Esse tipo de suporte é frequentemente necessário durante certos eventos no curso da vida, tais como a mudança dos filhos para longe da casa, o declínio da saúde do cônjuge, o declínio da saúde pessoal, os quais estão associados com transições nos arranjos familiares. Em complemento, trocas não balanceadas com amigos podem estar também associadas com transições nos arranjos de vida. Em contraste, a confiança para com redes de contato social com parentes tende a ocorrer quando os idosos necessitam cuidados pessoais de longa duração (BENGTSON; ROSENTHAL; BURTON, 1990). Apesar de essas necessidades poderem ocorrer antes das transições, as trocas não balanceadas que emergem dessas necessidades devem particularmente ser influentes na institucionalização ou mesmo na morte dos idosos.

Em complemento, a partir de uma perspectiva centrada na pessoa-ambiente, os arranjos de vida estão relacionados na confiança e dependência do idoso para com membros específicos de seu círculo social. Convém destacar que não é simplesmente a quantidade de suporte social que o idoso recebe que importa, mas sim em que grau ele é capaz de retribuir. Em geral, um idoso que recebe mais do que dá tem mais probabilidade de mudar seu arranjo familiar.

## CONDIÇÕES ECONÔMICAS E DE SAÚDE

Os recursos econômicos são reconhecidos pela maioria como facilitadores dos arranjos familiares independentes porque eles propiciam a possibilidade de compra de certas condições de moradia e serviços, os quais, por sua vez, possibilitam a independência. Pesquisas prévias têm mostrado que, considerando-se a falta

de problemas funcionais de saúde e a disponibilidade dos filhos, mulheres idosas com recursos econômicos têm maior probabilidade viverem sozinhas (SOLDO; WOLF; AGREE, 1990). A falta de recursos econômicos aumenta as chances dos idosos terem que viver com outras pessoas (SCHWARTZ; DANZIGER; SMOKE-NSKY, 1984; WOROBEY; ANGEL, 1990).

Com relação à saúde, é sabido que idosos com boa saúde, isto é, com poucas doenças crônicas, doenças sérias, limitações funcionais, ou baixa depressão estão mais preparados para manterem lares independentes. Em contraste, aqueles idosos que apresentam mais problemas de saúde possuem maior risco de co-residência ou institucionalização (MUTCHLER; BURR, 1991).

## CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

Estudos transversais e longitudinais nos EUA têm demonstrado que a idade e o gênero estão significativamente relacionados com os arranjos familiares na fase do envelhecimento. A proporção da população norte-americana que vive com cônjuge declina com a idade, enquanto a proporção que vive sozinha ou com filhos aumenta à medida que se envelhece. A idade aumenta o risco de se experimentarem transições nos arranjos familiares, particularmente transições relacionadas com a institucionalização e a morte. As mulheres têm maior probabilidade do que os homens de viverem sozinhas ou com os filhos. Essas diferenças de gênero relacionadas aos arranjos de vida devem-se primeiramente às diferenças em mortalidade entre homens e mulheres (SIEGEL, 1993). Especificamente, as mulheres têm maior probabilidade de enviudar e, como consequência, aumenta o seu risco de morar sozinha.

## A REALIDADE EMPÍRICA: METODOLOGIA E RESULTADOS

A análise usou dados de duas pesquisas feitas com idosos, com 60 ou mais anos de idade, na região Centro-Oriental do Rio Grande do Sul. Especificamente, foram utilizados dados referentes a 551 idosos entrevistados em 2001 residentes nos municípios de Santa Cruz do Sul, Rio Pardo, Candelária, Venâncio Aires, Cachoeira do Sul, Lajeado, Estrela, Encantado, Taquari e Teutônia. Os idosos foram recontatados através de uma amostra que já havia sido construída em 1995, em uma pesquisa patrocinada pelo Conselho Estadual do Idoso no Rio Grande do Sul.

A amostra de dez municípios foi selecionada ao acaso, de acordo com o tamanho da população e atividade econômica, de um total de 36 municípios que compõem a região Centro-Oriental do RS (IBGE). O número de setores censitários para cada município foi de 15% do total de setores em cada município. Entretanto, um mínimo de oito setores censitários foi selecionado para cada município para capturar a variabilidade de cada município e então oito casos (domicílios) foram selecionados em cada setor. Uma pessoa com idade de 60 anos ou mais foi entrevistada por domicílio.

Existe uma gama de dados, os quais foram obtidos através de um questionário fechado em 1995 e em 2001, relativos à estrutura das moradias, à estrutura da família, e às trocas sociais. É relevante destacar que perguntas referentes às mudanças nos arranjos familiares em termos de co-residência e de estado civil feitas em 1995 foram aplicadas novamente na pesquisa em 2001 para se captar as transições nos arranjos familiares entre os seis anos que separaram as duas pesquisas. As transições em termos de mudanças nos arranjos de vida englobam as seguintes categorias: “vive sozinho, vive com filhos somente, vive com parentes, vive com cônjuge somente, vive com cônjuge e filhos, vive com enfermeiro ou empregado(a)”. As categorias referentes às transições quanto ao estado civil englobaram as seguintes trajetórias: “de casado para viúvo, de viúvo para casado, de viúvo para casado e viúvo novamente, de casado para separado (divorciado), de solteiro para casado”. É importante enfatizar que não analisamos neste artigo as transições relacionadas com institucionalização.

Em função do fato de que 551 sujeitos foram reentrevistados em 2001 (e não toda a amostra de 1995), tivemos de considerar o problema do atrito na amostra, isto é, o aspecto das peculiaridades dos sujeitos que foram e os que não foram realocalizados. Os sujeitos reentrevistados provavelmente são aqueles com menos problemas de saúde e que, por isso, continuaram aptos a participar da pesquisa. Para resolver o problema do atrito na amostra, foi adotado um procedimento de checagem desse possível viés, através do uso de um termo de seleção, o qual não demonstrou ser significativo, o que nos permite dizer que não tivemos problema de atrito na nossa amostra.

Em termos das análises, foram usados basicamente “modelos de risco” (técnica da regressão logística), isto é, modelos que apontam as chances de se vivenciar uma transição nos arranjos de vida, em função de algumas variáveis independentes, onde as trocas sociais constituem a principal variável independente do modelo. Os arranjos de vida trabalhados foram estes: viver com cônjuge, viver sozinho, viver com cônjuge e filhos e viver com filhos. Os demais arranjos foram apresentados na análise descritiva, mas não foram incluídos nos modelos de risco por não serem expressivos na amostra pesquisada. Sendo assim, as transições de

arranjos baseiam-se em qualquer mudança naqueles arranjos citados acima, mais a mortalidade (isto é ter vindo a falecer de uma pesquisa para a outra, entre 1995 e 2001).

O gênero, a idade, o nível educacional, saúde, estrutura da família e a renda foram usados como variáveis de controle. O gênero foi usado como variável dicotômica, isto é onde 1 significa uma categoria, no caso ser mulher e ser branco, e zero as demais. O nível de educação vai desde analfabeto até segundo grau completo, onde primário completo será a categoria de referência. A renda foi medida em reais ganhos por mês *per capita*. A saúde foi medida pela depressão, pelo número de doenças sérias e crônicas e pelas limitações funcionais. Todas essas variáveis foram medidas em nível quantitativo (não dicotômicas). A estrutura da família foi medida pelo número de filhos, e pela frequência de contato com os filhos. A variável “trocas não balanceadas” foi medida da seguinte forma: as trocas sociais incluem medidas de ajuda recebida de familiares, ajuda recebida de amigos, ajuda dada a familiares e amigos. No caso estudado aqui, priorizamos aqueles sujeitos que recebem mais do que dão; sendo assim, no nosso modelo, a variável dependente foi um variável dicotômica na qual o valor 1 representa receber mais do que se dá e o valor zero dar mais do que receber e receber e dar em iguais proporções. Assim priorizamos as trocas que beneficiam os idosos e a análise centrou-se naqueles sujeitos que são beneficiados em contraste com aqueles que não são.

Em termos da análise feita, utilizamos modelos de risco, através de equações logísticas longitudinais<sup>4</sup>. Isto é, a variável ter ou não vivenciado uma transição de 1995 para 2001 (variável dicotômica) é função das trocas não balanceadas, das demais variáveis de controle em 1995 e do arranjo de vida em 1995.

## ARRANJOS FAMILIARES ATRAVÉS DO TEMPO

No que se refere ao primeiro objetivo do estudo, observamos que, com relação ao estado civil, não ocorreram mudanças significativas entre os quatro anos que separaram as duas pesquisas. Especificamente dentre os 551 idosos reentrevistados em 2001, a maioria (91,8%) não alterou seu estado civil. Sendo que, dos 45 idosos que alteraram seu estado civil, 48,8% deles enviuvou, 40% deles eram viúvos e casaram novamente, 4,4% deles divorciaram-se, 4,4% deles casaram, enviuvaram e casaram de novo e 2,2% eram divorciados e casaram novamente. Ob-

---

(4) Nesse tipo de modelo (logit), os resultados são apresentados na forma de razão de chance ou apenas podemos falar em chance. Assim sendo, quando o coeficiente da razão de chance ( $\exp b$ ) é maior que 1 significa que o grupo em questão tem chance de morar sozinho, por exemplo (OR-1) vezes maior que o grupo de referência (no nosso caso todos os outros tipos de arranjos domiciliares). E quando a razão de chance é menor que 1 significa que o grupo em questão tem probabilidade (1-OR) vezes menor do que o grupo de referência.

servamos, na Tabela 1, um percentual alto dentre aqueles que mudaram o estado civil e acabaram casando novamente.

Tabela 1 - Principais mudanças do estado civil entre 1995 e 2001

MUDANÇA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Enviuvaram	22	48,8
Eram viúvos e casaram	18	40,2
Se divorciaram	02	4,4
Casaram, enviuvaram e casaram	02	4,4
Eram divorciados e casaram	01	2,2
Total	45	100

Fonte: Elaboração própria.

Observamos que ocorreram algumas modificações significativas entre os anos de 1995 e 2001. O percentual daqueles que moravam sozinhos, moravam com netos e daqueles que moravam com cônjuges aumentou. Sendo que o percentual daqueles que moravam com cônjuge e filho(s), daqueles que moravam somente com filho (s), daqueles que moravam com filho (s) e netos(as), daqueles moravam com cônjuge, filho (s) e neto (as) ou com genros e noras diminuiu, conforme a tabela 2 abaixo. Podemos interpretar tais resultados considerando que o fato de passar a morar sozinho se explica pela desvalorização que o idoso representa na nossa sociedade utilitarista onde o processo de envelhecimento representa para muitos jovens uma incapacidade de contribuir na sociedade. Contudo, o fato de o percentual de idosos casados ter aumentado significa que existe uma tendência dos idosos em buscar apoio social entre aqueles da mesma geração, especificamente com um companheiro ou companheira. Isto nos parece extremamente relevante para a organização de políticas sociais voltadas à população idosa, pois devemos pensar em propostas que viabilizem contatos e trocas intrageração, já que parece evidente a tendência na busca de apoio social com pessoas na mesma faixa etária.

Tabela 2 - Percentuais para os diferentes arranjos de vida entre 1995 e 2001

(continua)

ARRANJOS DE VIDA	1995	2001
Mora Sozinho	18,5*	22,1
Mora com Cônjuge	24,0*	28,3
Mora com Cônjuge e filho(s)	15,4*	12,0
Mora com Filho(s)	12,3*	11,0

Tabela 2 - Percentuais para os diferentes arranjos de vida entre 1995 e 2001  
(conclusão)

ARRANJOS DE VIDA	1995	2001
Mora com Filho(s) e Neto(s)	13,0	12,3
Mora com Cônjuge e filho(s) e neto(s)	5,4*	4,2
Mora com genros e/ou noras	0,3	0,0
Mora com neto(s)	2,4	2,3
Mora com outros parentes	4,6	3,6
Mora com outras pessoas	4,13	4,0
Total	100	100

Fonte: Elaboração própria.

\* Diferença significativa ao nível  $p < .05$

## CONDICIONANTES DOS ARRANJOS FAMILIARES

No que se refere aos demais objetivos da pesquisa, os modelos logísticos estimaram as transições nos arranjos familiares predominantes na amostra estudada.

O efeito negativo da idade, encontrado nos modelos, indica-nos que, assim que o indivíduo envelhece, o risco de sofrer uma transição no seu arranjo familiar decresce. Aqueles indivíduos que vivem com cônjuge somente e com cônjuge e filhos estão significativamente mais propensos a vivenciar uma transição que aqueles que vivem sozinhos. O risco crescente entre aqueles que vivem com o cônjuge está relacionado com a morte do cônjuge. Então, não nos surpreende que o risco de vivenciar uma transição seja mais alto para mulheres, as quais são mais propensas a ficarem viúvas. Com relação às características dos filhos, o número de filhos e contato frequente com os mesmos (semanal), todos aumentam o risco de uma mudança nos arranjos de vida.

Apesar de a variável “trocas não balanceadas” ser significativa no modelo completo, quando controlamos pelas características dos filhos ela se torna insignificante. Isto indica que aqueles indivíduos envolvidos em trocas não balanceadas com filhos são aqueles com mais filhos e que interagem semanalmente com eles. É essa característica que aumenta o risco de vivenciar uma mudança nos arranjos de vida, e não necessariamente as trocas não balanceadas.

É interessante perceber que aqueles indivíduos envolvidos em trocas não balanceadas com amigos estão mais propensos a vivenciar mudanças nos arranjos de vida. Essa variável pode ser significativa porque as características das redes de amizade (exemplo: tamanho, frequência de contato e nível de intimidade) não

foram controladas em função de limitações com os dados. Então, a variável trocas com amigos pode estar capturando esses efeitos que não foram medidos.

A variável “trocas não balanceadas com amigos” foi marginalmente significativa no nosso primeiro modelo, o qual inclui como controles os arranjos de vida em 1995, características demográficas e variáveis sobre saúde. O coeficiente das trocas não balanceadas com amigos aumenta levemente no modelo onde controlamos por características dos filhos. Um exame da correlação entre estas variáveis indica que indivíduos que têm mais filhos ou estão em contato regular com os filhos estão menos propensos a receber assistência de amigos. Esse resultado é consistente com resultados de outros estudos os quais versam sobre a hierarquia dos suportes sociais.

Análises adicionais indicam que a dimensão emocional da assistência vinda de amigos, ao invés da assistência instrumental, está relacionada com um aumento na probabilidade de vivenciar uma mudança nos arranjos de vida. Isto nos sugere que os indivíduos já estão envolvidos em relacionamentos com amigos nos quais predominam trocas emocionais não balanceadas antes mesmo da morte de um cônjuge ou da saída de casa por parte de um filho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Outras pesquisas sistematicamente indicam que o processo de envelhecimento está relacionado com mudanças que afetam as transições nos arranjos familiares. Como sugerido por outros autores que trabalham na perspectiva da pessoa-ambiente (FERRARO; FARMER, 1995; LAWTON, 1982), a análise aqui apresentada demonstra que as transições nos arranjos familiares são o resultado de eventos no curso da vida que ocorrem durante o envelhecimento, no qual a influência é mediada por características da pessoa idosa e suas trocas sociais. As transições nos arranjos familiares podem ser pensadas como um processo de risco que muda à medida que a pessoa envelhece.

Esses resultados fornecem-nos uma informação pertinente para idosos que estão planejando sua vida futura, para pessoas responsáveis pela assistência aos idosos e para responsáveis pelas políticas públicas que se interessam em compreender as dinâmicas das transições nos arranjos de vida na fase da terceira idade. O próximo passo é identificar o grau em que o risco de transição relacionado com a idade é diferente daquele risco de transição que está relacionado com o período de tempo que o indivíduo se encontra no atual arranjo.

Os modelos também fornecem informação com relação aos processos de transição que variam com outras características individuais, tais como arranjos de vida no ano base (1995), saúde e trocas sociais. Aqueles idosos que vivem com cônjuge ou com cônjuge e filhos são mais propensos (isto é, estão sob maior risco) de vivenciar uma transição, que não a transição para a morte, em relação àqueles que vivem sozinhos.

A grande contribuição desta pesquisa é o *insight* que é fornecido no que se refere ao papel das trocas sociais nas transições nos arranjos de vida. Receber ajuda de amigos está positivamente relacionado com as transições. Como esperado, esses resultados fornecem-nos uma evidência adicional de que partes específicas das redes de suporte social são ativadas sob diferentes circunstâncias (LITWARK, 1985). Os membros da família, particularmente os filhos, estão frequentemente obrigados a prover assistência em termos de necessidades pessoais de longa duração, as quais estão associadas com transição para a morte. Por outro lado, as mudanças nos demais arranjos familiares evocam assistência de amigos, a qual é preferida quando existe a necessidade mais imediata do suporte emocional.

O mais importante é que esses resultados revelam o caráter do contexto social no qual as mudanças nos arranjos familiares acontecem. Ao invés de se pensar nas redes de suporte social ou como entrave ou como facilitadoras das mudanças, os resultados dessa pesquisa enfatizam o papel essencial que as trocas não balanceadas exercem na conformação de um cenário onde as mudanças podem ocorrer. Os modelos apresentados não sugerem que todas as mudanças nos arranjos familiares na fase da velhice sejam devidas às necessidades não alcançadas ou que trocas não balanceadas diretamente causem mudanças nos arranjos de vida por meio de pressão social. Ao contrário, as análises sugerem que relações que envolvem trocas não balanceadas são parte integral do processo de mudança. É mais provável que as necessidades do indivíduo idoso, ao invés da assistência que está disponível para atender aquelas necessidades, sejam o impulso para as transições nos arranjos familiares. Nós sabemos que os sistemas de suporte são ativados sempre que eventos críticos no curso da vida são iminentes ou estão em processo (CANTOR, 1980; EGGBEEN; DAVEY, 1998; HOGAN; EGGBEEN; CLOGG, 1993). Então não é inconsistente encontrar que trocas não balanceadas sejam um preditor significativo para as transições nos arranjos familiares porque as transições estão frequentemente ligadas aos eventos da vida, tais como a morte de um cônjuge ou declínio na saúde.

Dada a maneira como as trocas não balanceadas são medidas nesta análise, as medidas da troca poderiam ser significativas porque as pessoas que recebem mais assistência estão mais propensas a mudar seus arranjos de vida. Em outras palavras, pode não ser o balanço das trocas que seja importante, mas, ao invés, a quantidade absoluta da assistência recebida. Para testar esta hipótese, uma aná-

lise adicional foi feita, a qual testou os efeitos separados das trocas recebidas e dadas. Essa análise indicou que a assistência recebida está positivamente relacionada com as transições nos arranjos de vida, enquanto que a assistência dada está negativamente relacionada com as transições. Então, não é simplesmente a assistência recebida que afeta o risco de uma mudança nos arranjos familiares: ambas, a assistência dada e a recebida (isto é, o balanço nas trocas) são importantes. Do ponto de vista das políticas públicas, esses resultados enfatizam a importância de se valorizar o papel social dos idosos possibilitando que eles participem de trocas balanceadas e possam retribuir suportes recebidos, em complemento ao provimento de suporte formal para necessidades não atendidas.

## REFERÊNCIAS

AVERY, R.; SPEARE Jr.; A.; LAWTON, L. Social support, disability and independent living of elderly person in the United States. **Journal of Aging Studies**, Greenwich, v. 3, n. 4, p. 279-293, 1989.

BENGTSON, V.; ROSENTHAL, C.; BURTON, L. Families and aging: Diversity and Heterogeneity. In: BINSTOCK, R.; GEORGE, L. (Eds.). **Handbook on aging and the social sciences** (3rd ed). San Diego: Academic Press, 1990.

BLAU, P. M. **Exchange and Power in Social Life**. New York:Wiley, 1964.

CANTOR, M. H. The informal support system: Its relevance in the lives of elderly. In: BORGATTA, E.F.; MCCLUSKEY, N. C (Eds.). **Aging and Society: Current research and policy perspectives**. Beverly Hills, CA: Sage, 1980.

CLARCK, M.S.; MILLS, J.; POWELL, M.C. Keeping track of needs in communal and exchange relationships. **Journal of Personality and Social Psychology**, 51, 333-338, 1986.

COHEN, S.; WILLIS, T. Stress: Social support, and the buffering hypothesis. **Psychological Bulletin**, 98, 310-357, 1985.

DOWD, J. Aging as exchange: A preface to theory. **Journal of Gerontology**, 30, 584-594, 1975.

EGGEBEEN, D.J.; DAVEY, A. Do safety nets work? The role of anticipated help in times of need. **Journal of Marriage and the Family**, 60, 939-950, 1998.

FERRARO, K.; FARMER, M. Social compensation in adulthood and later life. In: DIXO, R.A; BACKMAN, L. (Eds.). **Compensating for psychological deficits and declines** (pp 127-145). Mahwah: Erlbaum, 1995.

GRIFFITH, J. Social support providers: Who are they? Where are they met and the relationship of network characteristics to psychological distress. **Basic and Applied Social Psychology**, 6, 41-60, 1985.

HOGAN, D. P.; EGGEBEEN, D.J.; CLOGG, C. C. The structure of intergenerational exchanges in American Families. **American Journal of Sociology**, 98, 1428-1458, 1993.

HOMANS, G. C. **Social behavior**: Its elementary forms. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1961.

LAWTON, M. P. Competence, environmental press and the adaptation of older people. In: LAWTON; M. Powell; WINDLEY, P.G.; BYERTS, T.O. (Eds.). **Aging and the environment**: Theoretical approaches (p. 33-59). New York: Springer, 1982.

MUTCHLER, J.; BURR, J. A longitudinal analysis of household and nonhousehold living arrangements in later life. **Demography**, 28, 375-390, 1991.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual do Idoso. **Os idosos do Rio Grande do Sul**: estudo multidimensional de suas condições de vida: relatório de pesquisa. Porto Alegre: CEI, 1997. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/3idade/pesquisas/Os\\_Idosos\\_do\\_RS\\_-\\_Relatorio\\_de\\_Pesquisa.pdf](http://www.ufrgs.br/3idade/pesquisas/Os_Idosos_do_RS_-_Relatorio_de_Pesquisa.pdf)>. Acesso em: 24 ago. 2014.

SCHWARTZ, S.; DANZIGER, S.; SMOKENSKY, G. The choice of living arrangements by the elderly. In: AARON, H.; BURTLESS, G. (Eds.) **Retirement and Economic behavior** (p. 229-253). Washington, DC: The Books Institute, 1984.

SOLDO, B.; WOLF, D.; AGREE, E. Family, households, and care arrangements of frail older women: A structural analysis. **Journal of Gerontology**; Social Sciences, 45, S238-S296, 1990.

SPITZE, G.; LOGAN, J.; ROBINSON, J. Family structure and changes in living arrangements among elderly nonmarried parents. **Journal of Gerontology**: Social Sciences, 47, S289-S296, 1992.

WILMOTH, J. Living arrangement transitions among America's older adults. **The Gerontologist**, 38, 434-444, 1998.

\_\_\_\_\_. Unbalanced Social Exchanges and Living Arrangements Transitions Among Older Adults. **The Gerontologist**, 40, 64-74, 2000.

WOROBAY, J.; ANGEL, R. Functional capacity and living arrangements of unmarried elderly persons. **Journal of Gerontology**: Social Sciences, 45, S95-S101, 1990.

# ENVELHECIMENTO, MASCULINIDADES E VULNERABILIDADE: PREVENINDO O HIV/AIDS

GABRIELA FELTEN DA MAIA

*Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Cultura e Saúde (GEPACS-UFSM). Professora da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).*

Este artigo visa a introduzir reflexões que emergiram a partir do trabalho de campo para a pesquisa de dissertação de mestrado, realizado no centro de uma cidade no interior do Rio Grande do Sul, entre dezembro de 2008 e outubro de 2009. A partir do acompanhamento das sociabilidades entre homens com mais de 60 anos no centro, através da técnica de observação participante, objetivou-se investigar as formas como homens apr(e)endem as marcas que definem corpos e sujeitos ditos “velhos”.

A discussão realizada estabeleceu um diálogo entre a relação de pesquisa com uma série de discussões teórico-metodológicas no âmbito dos estudos sobre velhice e envelhecimento, a fim de buscar a compreensão das formas pelas quais homens velhos, em um contexto específico, percebem, vivenciam e significam o processo de envelhecimento. Tomando os envelhecimentos e as velhices no plural, como uma multiplicidade de formas possíveis de significados, problematiza-se a visão de velhice como uma identidade fixa, imutável, unidirecional e universal.

Motivada pela questão inicial a respeito das diferentes leituras sobre as experiências de envelhecer que emergem nas imagens produzidas pelos sujeitos que envelhecem e na gerontologia, e pela mídia, entre outros atores envolvidos no processo de redefinição do envelhecimento, passei a problematizar os termos classificatórios utilizados para referir-se a população de mais idade. Os achados no percurso da pesquisa apontaram que há problemas relativos à constituição de uma identidade de “velho” a partir de características corporais, principalmente porque a ideia de velhice não é um elemento de identificação e reunião dos homens participantes dessa pesquisa. Os significados sobre as experiências de homens com mais de 60 anos possibilitaram-me perceber que o corpo era o *locus* de diferenciação entre o eu e o outro. Por isso, a sexualidade emergiu como um elemento importante de compreensão de modos de percepção dos envelhecimentos masculinos.

Episódios e conversas ocorridos com um importante informante permitiram compreender que gênero e sexualidade tornar-se-iam notáveis ferramentas analíticas para se pensar o envelhecimento masculino, haja vista que informam tanto sobre um conjunto de valores em jogo no processo de envelhecimento, quanto marcas que trazem os traços da masculinidade (e as relações com outras masculinidades, com o feminino, etc.) no processo de sociabilidade desses homens.

Percebi que as práticas dos homens não se integravam ao que se chama de “melhor idade” ou a um *ethos* relacionado à terceira idade. Mas se observou um esforço no sentido de afastarem-se das representações negativas da velhice, pois, a despeito de reconhecerem-se envelhecendo, os sujeitos estudados construíam um conjunto de mecanismos que os afastavam da categorização de velhos, entre eles a sexualidade emergia como um marcador.

Percorrer o espaço de homossociabilidade e compreender o lugar da sexu-

alidade na construção das velhices trouxe questionamentos a respeito da visibilidade que a sexualidade nessa etapa da vida tem adquirido a partir do discurso preventivo. A temática do sexo seguro e da prevenção ao HIV surge como uma instigante provocação, a partir dos dados coletados. Por isso, apresento, inicialmente, a etnografia, para então introduzir algumas interrogações para o campo das políticas públicas de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis voltadas às pessoas de mais idade.

## A SEXUALIDADE VALORIZADA

Os dados obtidos mostram que as vivências e as significações de homens com relação ao envelhecimento têm na sexualidade um elemento constitutivo. Um dos meus informantes, Plínio<sup>1</sup>, afirma que o interesse por relações sexuais extra-conjugais se deve ao fato de não ter outra coisa para fazer, já que está aposentado. Enquanto trabalhava, relata, não tinha tempo para pensar a respeito, pois começava a trabalhar cedo e saía tarde, por isso ia da casa para o trabalho e do trabalho para casa. Seu tempo era tomado pela preocupação com o trabalho, o sustento da família e em acumular alguma renda para o futuro. Mas, ao chegar à aposentadoria, sentiu-se liberto das obrigações de horários e trabalho, procurando outras formas de passar o tempo, encontrando na procura por parceiras sexuais uma forma de divertir-se:

É como pipa! [Pipa?] Não sabe o que é pipa? [Expressei que não compreendi a relação entre sexo e pipa] Tu sabe que o lugar onde o vinho fica chama-se pipa?! É como experimentar o vinho de diferentes pipas. [E o vinho de pipas diferentes têm gosto diferente?] Sim. Com cada uma será diferente. Com a esposa é de um jeito, com as outras mulheres é de outro... (Diário de Campo, março de 2009).

Esses relacionamentos desenvolvem-se a partir de dois modelos de relação, o namoro e a relação sexual. Plínio chamou a atenção para este fato ao comentar sobre seu interesse em estar sentado nos bancos da praça durante as tardes: “*Vou te falar sinceramente, porque eu tô aqui. Eu venho pra namorar.* [Como isso acontece?] *Eu me aproximo de alguma mulher, sento ao seu lado e começamos a conversar, se conhecer e se simpatizar*” (Diário de campo, dezembro de 2008). Plínio destaca que a procura por “namoro” não é um interesse exclusivamente seu, afirmando ser uma prática muito comum também entre outros homens que frequentam o local.

A relação estabelecida a partir do primeiro contato com alguma mulher,

(1) Todos os nomes são fictícios, a fim de preservar a identidade dos participantes.

caso prossiga em encontros frequentes no centro, configura a relação como um “namoro” e tem o objetivo de iniciar um relacionamento em que, futuramente, espera-se incluir relações sexuais. Os dois modelos de relação são diferentemente significados e são acionados sem a pretensão de desenvolver uma sequência que leve a um compromisso estável entre esses homens e as mulheres. O objetivo em um primeiro momento é investigar a possibilidade de uma investida sexual. Nessa etapa, qualificada como “namoro”, a conversa é predominante e torna-se um elemento importante para estabelecer uma relação. O próximo passo é o contato sexual, especulado e esperado pelos homens que procuram relacionar-se com mulheres no centro.

Pude evidenciar que a expectativa em torno do envolvimento afetivo-sexual subjaz a sociabilidade desses homens a partir de dúvidas quanto aos motivos da minha presença, bem como situações que a indicavam como uma possibilidade de investida sexual. A esse respeito, Plínio comentou que, na primeira vez que conversei com ele, um de seus ex-colegas de trabalho, que também estava na praça, observava-nos enquanto conversávamos. Após a minha partida, Plínio conta que ele aproximou-se e perguntou qual o meu interesse em conversar com ele e se eu era sua namorada. Em outra situação, um amigo de Plínio aproximou-se para conversar. Plínio me apresentou como estudante e pesquisadora e perguntou se ele não gostaria de participar como informante. Seu amigo respondeu que não, afirmando que apenas aproximou-se para verificar se eu não seria sua namorada.

Durante as entrevistas, muitos assinalaram o interesse por relacionamentos afetivo-sexuais com mulheres que fossem, pelo menos, 20 anos mais jovens do que eles. A preferência justificava-se pelo corpo jovem, considerado por eles mais desejável, enquanto o corpo das mulheres mais velhas era desvalorizado. Isso pode ser evidenciado na narrativa de Jorge:

A mulher fica velha aos 50. Depois que vem a menopausa, essas coisas... O que a mulher quer mais? O que o homem quer com a mulher? Fazer companhia. A mulher não tem mais condições de ter um filho, não tem mais nada. Então, fazer o quê? Já muda tudo. Para mim a mulher começa a ficar velha... Começa a ficar velha nos 50. Ela não é velha, mas começa. Dos 50 para os 60. Com 60 ela já é velha. Agora depende para que ela é velha ao 50, 60 anos. Pra fazer sexo, a mulher não presta mais depois dos 50. Depois vai fazer o quê? Termina... (Jorge, Diário de Campo).

Essas características fazem com que os relacionamentos sexuais se deem, em muitos casos, entre pessoas de gerações diferentes que geralmente envolvem um complexo processo de negociação entre dinheiro e sexo. Nessa negociação a barganha entre a contribuição financeira e a possibilidade de relacionamentos sexuais não ocorre de modo direto, através de valor previamente estipulado.

Viviana Zelizer (2009), refletindo sobre a relação entre dinheiro, sexo e po-

der, argumenta que há algumas complexidades que levam à mistura de relações sexuais com atividade econômica e que a compreensão das mesmas não pode ser bloqueada por descrições e explicações, baseadas em teorias que a autora chama de “Esferas Separadas”, “Mundos Hostis” e “Nada Mais”. A ideia de “esferas separadas” supõe que haja dois domínios da vida social que operam separadamente e por princípios diferentes (racionalidade x sentimento / atividade econômica x relações íntimas). Já as explicações do tipo “mundos hostis” dizem que qualquer mistura entre estas esferas separadas contamina e corrompe uma a outra. Aqueles que suspeitam de tais explicações, geralmente utilizam o “nada mais”. Os adeptos dessa explicação afirmam que amor, sexo e arranjos íntimos nada mais são do que mercadorias como todo o resto, pois o mundo todo nada mais é do que uma única e grande economia.

Para Zelizer (2009) a mistura de transações econômicas com relações íntimas pode ser considerada “boas combinações”, uma vez que a atividade econômica e a intimidade sexual intersectam-se o tempo todo, não funcionando como mercados, mas a partir de muitas negociações entre os parceiros a fim de que funcionem bem quando as pessoas fazem boas combinações das duas.

Em diversas conversas, ouvi homens referirem-se as mulheres como “*interesseiras*”, apenas cobiçando o dinheiro que, sabiam, iriam ganhar se pedissem a qualquer homem velho. Contudo, ainda que conscientes de tal interesse, os homens não deixavam de contribuir quando solicitada uma ajuda para passagem urbana ou compras no supermercado, por exemplo. Como comenta Adolfo:

Eu não quero companheira porque não dá certo. [*Por que não dá certo?*] Não dá o sistema. Eu gosto de baile, tu já não gosta, A outra não gosta. Outra já quer, ela já quer cem conto, a outra quer duzentos. Essas coisas nós não queremos. Elas não querem só o dinheiro não, é muita coisa a mais. Fazer o que elas querem, então elas tem que caçar níquel. [...] Mulher tem aos montes aí. Nós vamos a baile de noite, bá. E eu sou muito bom para as mulheres. Eu pago cerveja, pago janta. Não é tanto porque eu seja bonitinho. É que elas querem dinheirinho. Bom agora eu disse para a minha filha, eu tinha uma namorada, digo “eu vou largar essa namorada! Ela gasta todo o meu dinheiro”. Diz a filha... Sabe o que a filha me disse? “Só de amor ninguém vive pai. Tem que dar”. Aí eu passei a dar. Aí nós dormimos, fazemos amor, fizemos de tudo um pouco. Tem umas que não pedem, outras pedem (Diário de campo, maio de 2009).

Essa contribuição econômica, como se percebe, compõe um complexo processo de negociação em que uma boa combinação entre intimidade sexual e transações econômicas (ZELIZER, 2009) deve procurar ajustes que sejam compatíveis com o entendimento sobre o que define a relação, o que se espera da mesma e o que a sustenta. É nesse sentido que para estabelecer possíveis amantes ocasionais Plínio, por exemplo, sempre oferece ajuda financeira às mulheres quando essas a so-

licitam, considerando fazer parte de seu papel como homem e, por isso, espera em troca que essas mulheres retribuam aceitando envolver-se sexualmente com ele.

Zelizer (2009) aponta que dinheiro e intimidade sexual compartilham de propriedades comuns não como mercados, em que a contribuição financeira implica um negócio previamente acordado entre duas partes, mas como uma complexa negociação entre elas, a fim de que funcionem bem quando se fazem boas combinações entre dinheiro e sexo para promover satisfação entre as partes envolvidas. Contudo, por se tratar de um incessante processo de negociação, as combinações não funcionam de modo automático e, desse modo, nem sempre a contribuição financeira regular resultará em relações sexuais. Quando isso ocorre, provoca rompimentos, resultado da incompatibilidade entre a participação econômica dos homens e os privilégios que esperam receber das mulheres.

A esse respeito, Plínio comentou que já teve problemas com uma de suas namoradas. Explica que ela passou a solicitar constantemente ajuda financeira, a qual não negava. Contudo, percebeu que apesar de cada vez mais aumentar a quantia do auxílio, não estava recebendo nada em troca. Sentindo-se explorado, ele terminou o relacionamento com essa mulher, pois entende que uma relação não pode se configurar dessa forma, em que somente uma das partes participa, enquanto a outra, nada oferece. A partir dessa experiência, aprendeu a ser mais cauteloso, procurando não se envolver até o ponto em que possa sentir-se explorado. Percebe-se que subjacente à participação econômica dos homens está o interesse por privilégios sexuais que possam vir a ter das mulheres por eles ajudadas.

Ressalto que a descrição desses dados de campo ilustra as diferentes formas através das quais homens velhos podem elaborar sentidos para as suas experiências. O que pretendo ao apresentá-los é fornecer elementos para algumas problematizações que serão realizadas no decorrer da argumentação nas próximas seções desse capítulo a respeito do significado que a sexualidade adquire na constituição de maneiras de perceber o que seja velho e velhice.

#### *ENVELHECER COM VIRILIDADE: A SEXUALIDADE COMO MECANISMO DE RESISTÊNCIA*

Uma das especificidades do trabalho de campo quando se trata de abordar o tema sexualidade é a tarefa de observar um objeto que não é passível de observação, qual seja, as práticas sexuais. Por isso, a análise recai sobre o discurso produzido pelos sujeitos a respeito delas. O que se fala, portanto, torna-se um elemento capital para a compreensão de que as formas pelas quais se irá falar sobre sexualidade são expressivas do modo como os interlocutores estão significando-a. Desse modo, os discursos produzidos sobre a sexualidade são significações que informam sobre o modo como homens velhos estão representando uma série de

condições que marcam sujeitos como velhos e não velhos, a partir de marcas corporais que definem a capacidade para a atividade sexual.

Um exemplo no qual observo as significações produzidas sobre sexualidade e envelhecimento diz respeito à compreensão de que a manutenção da saúde física e capacidade funcional para a atividade sexual são condições para “*envelhecer com virilidade*”. Por isso, como afirma Adolfo, um homem somente será considerado velho se for incapaz de manter o exercício sexual frequente:

Nós levamos a vida, o restinho de vida meio... Se não dá para dar uma hoje, a gente dá outra, dá amanhã. A gente também tem as folgas da gente, né. Ou às vezes se quer muito esforça dá uma de manhã e outra de tarde, mas não é sempre, né. Risos [...] A gente encontra parceiras aqui. A hora que gente quer a gente chama uma. Tem aos montes aí (Diário de campo, maio de 2009).

Considero que no contexto de sociabilidade do centro há uma disposição cultural que se integra a um componente relevante nos contornos da masculinidade, a qual os homens se empenham em manter, seja através de performances jocosas ou da prática sexual: a importância de ser sexualmente ativo para a definição de uma identidade de gênero. Verifico que os significados associados à disfunção erétil e o consequente afastamento de certas prerrogativas que constituem a masculinidade surgem através de piadas e brincadeiras referentes ao avanço da idade, como anotação do diário de campo:

Xavier após ouvir minha resposta a pergunta sobre a minha idade e a idade de meu namorado olhou-me com um sorriso malicioso e exclamou: “*Espertinha, ahn?!*” Olhei-o sem entender do que se tratava, então perguntei: “*Por que meu namorado é mais novo?*” Então, Xavier respondeu: “*Espertinha, vai aproveitá-lo por mais tempo*”. Risos (Diário de campo, julho de 2009).

Compreendi então que ele se referia à diferença de idade entre meu namorado e eu e as vantagens que poderia obter com a diferença etária. A partir dessa brincadeira, percebi o quanto a sexualidade ativa, marcada pela ereção, era positivado como um elemento importante no processo de significação do envelhecimento.

Vale de Almeida (1996) argumenta que o corpo é investido simbolicamente como base existencial da cultura, de modo que o processo de incorporação dos significados de gênero passa a ser consensual e concretamente vivido. Como demonstra Ceres VÍctora (1997), as práticas e representações sobre o corpo, a sexualidade e a reprodução geradas em determinado contexto sociocultural são fundamentais para compreender como a internalização (*embodiment*) de um *habitus* de gênero dá forma e significado ao aprendizado relativo tanto à composição do corpo do homem quanto à identidade masculina.

A esse propósito, lembro a situação em que aguardando José, Xavier, curioso, aproximou-se e perguntou se eu estava esperando meu namorado. Expliquei-lhe que na realidade estava realizando uma pesquisa sobre envelhecimento e masculinidade, com velhos que vão ao centro, comentando sobre a pergunta que norteava a pesquisa: como homens envelhecem? Xavier e seu amigo, que estava próximo de nós ouvindo a conversa, riram e falaram:

Mas nós estávamos falando disso agora há pouco. Isso é uma coisa complicada. A gente envelhece na farmácia. Cheio de remédios. Estávamos falando sobre envelhecer com virilidade. Temos que envelhecer com virilidade. Tem aqueles que envelhecem de remédio. É aquele que vive na farmácia. Tem aqueles que morrem de remédio e outros de armário. Risos (Diário de Campo, julho de 2009).

Envelhecer com virilidade, portanto, significa envelhecer e manter a capacidade de ereção sem o uso de qualquer tipo de medicamento, como o Viagra, por exemplo. Informa que entre eles, quando reunidos no centro, é comum mostrarem o Viagra, afirmando fazerem uso frequente desse remédio. Contudo, afirma que a despeito da idade ainda consegue fazer sexo sem o uso de qualquer fármaco, frisando que mantém um bom desempenho, obviamente com limitações em função do avanço da idade.

A apresentação do medicamento uns aos outros indicam que, como destaca Bourdieu (2002), os homens, para serem reconhecidos pelos outros como fazendo parte do grupo de “verdadeiros homens”, devem afirmar constantemente sua virilidade, a fim de ser atestada e validada pelo grupo. Ao mesmo tempo em que Xavier afirmar manter uma sexualidade ativa sem a necessidade do Viagra marcava a condição de parceira potencial<sup>2</sup> que situava a minha posição na interação com esses homens. Em um jogo que me colocava como uma “namorada” dos informantes foi possível apreender que os sentidos produzidos sobre uma masculinidade viril para uma pesquisadora jovem tornaram-se uma das condições por meio das quais os homens empenhavam-se em demarcar a sua experiência pessoal de envelhecer como diferente da velhice enquanto decadência física, psíquica, social e sexual. É nesse sentido que o Viagra, no bolso ou na carteira, pode ser considerado uma imagem de masculinidade viril, na medida em que sinaliza, em primeiro lugar, que esses homens estão sempre prontos para ter relações sexuais e, em segundo, para se considerarem não velhos há necessariamente a passagem pela via corporal, na

---

(2) Meinerz (2007) utiliza o termo “condição de parceria potencial” para caracterizar a relação estabelecida no trabalho de campo a respeito da constituição da parceria homoerótica feminina, pois o interesse em pesquisar homossexualidade feminina implicou na possibilidade de investida sexual por parte das mulheres. No trabalho de campo com os homens velhos essa foi uma importante orientação metodológica para compreender os significados relacionados ao envelhecimento e o lugar da sexualidade em um processo de redefinição do que é ser homem e velho.

qual a capacidade de ereção, a virilidade, é condicionante da categorização.

Portanto, para esses homens a atividade sexual torna-se um dos indicativos de que o corpo, apesar do processo biológico de envelhecimento, ainda mantém as condições desejáveis para a sua realização. Assim, um corpo saudável e apto para a vivência da sexualidade demonstra que, apesar da passagem do tempo e o surgimento dos sinais de envelhecimento, o desejo não desaparece, e a capacidade de transformá-lo em ato se faz presente. Isso é condição para envelhecer com virilidade.

Bom, depende também da vivência do homem. Se o homem fuma, ele bebe bastante, se ele fuma bastante. O homem com 50 anos já tá virando também num velhinho já. Já começa a ficar, né... O sexo pra ele já começa a ficar, começa a desaparecer e tal e aí já vai mudando tudo. Agora o cara que nunca bebeu, não fuma e tal, se controla e tal, o cara aí vai mais longe... [...] Tem muito homem que se controla, mas têm outros que não. Se ele se controla aí ele vai mais longe. Ele vai mais longe pra fazer sexo (Jorge).

Esses elementos, a meu ver, sinalizam que os significados sobre o que venha a ser o sexual estão informando sobre um conjunto de valores que marcam traços de masculinidade como fundamentais para a constituição das identidades, entre eles o desempenho sexual apoiado na expectativa da penetração. Por isso, a ereção é extremamente valorizada tanto como constituinte da masculinidade desses homens quanto como marcador de diferença. Como destaca Mauro Brigeiro (2002) a respeito de sua pesquisa sobre sexualidade e envelhecimento em um universo de sociabilidade masculina:

*As performances exibidas denotam que as práticas relacionadas à sexualidade são centrais para o gênero masculino e, no universo pesquisado, parecem manter esse valor ao longo de suas vidas. A despeito das limitações que o envelhecimento físico impõe ao exercício sexual, eles tentam demonstrar – seja através da jocosidade, seja por meio dos comentários e da simulação das práticas sexuais – a importância da virilidade na interação com os outros membros do grupo (BRIGEIRO, 2002, p. 196).*

Vale de Almeida (1996) destaca que o modelo cultural de masculinidade é um modelo ideal que serve de padrão de avaliação, definição, aquisição, manutenção e de disputas de atributos que visam a constituir a pertença ou não ao modelo. Trata-se de um modelo que não é atingível por nenhum homem, mas exercer efeitos de poder entre homens e mulheres concretos. Sendo a masculinidade constituída por assimetrias (como heterossexual/não heterossexual) e hierarquias (de mais a menos “masculino”), é ao nível cotidiano, nas interações, permeadas por relações de poder, que ocorrem as negociações, conforme contextos socioculturais. É necessário considerar, assim como pontua Brigeiro (2002, p. 197) sobre o contexto de pesquisa estudado, que entre os homens velhos entrevistados parece compor-se um modelo de masculinidade *hiperviril* a partir de categorias de percepção de uma

certa concepção ideal de masculinidade.

Hoje em dia com essa nova, com esse novo remédio, aí essas coisas, inclusive os velhos fazem. Eu não sei. Acho que contam vantagem. Eles contam vantagem, Viagra no bolso, mostrando. Têm muitos aí. Tu vai ali. Tu quer ver velho, tem o clube dos coroas ali, quarta-feira. Vai ali e tu vai ver velho de montão com viagrinha no bolso. Tem de tudo. As velhinhas também são... Não é só os homens, as velhinhas também gostam. Velhinha aí com 70, 75, 80 anos que não dão folga. Ainda mais com o Viagra. Estimulante. Dilatador. Aí vai embora (Diário de campo, julho de 2009).

Depois de uma certa idade a gente tem que ter argumento pra contentar a mulher, né. Tu entende, né? Argumento físico. Pra não dizer direto sabe, tu sabe. A mulher não precisa de nada disso. O homem precisa. Chegar com uma polenta velha braba não adianta, né. [...] Agora só com remédio. Só com o Viagra. Eu sou um cara. Vou te dizer, vou ser sincero. Eu tomo comprimido mesmo. Tomo e carrego junto comigo. Eu tenho no bolso aqui comigo. Se caso eu encontrar uma pessoa eu vou e tomo (Jorge).

Com base no exposto, é correto afirmar que é através da relação entre o *habitus* construído segundo uma di-visão sexuada do mundo e a organização do contexto de sociabilidade no qual se inserem, segundo esta di-visão que se engendram os investimentos em um modelo de masculinidade. A importância da sexualidade nas ações cotidianas desses sujeitos está associada ao empenho em reconhecerem-se nesse modelo, que de modo mais geral também se integra a um movimento de resistência.

Isso não significa que estejam empenhados em um processo de negação da velhice através da construção de um novo *ethos* e adoção de novos projetos para obterem um envelhecimento bem-sucedido. Pelo contrário, como argumenta Debert (1988), os homens velhos tendem a ser mais conscientes do processo de envelhecimento e reconhecerem que não são mais jovens e, conseqüentemente, não possuem mais a mesma disposição para manter o mesmo ritmo de determinadas atividades. No entanto, não querem ser posicionados e posicionar-se no modelo de velhice assexuada e em decadência física, psíquica e social. Por isso, procuram estratégias por meio das quais possam diferenciar a experiência de outros sujeitos considerados pertencentes ao modelo de velhice de suas experiências individuais de envelhecimento.

É nesse sentido que para os homens, a capacidade de manter relações sexuais com penetração e sem utilização de medicamentos é determinante para nomear sujeitos como velho e não velho. Os discursos produzidos, seja através de piadas, seja de relatos sobre as relações sexuais, são significativos para compreender as estratégias por meio das quais esses homens diferenciam sua experiência de envelhecer das condições que possam defini-los como velhos.

A sexualidade, assim, associa-se ao empenho em reconhecerem-se em um modelo de envelhecimento que de modo mais geral torna-se uma prerrogativa para uma velhice ativa e saudável. Por isso, pode ser pensada como um dos mecanismos encontrados pelos homens velhos para demarcar que *velho* é sempre o outro.

## SEXUALIDADES, ENVELHECIMENTOS E VULNERABILIDADES: ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES

A partir do valor que adquiriu a ereção e a manutenção da atividade sexual, marcada pela penetração, para que os homens pesquisados pudessem falar de sua velhice é que se passou a refletir sobre as políticas públicas e estratégias de prevenção às DSTs e HIV/AIDS para a população com mais de 60 anos.

A emergência da epidemia de HIV/AIDS e o crescimento do número de casos notificados de contaminação pelo vírus na população com mais de 50 anos tem provocado o debate sobre as tendências da epidemia que coloca em evidência um novo grupo etário como vulnerável<sup>3</sup>. A legitimidade que vem ganhando o estudo sobre o tema, aliando a crescente pulverização do imaginário social da figura da velhice assexuada ao discurso preventivo tem justificado esforços em procurar descrever os fatores relacionados ao seu aumento e compreender a percepção dos mesmos em relação a considerarem-se ou não vulneráveis. Assim, temos uma valorização do prazer e da sexualidade como um imperativo social e uma das condições para um envelhecimento bem sucedido articulando-se a noção de sexo seguro, perceptível em campanhas, como a promovida pelo Ministério da Saúde com o slogan “*Sexo não tem idade para acabar. Proteção também não*”<sup>4</sup>.

Análises sobre atitudes e práticas sexuais da população entre 15 a 64 anos, apontaram que 20,5% das pessoas com 50 anos ou mais afirmaram utilizar regularmente o preservativo com qualquer parceiro, e que esse índice reduz-se quando

(3) No boletim epidemiológico sobre a AIDS e DST, de 2013, foi apontado, entre 2002 e 2013, uma tendência de aumento na taxa de detecção de casos de AIDS entre adultos com 50 anos ou mais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

(4) A campanha “*Sexo não tem idade. Proteção também não*” foi organizada pelo Ministério da Saúde - Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais, tanto no Dia Mundial de Luta contra a AIDS, em 1º de dezembro de 2008, quanto no Carnaval de 2009. No dia 1º de dezembro de 2008, Dia Mundial de Luta Contra a Aids, a campanha foi direcionada aos homens. No carnaval de 2009, ela retornou com foco nas mulheres. A campanha, ao tratar de assuntos ligados à relação sexual entre homens e mulheres com mais de 50 anos, insere-se em um contexto de redefinição dos significados da velhice, visto que traz a imagem de homens e mulheres alegres, sexualmente ativos e conscientes da importância do uso do preservativo para a obtenção do prazer, além de uma forma de melhorar a qualidade do sexo depois dos 50 anos.

a parceria é fixa, 10% (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011). Estudos sobre o perfil e as atitudes e práticas sexuais de pessoas com mais de 60 anos demonstram que a invisibilidade da sexualidade na velhice na atenção à saúde e a pouca quantidade de campanhas preventivas para essa população podem contribuir para a vulnerabilização, tendo em vista que, mesmo com o conhecimento das formas de contágio e as formas de proteção, o uso de preservativos ainda é baixo nas relações sexuais (MASCHIO et al., 2011)

Em estudo sobre comportamento sexual e conhecimento sobre DST/AIDS, realizado em 2005 com pessoas de mais de 50 anos, Magali Olivi, Rosângela Santana e Thais Mathias (2008) constataram que, do total de pessoas pesquisadas, 72,4% tiveram relações sexuais nos últimos seis meses, e 83,1% responderam que não utilizaram preservativo na última relação. Conforme os autores, apesar do conhecimento das formas de transmissão das doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS poucos velhos adotam o uso do preservativo como forma de proteção em razão dessa prática não fazer parte de sua cultura, já que a AIDS é uma doença recente e essa população não se perceberia vulnerável à DST/AIDS. Na opinião desses indivíduos, o campo da prevenção deve estar atento ao posicionamento dos sujeitos velhos diante das noções de risco, proteção e vulnerabilidade, no que se refere ao comportamento sexual, procurando desenvolver ações que objetivem reverter a tendência de aumento da incidência das DST/AIDS na população com 50 anos de idade ou mais.

Conforme Pelúcio e Miskolci (2009), o advento da epidemia da AIDS na década de 80 configurou um conjunto de normas, parâmetros e diretrizes que instituíram novas maneiras de lidar com a sexualidade em que os sujeitos devem adotar comportamentos que visem a prática de sexo seguro. Conforme os autores, o discurso preventivo depositou especial atenção ao uso dos corpos e de seus prazeres, de modo que “o ‘risco’ foi o termo estruturador da hierarquia dos deleites do sexo” e “prevenir-se do risco pressupunha a possibilidade de adotarem condutas racionalizadas” (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009, p. 138).

Dagmar Meyer, Carin Klein e Sandra Andrades (2007) afirmam que a epidemia HIV/AIDS ao possibilitar o surgimento do conceito de sexo seguro e a necessidade de se falar sobre o tema da sexualidade permite adentrar, no campo da educação em saúde, o quadro referencial da vulnerabilidade. Contudo, longe de projetos educativos em saúde que seguem inscritos em uma perspectiva de transmissão de conhecimento especializado às pessoas leigas, a vulnerabilidade deve ser pensada a partir de contextos culturais e discursos que estão imbricados na produção de subjetividades e organização de relações sociais, produzindo modos de ser e viver.

No que se refere à sexualidade, Meyer, Klein e Andrade (2007) argumentam que essa questão ainda tem sido tematizada sob o enfoque do risco, seguindo

o referencial médico no campo da educação em saúde, circunscrito no indivíduo e passível de correção através da conscientização e na necessidade de negociar o sexo seguro com o parceiro. Para as autoras, tal fato não leva

[...] em conta as condições sociais e estruturais que definem as posições de poder (e de hierarquia) no âmbito das práticas de gênero e de sexualidade e sem problematizar as formas pelas quais as diferentes culturas representam as masculinidades e as feminilidades hegemônicas, o amor e o prazer sexual, viabilizando ou não possibilidades concretas para essas “negociações” (MEYER; KLEIN; ANDRADE, 2007, p. 231-32).

A aparente visibilidade da sexualidade na velhice, que o aumento do índice de contaminação por HIV proporciona, provoca uma mudança de olhar sobre a velhice, incitando ações de conscientização da população mais velha no sentido da importância do uso do preservativo como parte de suas práticas sexuais correntes. Contudo, se a exigência do desempenho sexual – capacidade de ereção para penetração é constituinte dos processos de subjetivação dos homens como sujeitos gendrados e o envelhecimento é acompanhado pelo fantasma da perda da capacidade de ereção, torna-se importante introduzir outras variáveis na constituição de estratégias de prevenção.

Para Dagmar Meyer et al. (2004), apesar do investimento em ações educativas nos últimos anos, as estratégias de prevenção de HIV/AIDS precisam apoiar-se em estudos que incorporem as teorizações de gênero produzidas pelo campo de estudos feministas. Nesse sentido, é preciso olhar para os corpos de homens velhos como também marcados pelo gênero, sexualidades e geração e, assim, dar maior atenção às formas como esses homens velhos conduzem sua vida sexual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O significado produzido sobre envelhecimento está inserido em um campo, dinâmico e conflitante, de produção de práticas e discursos que permitem reconhecer e agrupar sujeitos como velhos ou não, a partir de determinados estatutos corporais. Isso significa dizer que sujeitos são posicionados – e posicionam-se – como velhos ou não a partir da forma que se concebe o corpo que envelhece.

Por muito tempo o debate e as preocupações sobre o envelhecimento estiveram ligados ao trabalho, à vida social, a atividades lúdicas e ao cuidado dos netos. A sexualidade figurava como um tema exterior a essa etapa da vida e esteve envolta por preconceitos. Mas mudanças que vem ocorrendo nas últimas décadas no contexto demográfico, epidemiológico, social e econômico brasileiro têm inci-

tado modificações nas imagens e olhares sobre velhice e envelhecimento, resultam em um olhar mais atento para o comportamento sexual de um segmento da população que está envelhecendo.

Por isso, procurou-se destacar que as reflexões sobre as expectativas e aspirações com relação à experimentação sexual na velhice devem considerar as marcações de gênero que atravessam os modos de perceber e viver a sexualidade na velhice. Fica evidente a importância que discussões sobre vulnerabilidade e políticas de prevenção ao HIV/AIDS para a população de/ com mais de 60 anos incorporem as reflexões a respeito de como as marcas de gênero e geração modelam representações e práticas no campo da sexualidade.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRIGEIRO, M. M. C.. Envelhecimento bem-sucedido e sexualidade: relativizando uma problemática. In: BARBOSA, R. M.; AQUINO, E. M. L.; HEILBORN, M. L.; BERQUÓ, E. (Orgs.). **Interfaces: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 171-206.

DEBERT, G. G. Envelhecimento e representações sobre a velhice. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6, 1988, Olinda. **Anais...** v. 1. ABEP: Olinda, 1988, p. 537-556.

MASCHIO, M.B.M.; BALBINO A.P.; DE SOUZA P.F.R.; KALINKE L.P. Sexualidade na terceira idade: medidas de prevenção para doenças sexualmente e transmissíveis e AIDS. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 32, n. 3, 2011, p. 583-589.

MEINERZ, N. E. Um Olhar sexual na investigação etnográfica: notas sobre trabalho de campo e sexualidade. In: BONETTI, A. L.; FLEISCHER, S. (Org.). **Entre Saias Justas e Jogos de Cintura**. Santa Cruz do Sul; Florianópolis: EDUNISC, 2007, p. 123-154.

MEYER, D. E.; SANTOS, L. H. S.; OLIVEIRA, D. L.; WILHELMS, D. M. 'Mulher sem vergonha' e 'traidor responsável': problematizando representações de gênero em anúncios televisivos oficiais de prevenção ao HIV/AIDS. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, 2004, p. 51-76.

MEYER, D. E.; KLEIN, C.; ANDRADE, S. S. Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: implicações educativas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, 2007, p. 219-239.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim Epidemiológico - Aids e DST**: Aids em indivíduos de 50 anos ou mais de idade. Brasília, Ano 5, n. 1, 2008. Disponível em: <[http://www.aids.gov.br/sites/default/files/Boletim2008\\_versao1\\_6.pdf](http://www.aids.gov.br/sites/default/files/Boletim2008_versao1_6.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de conhecimentos, atitudes e práticas na população brasileira**. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2011.

\_\_\_\_\_. **Boletim Epidemiológico - AIDS e DST**. Brasília, Ano II, n. 1, 2013. Disponível em: < [http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2013/55559/\\_p\\_boletim\\_2013\\_internet\\_pdf\\_p\\_\\_51315.pdf](http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2013/55559/_p_boletim_2013_internet_pdf_p__51315.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2014.

MISKOLCI, R.. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Dossiê Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, 2009, p.150-182.

OLIVI, M.; SANTANA, R. G.; MATHIAS, T. A. F. Comportamento, conhecimento e percepção de risco sobre doenças sexualmente transmissíveis em grupo de pessoas com 50 anos e mais de idade. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v.16, n. 4, 2008, p. 1-8.

PELÚCIO, L.; MISKOLCI, R. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. **Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 1, 2009, p. 125-157.

VALE DE ALMEIDA, M. Género, masculinidade e poder: revendo um caso do Sul de Portugal. **Anuário Antropológico 95**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 161-190.

VÍCTORA, C. G. Os homens e a constituição do corpo. **Corpus – Cadernos do NUPACS**, Porto Alegre, v. 5, p. 1-33, 1997.

ZELIZER, V. A. Dinheiro, poder e sexo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 32, 2009, p. 135-157.

# CONTINUIDADES, MUDANÇAS E DESAFIOS DO SERVIÇO DOMÉSTICO NO BRASIL<sup>1</sup>

JUREMA GORSKI BRITES

*Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (RS). Pesquisadora do Grupo Tebas/Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Gênero e Saúde – Gepacs – e chefe do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (RS).*

ALEXANDRE BARBOSA FRAGA

*Professor substituto da Faculdade de Educação da UFRJ. Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. Mestre em Sociologia pelo mesmo Programa. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pelo IFCS/UFRJ.*

---

(1) Uma versão semelhante deste artigo foi publicada em Trayectorias. Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Autonoma de Nuevo Leon, v. 15, p. 3-19-19, 2013.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a mídia brasileira vem fazendo um alvoroço em torno do “sumiço das trabalhadoras domésticas”. Muito frequentemente, jornais e revistas de grande circulação exibem manchetes e reportagens referindo-se ao desaparecimento dessas profissionais do mercado de trabalho:

A algumas horas do início de 2012, a advogada paulistana Silvia Hauschild, mãe de dois filhos, se preparava para **a ceia de Ano-Novo, tranquila. Ela confiava na ajuda** que receberia de uma diarista, mas estava errada: **sem nenhum aviso, a empregada faltou**. “Tínhamos convidados para a ceia e para um churrasco no dia 1º e, de repente, fiquei na mão”, diz Silvia. O imprevisto que aconteceu com a advogada na entrada de 2012 poderia ser explicado apenas como um acidente de percurso, mas não. **Ele faz parte de um quadro muito maior, que marca a entrada do mercado de trabalho brasileiro no século XXI: o sumiço das empregadas** domésticas como existem hoje. **A mãe da advogada**, de sólida classe média, **tinha empregadas em casa noite e dia. Silvia tem uma empregada que não dorme em casa e sabe que não pode contar indefinidamente com ela**. Nos próximos anos, essa personagem, que já foi onipresente nas casas brasileiras de maior renda, vai simplesmente deixar de existir, ao menos da forma como a conhecemos (CORONATO et al., 2012, grifos nossos).

**A casa sem empregada**: agências que oferecem serviço eventual de faxineiras. Eletrodomésticos mais práticos e compactos. Comida congelada e produtos de higiene mais eficientes e concentrados. Alta expressiva no número de famílias que optam por diaristas. Vale-tudo para **compensar a escassez de empregadas domésticas mensalistas no Brasil** (ISTO É, 2013, grifos nossos).

Em 2011, essa queixa contou com o respaldo do ex-ministro da Fazenda, Delfim Netto, que, em entrevista a um programa de televisão, referiu-se às empregadas domésticas como animais em extinção:

Há uma ascensão social visível. A empregada doméstica, infelizmente, não existe mais. Está desaparecendo. Quem teve este animal, teve. Quem não teve, nunca mais vai ter (NETTO, 2011).

O que parece paradoxal, além da postura aparentemente preconceituosa do ex-ministro<sup>2</sup>, é que, ao compararmos esta percepção da realidade com os dados

---

(2) Devido à repercussão e ao pedido de retratação feito por uma ONG, Delfim Netto, mais de um mês após a entrevista, no dia 10 de maio de 2011, registrou no 8º Cartório Tabelião de Notas da capital paulista um pedido público de desculpas. Nele, ele afirmou que a intenção foi mostrar que, no processo de ascensão social em curso na sociedade brasileira, a figura deste profissional tende a desaparecer, e que não desejou referir-se a esse grupo de trabalhadores de maneira pejorativa. Considerou o episódio uma “tempestade num copo d’água”, que ocorreu em razão do uso de uma expressão infeliz, pelo qual ele se penitencia.

estatísticos das agências oficiais, verificamos que existem mudanças no cenário do mercado de trabalho para trabalhadoras domésticas no Brasil, mas nada indica seu desaparecimento. Na verdade, o trabalho doméstico remunerado, na última década, refluíu em torno de 1,4% da população nele envolvida. Segundo os dados do IBGE<sup>3</sup>, em 1999, o trabalho doméstico ocupava 17,2% das mulheres economicamente ativas, reduzindo-se para 15,8% em 2008 (FRAGA, 2013).

Mas essa redução, embora pequena, não se manteve, pois em 2009, a ocupação como trabalhadora doméstica voltou a crescer no Brasil, perfazendo o percentual de 17% da população feminina economicamente ativa. Já segundo a PNAD<sup>4</sup>, em 2011, o trabalho doméstico caiu para terceiro lugar entre as ocupações que mais empregam mulheres no país (15,6%). Poderíamos supor que se esboçava uma tendência definitiva de queda, indicadora de uma melhoria nas condições de vida das trabalhadoras. No entanto, devemos refletir sobre o contexto dessas variações, a julgar pelo número de 6.707 milhões de trabalhadoras domésticas e as precárias condições de trabalho. Para se apontar um desaparecimento, os dados deveriam indicar uma queda brusca e constante, mas não é isso que se verifica. Há muito mais uma intercalação de aumento e diminuição do que uma clara curva decrescente.

Então, como explicar a percepção da população brasileira de que estão sumindo as trabalhadoras domésticas? Por que essa impressão parece ser tão forte ultimamente? Não queremos, a priori, considerar que a população não seja capaz de interpretar a realidade, antes estamos interessados em compreender as representações sobre essa atividade laboral que vem, de um lado, alarmando a população e, de outro, pela primeira vez neste país, trazendo notoriedade a essa parcela dos trabalhadores, tão presente nos últimos tempos tanto nas conversas privadas quanto nos debates públicos. Nesse sentido, nosso argumento neste capítulo é o de que a percepção de um suposto desaparecimento das trabalhadoras domésticas é, na verdade, a percepção de uma alteração nos padrões de servilismo, ou seja, nas formas como essa ocupação é exercida.

Tal percepção, estudada no ponto 1 deste trabalho, deixa claro, então, que parece haver mudanças visíveis nessa ocupação, de forma que, para compreender a realidade do trabalho doméstico atualmente no Brasil, é preciso refletir sobre suas continuidades, mudanças e desafios. Sendo assim, em termos de continuidades, analisaremos, nos pontos 2 e 3, a inserção da mulher no mercado de trabalho em dois polos opostos, sendo o que corresponde ao serviço doméstico o mais precarizado e fragilizado no que diz respeito à proteção e à regulação. Em termos de mudanças, refletiremos, no ponto 4, sobre as modificações na Constituição do país por conta da chamada “PEC das Domésticas”. E, ainda, observaremos, no ponto 5, as transforma-

---

(3) IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

(4) PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

ções dessa atividade em relação ao aumento do número de “diaristas”. Em meio a essas mudanças e continuidades, caberá avaliar, na conclusão, se atualmente está havendo uma melhora ou intensificação no processo de precarização das trabalhadoras domésticas. Balanço esse que nos leva a um conjunto de desafios para cujo enfrentamento políticas públicas e outras ações do Estado poderão certamente contribuir.

## DESAPARECIMENTO DAS TRABALHADORAS OU ALTERAÇÃO NOS PADRÕES DE SERVILISMO?

Se a percepção tão em voga de que as trabalhadoras domésticas estão desaparecendo não se mostra compatível com o que os dados estatísticos apresentam, esse hiato existente precisa de uma explicação que busque compreender seu sentido. Porque tanto alarde por parte dos empregadores quanto ao sumiço dessas trabalhadoras? Para responder a essa questão, vale a pena analisarmos o caso relatado mais acima pela Revista *Época*, pois ele poderá nos indicar um caminho produtivo para chegarmos a uma chave explicativa para essa incongruência entre uma empiria qualitativa, ligada à percepção das pessoas, e uma empiria quantitativa, baseada nos dados produzidos pelo IBGE e por outros órgãos de pesquisa.

146

Na situação narrada pela revista, o sumiço de uma diarista no Ano-Novo foi interpretado como prova do desaparecimento dessas trabalhadoras. Na verdade, a trabalhadora não sumiu. Ela faltou, boicotou. Mais do que o desaparecimento do serviço doméstico como profissão, esse evento nos remete às táticas de resistência reconhecidas pela literatura “como armas banais dos grupos com relativamente pouco poder” (SCOTT, 1985, p.16). Os estudos sobre as relações de poder apontam para o fato de que os muito fracos raramente enfrentam os poderosos de frente. Em geral, não têm o objetivo de se contrapor ao sistema estabelecido de forma incontestante, antes procuram pelas sabotagens, motins, assaltos – formas de resistência cotidianas que operam nas bordas do sistema, mas que não têm como reverter as condições estabelecidas (BRITES, 2001).

Provavelmente, a contradição entre a sensação das pessoas das classes mais abastadas (aquelas que podem contratar alguém para realizar o trabalho doméstico) de que não existem mais empregadas domésticas no Brasil e as evidências demográficas contrárias, de persistência do trabalho doméstico, é provocada por uma alteração nos padrões de servilismo que os subalternos estão dispostos a suportar. O que estão desaparecendo não são os trabalhadores domésticos, mas determinadas configurações dessa relação de trabalho, que, entre continuidades e mudanças, vão dando origem a outras, talvez um pouco menos assimétricas e

menos assentadas na tradição. Uma subserviência que passa a ser marcada por uma série de limites e de fronteiras mais visivelmente delineadas, sobretudo no que diz respeito à disponibilidade de tempo.

Sendo assim, o problema é menos o desaparecimento e mais um saudosismo por parte dos empregadores de como eram essas relações anteriormente, explicitado na frase “não se fazem mais empregadas como antigamente”. Esse tipo de discurso, como percebe Sansone (2003), faz parte de um contexto em que as jovens que entram na ocupação geralmente a consideram algo provisório e não pretendem fazer dela uma profissão definitiva. Se há outras possibilidades de trabalho, elas não parecem dispostas a seguir à risca um servilismo com as mesmas características toleradas pela geração anterior, bem como internalizar uma postura de submissão pessoal. O que parece estar desaparecendo, então, ou ao menos diminuindo, é um tipo de trabalhador e de relação de trabalho. Algo, inclusive, constante na história do serviço doméstico brasileiro.

Seguindo essa lógica, embora a mídia venha chamando atenção, nos últimos anos, para um suposto sumiço das trabalhadoras domésticas, essa sensação esteve presente, com mais ou menos força, ao longo da história dessa ocupação no Brasil. Isso pode ser percebido, por exemplo, em uma crônica do João do Rio, importante cronista carioca do início do século XX, publicada na *Gazeta de Notícias*, em 23 de outubro de 1910, chamada “A crise dos criados”. Nela, ele relata o desespero de uma dona de casa que não conseguia arranjar uma empregada, tendo naquele ano passado por sua residência 96 trabalhadoras. O problema era conseguir o que ela considerava um bom criado, já que a comparação era feita com o tempo dos escravos. Ou seja, a crise dos criados acabava sendo, segundo a crônica, prova de progresso:

Não há criados, há homens transitariamente empregados ao serviço de outros, enquanto não arranjam coisa melhor. E a crise social do criado é uma das formas demonstrativas do progresso, do progresso geral e da alma imperialista e bárbara do futuro brasileiro, que em todas as coisas quer ser chefe. Quaisquer que sejam as medidas municipais e policiais a respeito, o mal só tende a aumentar. Dentro de dez anos, os criados – ainda os haverá no Rio? (RIO, 2006, p. 105).

Crise essa que ganhou as páginas dos jornais em diferentes décadas, como podemos verificar nesses trechos do *Jornal do Brasil*. Enquanto o dos anos 1950 a confirma, o dos anos 1970 tenta desfazer essa impressão:

As duas cartas são verdadeiramente um S. O. S. de aflição. Assinadas por duas donas de casa em mal de crise doméstica, traduzem perfeitamente as agruras do momento e retratam com a singeleza da verdade o mal do tempo. Trata-se de tão falada e debatida questão da criadagem. Quem pegar um jornal de domingo, onde páginas e páginas são consagradas aos anúncios, verificará incontinenti a que ponto chegou a crise em que se veem a

braços as desgraçadas donas de casa. Copeiras a Cr\$ 1.600,00, cozinheiras a Cr\$ 2000,00, babás a Cr\$ 2800,00 se oferecem comumente aos infelizes que delas necessitam (CELSONO, 1954, p. 8).

O velho costume de ter em casa vários serviçais que jamais se opunham às determinações dos patrões criou nestes a impressão de que tudo mudou. Mas na verdade as empregadas domésticas não existem em menor número agora do que na década passada: as correntes migratórias continuam trazendo uma farta mão de obra feminina que em sua maioria acaba por se fixar no trabalho de servidor doméstico. As mudanças registradas se deram noutro plano e nem o aumento de salários, por si só, pode explicá-las (RIBEIRO, 1976, p. 5).

Em todas as épocas, há essa sensação de que os empregados estão desaparecendo, justamente porque a forma como eles se apresentavam anteriormente está sempre dando lugar a outras, em vista das transformações dessa ocupação ao longo do tempo. Em relação ao contexto social do presente, podemos recolocar a questão do seguinte modo: o trabalho doméstico no Brasil não declinou seus índices de ocupação de mão de obra feminilizada e precarizada, mas o país vem melhorando em termos do leque de opções para a população de mais baixa renda? O que temos observado é que outras formas de trabalho remunerado têm se aproximado das taxas de ocupação feminina no serviço doméstico, como o caso das comerciárias e do número crescente de mulheres ocupadas no setor de serviços. São em geral mulheres mais jovens e com melhores níveis de escolaridade que têm encontrado espaço de trabalho nesses setores. Por sua vez, a população de trabalhadoras domésticas, sejam elas diaristas ou mensalistas polivalentes, tem envelhecido. O que pode indicar que as mais jovens estejam encontrando melhores possibilidades de trabalho.

Existem também padrões de transformação demográfica nas famílias empregadoras, muito pouco estudadas no Brasil<sup>5</sup>. Há uma queda enorme da fecundidade, as famílias têm encolhido o número de filhos. Novos padrões de recasamento têm apresentado um grande número de famílias recompostas e de mulheres chefes de família. A mulher de classe média aderiu ao mercado de trabalho em uma proporção muito parecida com a da população economicamente ativa masculina e passou a contar com alguma automação da vida no lar. Além disso, a oferta de creches e escolas integrais caminha a passos curtos, assim como a oferta de serviços (estatais ou não) que facilitem as tarefas domésticas. Dessa forma, a demanda por outra pessoa para cumprir as tarefas do trabalho reprodutivo se mantém em alta.

No entanto, essa demanda, assim como a oferta que a atende, aos poucos, vão mudando seu perfil. Pode-se chamar atenção para a pouca disponibilidade de

---

(5) Ressaltamos como exceções que têm começado a pensar em termos do perfil dos empregadores a dissertação de mestrado, posteriormente publicada em livro, de Alexandre Fraga (2013) e a pesquisa coordenada pelo DIEESE (2011).

trabalhadoras polivalentes residentes, favorecendo o trabalho de diarista, que vem crescendo, o que, a despeito das condições difíceis que apresentam, oportuniza melhores graus de autonomia. Dona Eva, trabalhadora com mais de 25 anos de trabalho em uma residência teve seu contrato encerrado há poucos meses. Depois de anos de dedicação, imaginava receber uma considerável quantidade de dinheiro no momento da rescisão. Mas não tinha noção de que as trabalhadoras domésticas não possuem esse direito assegurado por lei. Apesar dos presentes e das visitas constantes da ex-patroa saudosa, sente-se traída.

Não trabalho mais fixo. Nunca mais. Agora só assim: faxina. Faço as que posso, o dia que eu escolho. Nunca mais quero aquele compromisso de estar lá, sob chuva, sob sol, na casa dela. E no final, eu vi que toda a minha dedicação não valia nada (Notas do diário de campo de Jurema Brites).

Há uma década, estudos ressaltavam que nenhuma jovem deseja ser trabalhadora doméstica, mas depois de entrarem precocemente na vida materna e com um mercado de trabalho restrito, elas acabavam direcionando-se para a profissão de suas mães e avós, como o melhor que havia em uma situação desfavorável (BRITES, 2001). Hoje existem indícios de que algo está mudando, mas a realidade ainda não deu tempo para verificar se as mudanças vieram mesmo para incluir as jovens mais pobres em melhores condições de trabalho (FRAGA, 2013). De todo modo, o que parece que irá mesmo declinar é o trabalho doméstico para mensalistas. E a julgar pela desproteção reinante em relação às tarefas das diaristas, ainda não podemos ser tão otimistas.

Portanto, embora haja continuidades importantes, um conjunto de mudanças, do qual fazem parte as transformações da família brasileira, o crescimento de outras ocupações que têm empregado as mulheres, principalmente jovens, o estabelecimento de relações de trabalho doméstico menos pessoais e mais delimitadas em vários sentidos, e a alteração nos padrões de servilismo, tem levado a mídia e parte da população a um alarde sobre o fim dessa ocupação. Em vez de desaparecimento, o que há é uma alteração nas formas como é exercida. Seja nas matérias da imprensa de hoje ou do passado, as sucessivas “crises” que essa ocupação enfrentou e enfrenta são descompassos entre as expectativas dos empregadores e as relações de trabalho como elas de fato se apresentam empiricamente em determinado momento.

## MERCADO DE TRABALHO: POLOS DE EXPANSÃO E POLOS DE PRECARIIDADE

As análises sobre o mercado de trabalho e gênero têm mostrado que nos últi-

mos anos, no Brasil, a inserção da mulher no mercado de trabalho vem se dando de forma definitiva e diferenciada. A franca conquista de um polo de expansão, no qual as brasileiras cada vez mais ocupam espaços em profissões de maior prestígio, qualificação e rendimento, contrasta com um polo precarizado de continuidades, com situações de extrema fragilidade salarial, de relações de trabalho exploradoras, de ausências de proteção e de reconhecimento social (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000).

Comparando o intervalo entre os anos 1993 e 2005, por exemplo, observamos que o mercado de trabalho realmente incorporou a mulher brasileira. A população feminina economicamente ativa no Brasil aumentou de 39,6% para 43,5%. Entretanto, enquanto profissões tais como medicina, magistratura, arquitetura e até mesmo as engenharias (que se mantêm mais arrefecidas na inclusão da mão de obra feminina), expandem campos de trabalho tradicionalmente restritos à população masculina, outros campos persistem bastante feminilizados e precarizados. Trata-se das empregadas domésticas, seguidas pelas trabalhadoras do setor do comércio, as professoras, as técnicas em enfermagem e as ligadas aos serviços sociais<sup>6</sup>.

Esses setores ocupacionais empregam a maioria das mulheres economicamente ativas no país. No total, essas ocupações envolvem 50,5% das mulheres assalariadas no país. A comparação das formas de inserção e condições de trabalho dessas categorias pode ilustrar o lugar que o trabalho doméstico assume no Brasil, enquanto uma ocupação de gênero, de cor e de classe social. Nossa intenção ao propor essa rápida comparação é indicar que, no quadro das profissões femininas precarizadas, o serviço doméstico conta com as piores condições. Entre as semelhanças desses conjuntos de atividades, é imediatamente perceptível o grau de feminilização dessas ocupações, assim como a característica de envolverem funções relacionadas à área dos cuidados<sup>7</sup>.

Mesmo que nas últimas décadas a participação da população economicamente ativa tenha variado nessas ocupações, a proporção de mulheres no interior das categorias ocupacionais tem se mantido mais ou menos idêntica ao longo desse tempo. A taxa de mulheres atuantes no serviço doméstico permanece em torno dos 98,6% em relação aos homens. Na educação, o índice feminino nas primeiras nove séries chega a 88%. No comércio e serviços de reparação, as taxas femininas são menores (40,2%), mas trata-se de um setor ocupacional que cresceu muito nos últimos anos como possibilidade empregatícia para mulheres (DIEESE, 2011).

(6) Como não dispomos dos dados brutos, nem sempre foram apresentadas as mesmas variáveis para todas as ocupações analisadas. No entanto, optamos por insistir na abordagem comparativa, pois não é comum na maior parte da literatura.

(7) Na mesma linha de Solís (2009), utilizamos o conceito de “cuidado” como um vasto e diversificado campo que envolve as atividades específicas de reprodução da vida, o afeto e os serviços que dão total atenção ao outro, tomando para si mesmo as necessidades dele. Na sociedade ocidental, tais ocupações historicamente têm sido realizadas por grupos de mulheres, de dentro ou fora da família, e com marcas étnicas, de classe e de idade específicas.

## PROTEÇÃO E REGULAÇÃO

Dentre essas ocupações, os profissionais da educação são os que desfrutam de maior regulação das relações de trabalho. A despeito da debilidade das condições de trabalho em algumas regiões (o Brasil é um país territorialmente enorme e com grandes contrastes), os contratos empregatícios são regulares e no setor público o ingresso se dá por meio de concurso público. Em 1996, a LDB<sup>8</sup> estipulou a valorização da profissão de professor em termos de planos de carreira, mas o marco regulatório não chegou a se estabelecer em todos os municípios brasileiros. As professoras do ensino infantil (que atendem crianças entre 3 e 6 anos), em 2006, receberam em média R\$ 559,00 (U\$195,18) na rede privada, e R\$739,00 (U\$258,03) no setor público, para uma média de 30 horas trabalhadas. As professoras do ensino fundamental receberam, em média, R\$735,00 (U\$256,65) na rede privada e R\$912,00 (U\$418,73) na rede pública.

Mesmo sendo uma categoria mal remunerada, entre as professoras não existe tanta relatividade de contratos como entre as comerciárias. As professoras, em geral, ou possuem contrato de trabalho estabelecido na carteira de trabalho ou são estatutárias (ou seja, têm regime de trabalho regulado por estatuto próprio do setor público), particularmente desde a promulgação da Constituição de 1988.

No ano de 2010, segundo o DIEESE<sup>9</sup>, entre as mulheres ocupadas no comércio, 60% mantinham relações de trabalho formalizadas. Além disso, na maioria das regiões, cumprem uma jornada de trabalho entre 44 e 47 horas semanais, o que ultrapassa o marco legal (44 horas). Mesmo que a maior parte das mulheres que trabalha no comércio tenha idade entre 25 e 39 anos (dependendo da região essa taxa varia entre 45,1% e 52,6%), um terço delas encontra-se entre 16 e 24 anos. Estudos indicam que tem aumentado significativamente a oferta de postos de trabalhos para mulheres jovens no setor do comércio e, pela primeira vez, este setor mostra-se tão atrativo quanto o serviço doméstico. Provavelmente, o aumento da escolarização das mulheres brasileiras seja um fator estimulante desse processo.

Muito diferente é a condição das trabalhadoras domésticas. Qualquer que seja o quesito, a fragilidade de suas condições e relações de trabalho é mais exacerbada. Muitos estudos mostram que as trabalhadoras domésticas geralmente estão entre as mulheres consideradas mais pobres do país; que possuem educação mínima, grande parte delas são migrantes e suas culturas e etnias são aviltadas (BRITES, 2001).

Além de gênero, o trabalho doméstico tem cor e classe no Brasil. O trabalho

---

(8) Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

(9) Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

doméstico no país está associado à herança escravista e colonial, quando mulheres africanas e indígenas foram alternadas na realização de tarefas reprodutivas na casa das elites. As investigações sobre o tema ressaltam unanimemente a presença majoritária de mulheres negras na contratação contemporânea da trabalhadora doméstica. Em 2009, 61,6% das profissionais do serviço doméstico eram negras, enquanto 38,4% brancas (PINHEIRO; FONTOURA; PEDROSA, 2011). Esses indicadores estão sempre associados à pobreza e à precariedade da escolarização. A mesma investigação demonstra que, em 2009, as trabalhadoras domésticas brancas possuíam em média 6,4 anos a mais de estudo do que as trabalhadoras negras<sup>10</sup>. O estudo de Fraga (2013) revela a baixa escolaridade das trabalhadoras domésticas como um todo: em 2008, 76,6% dessas mulheres tinham menos de 4 anos de instrução e 8,4% não sabiam ler e escrever.

Em 2009, a média salarial do trabalhador doméstico no Brasil para aqueles que trabalhavam apenas para um empregador (mensalistas) foi de R\$383,95 (U\$ 192,94) e para aqueles com mais de um empregador (diaristas) foi de R\$ 425,11 (U\$ 213,62) por um mês de trabalho.

A comparação com outras categorias profissionais indica que as trabalhadoras domésticas ocupam os mais baixos degraus de remuneração no país. Em décadas recentes, houve um leve aumento na remuneração das trabalhadoras domésticas. Esse aumento é mais significativo em termos da renda auferida individualmente pelas diaristas que na realidade aumentam seu número de horas de trabalho, oferecendo seus serviços muitas vezes em mais de uma residência por dia. No entanto, Melo et al. (2005) demonstrou que o aumento relativo do salário desta categoria além de estar relacionado com a estabilidade da moeda, está também com a demanda e a oferta de serviços:

Possivelmente, o que explica a permanência das domésticas, tanto aqui como no resto do mundo, seja o desequilíbrio na distribuição de renda pessoal. Como esta tem se acentuado na economia mundial, as disparidades de rendas entre famílias ricas e pobres possibilita e incentiva esse tipo de trabalho, e, nessas circunstâncias, gera-se uma demanda permanente por serviços domésticos, especialmente por parte das famílias com crianças pequenas e nas quais as mães trabalham fora de casa (MELO; PESSANHA; PARREIRAS, 2002, p. 108).

Ao compararmos os ganhos profissionais no Brasil, é possível perceber que, mesmo com as melhorias salariais atingidas na década de 90, quando se verificou que o aumento dos salários dos empregados domésticos foi um pouco acima do aumento do salário mínimo, esses trabalhadores encontram-se ainda nas mais baixas

---

(10) Ainda se observam disparidades regionais de salários, escolarização, formalização das relações de trabalho, sempre com desvantagens para as trabalhadoras negras. Ver Bernardino-Costa et al.(2011).

faixas de remuneração salarial do país<sup>11</sup>. Também é importante observar a proximidade entre os salários das comerciárias, das professoras de ensino fundamental e das trabalhadoras domésticas. Embora a desvantagem do emprego doméstico se acentue pelo montante maior de horas trabalhadas. Importante notar a exaustiva jornada de trabalho dos trabalhadores domésticos: 42% trabalham entre 20 e 40 horas, e 29,8% trabalham mais de 44 horas. Soma-se a isso que esta categoria, até então, não possuía direito a pagamento de horas extras.

Tomando de Fraga (2013) os dados sobre o envelhecimento da categoria, vemos uma concentração de trabalhadoras domésticas entre 30 e 44 anos (aumentou de 28,4% em 1992 para 41,8% em 2008). Esse autor indica que a faixa entre 18 e 24 anos representa 12% das trabalhadoras em 2008, enquanto foram 24,7% em 1992. Confirmando o envelhecimento da categoria, temos as mulheres entre 45 e 59 anos no segundo nível de concentração etário da categoria (eram 11,4% em 1992 e em 2008 26,2%).

## MUDANÇAS NA REGULAÇÃO E A PEC DAS DOMÉSTICAS

Um tema que assume grande relevância é o de que, em relação aos processos regulatórios da atividade, o trabalho doméstico recebeu proteção legal muito tardiamente no Brasil. Apenas em 1972 foi editada a primeira lei que conceituou e definiu os direitos dos (as) trabalhadores (as) domésticos (as). Essa lei define o empregado (a) doméstico (a) como aquele (a) que presta serviço de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas.

Embora a regulação legal significasse um avanço, as garantias eram mínimas na lei de 1972: direito a férias anuais de 20 dias úteis; anotação de carteira de trabalho; seguro obrigatório da previdência social. Aos poucos, outros direitos foram se incorporando de forma tão fragmentada que ficam evidentes as resistências de reconhecimento e de tratamento equânimes conferidos a essa categoria profissional. Em 1987, foi garantido o direito ao vale-transporte. Em 1988, no processo da reforma constitucional, os trabalhadores domésticos foram incluídos no artigo 7º, o qual legisla sobre o direito dos trabalhadores urbanos e rurais do país. No final dos 34 incisos, um parágrafo único discrimina a categoria de trabalhado-

---

(11) O aumento de salário dos trabalhadores domésticos na década de 1990 foi importante para as faixas salariais entre 0,8 e 1,2 salários mínimos, o que em si já demonstra o baixo nível de remuneração dessas trabalhadoras. Deve-se remarcar também para o período um aumento para aqueles que ganham acima de três salários mínimos.

ras domésticas com o seguinte texto:

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social (BRASIL, 1988)<sup>12</sup>.

Em termos de sua interpretação, o Parágrafo Único do Artigo Sétimo serviu como parâmetro para desqualificar a igualdade de direitos desta categoria frente aos demais trabalhadores brasileiros. Muitas emendas legais foram impetradas desde então, ratificando que o texto constitucional não é interpretado como forma ampla de direitos. Assim, em 2001, foi acrescido um item à lei 5.589 de 1972, facultando o acesso ao FGTS<sup>13</sup> e ao Seguro Desemprego. Em 2006, uma nova alteração estabelece o descanso remunerado nos feriados, 30 dias corridos de férias e estabilidade à gestante, além de proibir o desconto por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene e moradia. Desta forma, as próprias emendas de lei mostram a inaplicabilidade de equanimidade em relação a essa categoria. A despeito de haver legislação magna, continuava-se a desconsiderar, ao menos nas discussões jurídicas, como direito dos trabalhadores domésticos: horas extras, adicional noturno e hora reduzida, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, salário-família e multas trabalhistas.

Com a aprovação da Convenção 189 e da Recomendação 201 na 100ª Assembleia da OIT, o reconhecimento legal do trabalho doméstico como uma atividade profissional com plenos direitos trabalhistas começou a ficar mais perto de ser conquistado.

Durante 20 anos se despendeu esforços para mudança constitucional e finalmente no dia 26 de março de 2013 foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 478/10 que retirou o parágrafo único do artigo 7º da Constituição Brasileira, tornando inconstitucional a desigualdade legal que os (as) trabalhadores (as) domésticos (as) carregaram por tantas décadas. Em julho de 2013, seis meses após a promulgação do texto constitucional, já havia um consenso sobre texto da regulamentação da lei que enviado à Câmara dos Deputados. Posteriormente seguiu para o Senado Nacional. No entanto, desde então a aprovação da estagnou, pois o Deputado Romero Jucá (PSDB-RR) alterou em seu relatório do projeto de lei<sup>14</sup>.

(12) Esses direitos são: salário mínimo; irredutibilidade do salário; 13º salário; repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; férias remuneradas; licença-maternidade; licença-paternidade; aviso prévio; e aposentadoria.

(13) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

(14) Doze pontos ainda pendente de regulamentação: Obrigação do registro de jornada de trabalho; hora extra valendo 50% mais que a normal; descanso de uma hora com possibilidade de redução para meia hora diária; jornada de trabalho parcial de até 25 horas semanais por uma hora extra por dia; férias fracionadas em dois períodos; jornada de trabalho

A despeito de todos os confrontos que retornaram na hora de transformar as conquistas constitucionais em lei, ainda sabemos que mudar a letra da lei não é garantia de direitos protegidos. Há um princípio legal de inviolabilidade da privacidade dos lares brasileiros que serve de argumento para que o Estado não encontre meios de fiscalizar os contratos de trabalho domésticos efetuados dentro dos domicílios particulares. Então a despeito da regularização legal, outro desafio enorme para o Estado é como construir formas de fiscalização destas relações de trabalho, ambientadas no espaço privado dos lares, bastante blindadas aos agentes do Ministério do Trabalho.

Mesmo com todas essas ambivalências e desvantagens jurídicas, apenas 26,8% dos (as) trabalhadores (as) possuem carteira de trabalho assinada, ou seja, 73,2 % permanecem na informalidade (Brasil, 2011, p. 4). Embora esforços venham sendo feitos para mudar essa situação de informalidade, esse índice não melhora substancialmente há décadas. Há enorme resistência dos patrões em regularizarem legalmente o vínculo trabalhista, até mesmo porque grande parte da categoria recebe menos do que um salário mínimo. E essa situação ainda é pior quando olhamos para as diaristas, que no Brasil não são protegidas por leis trabalhistas.

Segundo Montecelli (2013, p. 120), estudando a realidade do trabalho doméstico no Paraná, caso todas as reformas proposta na PEC 478/10 fossem aprovadas na íntegra “a diferença anual para os empregadores seria de R\$1.158,00, distribuindo o orçamento pelos doze meses o custo seria de R\$96,50 por mês”. Um dado extremamente surpreendente que demonstra a tradicionalidade das relações entre patrões e empregados domésticos no país.

## DIARISTAS: NOVAS TENDÊNCIAS

Além dessas disparidades em relação aos demais trabalhadores, hoje a maior ameaça aos direitos da categoria de trabalhadores domésticos diz respeito ao subgrupo das diaristas. No Brasil, existem inúmeras formas pelas quais o trabalho doméstico é prestado, entretanto, sinteticamente podemos classificá-las de acordo com o número de famílias para as quais prestam serviços (para um ou mais empregadores), também quanto à forma de moradia e, por fim, pelo tipo de

---

de 12 horas seguida por 36 horas de descanso; trabalho aos domingos e feriados pago em dobro; entre duas jornadas, descanso mínimo de 11 horas ; hora noturna de 52 minutos e 30 segundos (para período das 22h às 5h da manhã) com adicional de 20% sobre a hora normal; fiscalização na casa do empregador para verificar, inclusive, denúncias de maus-tratos (CFEMEA: <[http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4280&catid=222&Itemid=157](http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4280&catid=222&Itemid=157)>. Acesso em: 28 out. 2014).

contrato (pagamento mensal ou por jornada de trabalho).

Assim, podemos definir três formas básicas de classificação dos trabalhadores domésticos remunerados: as mensalistas residentes – aquelas que residem no local de trabalho; as mensalistas externas – aquelas que não residem no trabalho; e as diaristas – aquelas que recebem no ato de execução de suas tarefas, que podem prestar serviços para mais de um empregador e que vulgarmente no Brasil são designadas como faxineiras. A diarista-faxineira é aquela realiza serviço completo de limpeza geral, é a maior parte desse subgrupo da categoria, mas ainda existem as diaristas especializadas, como as passadeiras, cozinheiras, lavadeiras e congeleiras (FRAGA, 2013).

Enquanto a empregada doméstica é definida pela lei, conforme apontamos acima, como aquela que presta serviço de natureza contínua e sem finalidade lucrativa a uma mesma pessoa ou família, a função de diarista não tem definição legal. Isso remete este subgrupo da categoria a uma posição de mais fragilidade e precariedade.

Estudos longitudinais mostram que, ao compararmos essas três formas de contrato, é possível perceber um gradual decréscimo da participação do trabalhador residente e da trabalhadora mensalistas em relação à diarista-faxineira. Entre 1992 e 2008, passamos de 19,2% para 6,4% de trabalhadoras residentes; e o número de pessoas que trabalham para mais de um empregador aumentou de 16,5% para 26,5%.

A análise das questões que envolvem esse subgrupo de diaristas é bastante reveladora da incapacidade da sociedade brasileira de reconhecer o valor do trabalho doméstico e de como conquistas duras em termos de regulação podem se perder. Debates jurídicos intermináveis acabam por criar um impasse quanto a essa atividade ser ou não uma prestação de serviços contínuos, o que conduz ao não reconhecimento de sua formalização legal. Considerando os limites deste artigo, não poderemos discorrer minuciosamente sobre essa discussão. No entanto, apontamos que o elemento valorizado no debate jurídico é o vínculo com o empregador e nunca o tipo de atividade realizada pela trabalhadora.

Os estudos sobre o crescimento do trabalho das diaristas indicam que, em relação às trabalhadoras domésticas mensalistas polivalentes, elas são mais brancas, mais velhas, menos escolarizadas, possuem menos formalização do seu trabalho, contribuem menos para a Previdência Social e trabalham menos horas que as demais. Em termos das análises para o país como um todo, as diaristas são melhores remuneradas que as empregadas mensalistas (FRAGA, 2013).

## CONCLUSÃO

Neste artigo, tentamos mostrar que nas pesquisas quantitativas oficiais brasileiras, apesar de um leve declínio nos últimos anos, a taxa de empregabilidade da mão de obra feminina no trabalho doméstico segue mantendo-se entre as três ocupações que mais empregam mulheres no Brasil. Em termos da formalização legal (restrições legais referentes a esta atividade em relação às demais categorias profissionais, já que alguns avanços trazidos pela PEC das Domésticas estão à espera de regulamentação, e baixo índice de formalidade) e das condições de trabalho (salários, horas extras trabalhadas, indefinição das tarefas, falta de efetividade das leis), constatamos que esta ocupação tem o mérito amargo de ser um dos trabalhos mais precários no Brasil.

Se não há uma redução considerável na proporção de mulheres ocupadas no serviço doméstico, por que tanto se anuncia e se sente que as trabalhadoras domésticas estão desaparecendo? Isso ocorre porque há menos um desaparecimento e mais uma mudança nas formas como essa ocupação é exercida, o que acaba por gerar a sensação de um desaparecimento, na verdade das maneiras como se apresentava anteriormente. A alteração nos padrões de servilismo – acompanhada de uma diversificação maior das ocupações em que as mulheres estão inseridas, de avanços na legislação direcionada aos empregados domésticos e de mudanças na configuração das famílias brasileiras – vem modificando alguns elementos da relação estabelecida entre contratantes e contratados no serviço doméstico, em relação ao pagamento que estes últimos estão dispostos a receber, ao tratamento mais ou menos desigual e pessoal a que serão submetidos e aos benefícios que terão em comparação a outras ocupações. A percepção do desaparecimento das trabalhadoras domésticas, recorrente na nossa história, é sempre indício de que novos passos estão sendo dados pela ocupação na direção contrária ao polo precarizado.

A ideia de precarização – processo pelo qual algumas ocupações passaram quando comparadas em dois momentos temporais distintos – é válida para explicar mudanças em diferentes níveis: a desregulamentação, ou seja, a redução dos direitos do trabalho; a insegurança; a vulnerabilidade social; a diminuição do rendimento auferido; a instabilidade; a perda da qualidade do trabalho e da proteção social associada a ele; o aumento da jornada de trabalho; e a flexibilização dos contratos. Se compararmos a situação das trabalhadoras domésticas em relação à maioria dessas variáveis, veremos que, no geral, houve uma melhora, mas ainda são muitos os desafios, principalmente quando analisamos separadamente a condição das empregadas domésticas que continuaram empregadas domésticas e a das que se tornaram diaristas, pois os ganhos e as perdas são claramente diferentes. Conjunto de desafios para cujo enfrentamento políticas públicas e outras

ações do Estado poderão certamente contribuir.

Nesse sentido, não podemos deixar de reconhecer que as políticas sociais dos últimos anos no Brasil, sem ser muito profundas, mudaram algumas percepções das relações entre os dominados e os dominantes. Como os dilemas da cidadania no Brasil são mais profundos do que o nível da desigualdade econômica (que mantemos mesmo sendo a oitava maior economia do mundo), eles permanecem enfrentando misturas complexas de concepções de igualdade e desigualdade. Às vezes, tais concepções são tomadas enquanto ressentimentos nacionais (uma visão negativa dos brasileiros sobre si mesmos), e em outras são confirmadas nas práticas sociais, algumas das quais este artigo tentou apontar.

Os brasileiros, em geral, não gostam de situações em que a sua desigualdade se manifeste publicamente, e as diferenças entre eles acabam sendo tomadas como naturais. Podemos perceber isso, por exemplo, na permanência de portas e elevadores diferenciados para os moradores e os empregados nos edifícios das grandes cidades do país. Também isso aparece quando ouvimos alguém que se sentindo ofendido diz: “Você acha que eu sou sua empregada”. O trabalho doméstico feito por alguém que não seja da família é uma ocupação naturalizada pela população como própria da divisão social (de classe, gênero e cor) do trabalho. A importância desse tipo de tarefa permanece invisível. Os patrões pouco param para pensar que essas tarefas – pagasmuitas vezes com pouco – valem mais, uma vez que envolvem uma condição subalterna que as trabalhadoras domésticas têm de tolerar. Raramente se questionam que limpar uma casa com dois cômodos é diferente de limpar uma com cinco cômodos, por exemplo. Eles ficam perplexos com as condições que essas mulheres hoje estabelecem para cumprir essas tarefas. Ao que parece, então, ainda não há fogo, só fumaça e algumas brasas, sinais de uma mudança que, esperamos, venha consolidar uma sociedade menos desigual.

## REFERÊNCIAS

BERNARDINO-COSTA, J.; MORI, N.; FLEISCHER, S.; FIGUEIREDO, A.; CRUZ, T. **Tensões e Experiências**: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador. Brasília, DF: Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição nº 1, de 1988. **Constituição Federal**. Brasília, DF: Horizonte Editora, 1988.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Secretaria de Planejamento e Gestão Interna. Conselho

Nacional dos Direitos da Mulher. **Relatório do Grupo de Trabalho**. Realização de Estudos sobre os Impactos Socioeconômicos de uma proposta de ampliação dos direitos assegurados aos trabalhadores e trabalhadoras domésticas previstos na Constituição Federal – Trabalho Doméstico. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.uni-fem.org.br/sites/700/710/00001696.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

BRITES, J. **Afeto, desigualdade e rebeldia**: bastidores do serviço doméstico. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R.. A Bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n.110, p.67-104, jul. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742000000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742000000200003&script=sci_arttext)>. Acesso em: 27 ago. 2014.

CELSO, Maria Eugenia. Notas Sociais – coquetel. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 05 de maio de 1954. 1º Caderno, p. 8.

CFEMEA. Centro Feminsita de Estudos e Assessoria. **Regulamentação sobre domésticas só deve sair depois de 1º de maio**. Brasília, DF: CFEMEA, 2014. Disponível em: <[http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4280&catid=222&Itemid=157](http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4280&catid=222&Itemid=157)>. Acesso em: 05 mai. 2014.

CORONATO, M.; MOURA, M.; SEGADILHA, B.; PONTES, F.; SPINACÉ, N. Por que a empregada sumiu (trecho). **Isto É**, São Paulo, 20 de janeiro de 2012. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/vida/noticia/2012/01/por-que-empregada-sumiu-trecho.html>>. Acesso em: 05 set. 2012.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Mulher Comerciária: Trabalho e Família. **Boletim Trabalho no Comércio**, São Paulo, n.º 5, 2010. Disponível em: <<http://www.comerciantos.org.br/dieese/pesquisas/Boletim%20Trabalho%20no%20Comercio%205%20-%20Mulher%20-%20Trabalho%20e%20Familia.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2012.

\_\_\_\_\_. **Anuário das mulheres brasileiras**. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anuario/anuarioMulheresBrasileiras2011.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

FRAGA, A. **De Empregada a Diarista**: As Novas Configurações do Trabalho Doméstico Remunerado. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

ISTO É. 10 tendências que irão mudar sua vida. **Isto É**, São Paulo, 04 de janeiro de 2013, n.º 2251. Disponível em: <[http://www.istoe.com.br/reportagens/265367\\_10+-TENDENCIAS+QUE+IRAO+MUDAR+SUA+VIDA](http://www.istoe.com.br/reportagens/265367_10+-TENDENCIAS+QUE+IRAO+MUDAR+SUA+VIDA)>. Acesso em: 09 jan. 2013.

MELO, H.PESSANHA, M. E PARREIRAS, L. A economia política do serviço doméstico remunerado: Rendimentos e luta sindical. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v. 5., 2005; Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/viewFile/2715/3038>>. Acesso em: 05 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Da cozinha para o mercado: A evolução dos rendimentos dos trabalhadores

domésticos nos anos 90. **Mulher e trabalho**, Porto Alegre, v. 2, 2002. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2682/3004>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

NETTO, Antônio Delfim. **Antônio Delfim Netto**. Entrevista ao programa Canal Livre. Rede Bandeirantes [abr. 2011]. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=kZNOOwdac5Q>>. Acesso em: 05 set. 2012.

PINHEIRO, L. FONTOURA, N. PEDROSA, C. Situação atual das trabalhadoras domésticas no país. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MORI, N.; FLEISCHER, S.; FIGUEIREDO, A.; CRUZ, T. **Tensões e Experiências**: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador. Brasília, DF: Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), 2011.

RIBEIRO, Alfredo. As empregadas domésticas na cozinha, na justiça e no pinel. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 de julho de 1976. Caderno B. p. 5.

RIO, João do. **Vida vertiginosa**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SANSONE, L. Jovens e oportunidades, as mudanças na última década e as variações por cor e classe – não se fazem mais empregadas como antigamente. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Orgs.). **Desigualdades sociais**: o estado da nação. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

SCOTT, J. **Weapons of the Weak**. Everyday forms of peasant resistance, New Haven, Yale University Press, 1985.

SOLÍS, C. **Culturas del cuidado en transición**. Barcelona: Ed. UOC, 2009.



Este livro foi composto na tipologia Chaparral Pro, em corpo 10 pt  
e impresso no papel Offset 75 g/m<sup>2</sup> na Gráfica da UFRGS

---

Editora da UFRGS • Ramiro Barcelos, 2500 – Porto Alegre, RS – 90035-003 – Fone/fax (51) 3308-5645 –  
editora@ufrgs.br – www.editora.ufrgs.br • Direção: Alex Niche Teixeira • Editoração: Luciane Delani (Co-  
ordenadora), Carla M. Luzzatto, Cristiano Tarouco, Fernanda Kautzmann, Lucas Ferreira de Andrade,  
Maria da Glória Almeida dos Santos e Rosangela de Mello; suporte editorial: Jaqueline Moura (bolsista)  
• Administração: Aline Vasconcelos da Silveira, Getúlio Ferreira de Almeida, Janer Bittencourt, Jaqueline  
Trombin, Laerte Balbinot Dias, Najára Machado e Xaiane Jaensen Orellana • Apoio: Luciane Figueiredo.

## [ CEGOV CAPACIDADE ESTATAL E DEMOCRACIA ]

A era digital vem alterando o contexto no qual se dão as relações entre Estado e sociedade. A forma com a qual os Estados organizam sua burocracia, interagem com seus cidadãos, provêm bem-estar e segurança, constroem alternativas institucionais para a resolução de seus conflitos e habilitam inúmeras formas de organização em rede da sociedade é objeto de pesquisa e ação dos Grupos de Trabalho do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O CEGOV realiza estudos e pesquisas sobre a ação governamental no Brasil e no mundo e preza pela excelência acadêmica no desenvolvimento de seus projetos e pelo progresso da UFRGS como instituição, procurando contribuir para a interação institucionalizada entre a Universidade e as instituições da Administração Pública. Os Grupos de Trabalho do Centro são responsáveis pela formulação, implementação e avaliação de projetos interdisciplinares em áreas como política internacional, governança, processos decisórios, controle democrático, políticas públicas, entre outras.

Nesta coleção, intitulada “Capacidade Estatal e Democracia”, trabalhos dos pesquisadores participantes dos GTs e de colaboradores externos são apresentados como contribuição para reflexão pública sobre os desafios políticos e governamentais contemporâneos.